



UNICEPLAC

Centro Universitário do Planalto Central Aparecido dos Santos - UNICEPLAC

Curso de Arquitetura e Urbanismo

Trabalho de Conclusão de Curso

Centro comunitário e de Assistência Social

Gama-DF

2021

JUSCÉLIA MARIA RODRIGUES DO VALE

Centro Comunitário e de Assistência Social

Monografia apresentada como requisito para conclusão do curso de Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário do Planalto Central Aparecido dos Santos – Uniceplac.

Orientadora: Profa. Me. Luciana Jobim Navarro

Gama-DF

2021

V149c

Vale, Juscélia Maria Rodrigues do.
Centro comunitário e de Assistência Social. / Juscélia Maria
Rodrigues do Vale. – 2021.

107 p. : il. color.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) – Centro
Universitário do Planalto Central Aparecido dos Santos -
UNICEPLAC, Curso de Arquitetura e Urbanismo, Gama-DF,
2021.

Orientação: Profa. Me. Luciana Jobim Navarro.

1. Assistência social. 2. Filantropia. 3. Centro comunitário. I.
Título.

CDU: 72

JUSCÉLIA MARIA RODRIGUES DO VALE

Centro Comunitário e de Assistência Social

Monografia apresentada como requisito para conclusão do curso de Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário do Planalto Central Aparecido dos Santos – Uniceplac.

Orientadora: Profa. Me. Luciana Jobim Navarro

Gama, 06 de dezembro de 2021

Banca Examinadora

Prof. Luciana Jobim Navarro
Orientador

Prof. Octávio dos Santos Sousa
Examinador

Anie Caroline Afonso Figueira
Examinador

João Augusto Pereira Júnior
Examinador

Dedico este trabalho aos meus pais, Margarida e Juscelino, que sempre investiram firmemente em minha educação e vida profissional e me apoiaram em todos os momentos antes e durante a minha graduação.

AGRADECIMENTOS

À Deus, por me abençoar com a capacidade, fortaleza e persistência para realizar os meus sonhos.

Agradeço a minha mãe, Margarida, por sempre me apoiar, compreender e auxiliar em minhas decisões e me dar a força necessária para encarar os meus objetivos com todo amor, respeito e cuidado.

Ao meu pai, Juscelino, por respeitar minhas escolhas e por demonstrar sempre o seu apoio para que eu atingisse meus objetivos. E que por sua profissão de pedreiro, indiretamente, me inspirou a seguir o caminho da arquitetura.

Aos meus irmãos, Ana Julia, Juliana e Júlio Cezar que me ajudam quando estou sem tempo e dão alegria à minha vida.

Aos amigos que a arquitetura me trouxe, por me fazerem companhia nessa jornada acadêmica. Sobretudo a Thais Rosa, Giovanna, Alexandre, Daniel, Ana Caroline e Wellison Matos por sempre darem um grande suporte e leveza aos momentos atribulados do curso e da vida.

À minha chefe, arq. Lorrany Gasel, por todos os ensinamentos e contribuições em minha vida profissional.

À minha orientadora prof^a. Ma. Luciana Jobim Navarro pela paciência e ótima didática de orientação.

À todos os que, de alguma forma, contribuíram em minha formação acadêmica ao longo desses anos de curso.

RESUMO

O acesso a políticas públicas gratuitas é um direito do cidadão, sobretudo para as pessoas de baixa renda. Entretanto percorreu-se um longo caminho na sociedade brasileira até que esse direito fosse de fato alcançado, uma vez que a assistência social por um grande período foi vista não como responsabilidade do poder público, mas sim como um ato de caridade e filantropia. Neste trabalho, busca-se compreender esse processo, sobretudo a partir do Brasil República, onde a Assistência social é transferida do campo da caridade para o de direito e como de fato surgem as primeiras políticas de assistência e os espaços arquitetônicos que elas utilizam.

Após traçar uma linha do tempo relativa a assistência social, destaca-se, por exemplo, a criação do CRAS (Centro de Referência de Assistência Social), local que atende a nível municipal onde são realizados os serviços, programas, projetos e benefícios de proteção básica. Outro campo a ser destacado são os Centros Comunitários, locais públicos que devem atender a população e oferecer atividades de interação social, de ensino aprendizagem e de lazer.

Para melhor compreensão dos espaços que promovem essas atividades interativas de aprendizagem e de promoção da cultura e lazer, pode-se colocar como exemplo de serviço o sistema “S”, que constitui um conjunto de instituições privadas que desempenham atividades de natureza pública para a indústria e comércio. O sistema “S” surge com a escola SENAI (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial) ainda na década de 40 para formação dos trabalhadores da indústria. O sistema também possui outras instituições ligadas ao ensino e aprendizagem e a promoção do esporte, cultura e lazer para os trabalhadores do comércio. Esse sistema deixa ao longo dos anos um grande legado arquitetônico, principalmente no período moderno onde buscava-se uma “identidade nacional”, princípio que se materializava nos edifícios arquitetônicos.

Compreende-se portanto, o Centro comunitário como a espacialização arquitetônica da convivência, lazer e aprendizado, e ele como tal, deve ser emancipador para o desenvolvimento dos moradores que o utilizam. Essas atividades devem ser garantidas de forma gratuita de modo que gere uma vida de qualidade, contendo pluralidade de serviços, programas educacionais, de lazer, esporte e cultura em um edifício que de fato seja pensado para o melhor desempenho dessas atividades e façam com que os usuários sintam-se parte do projeto.

Palavras-chave: Assistência social. Filantropia. Centro comunitário. CRAS. Convivência. Integração. Educação.

ABSTRACT

Access to free public policies is a citizen's right, especially for low-income people. However, there was a long way to go in Brazilian society until this right was actually achieved, since social assistance for a long period was seen not as a responsibility of public authorities, but as an act of charity and philanthropy. This work seeks to understand this process, especially from Brasil República, where Social Assistance is transferred from the field of charity to the field of law and how the first assistance policies and the architectural spaces they use actually arise.

After drawing a timeline related to social assistance, is highlighted, for instance, the creation of the CRAS (Social Assistance Reference Center), a place that serves at the municipal level where services, programs, projects and basic protection benefits are carried out. Another field to be highlighted are the Community Centers, public places that must serve the population and offer social interaction, teaching, learning and leisure activities.

For a better understanding of the spaces that promote these interactive learning activities and the promotion of culture and leisure, the “S” system can be put as an example of service, which constitutes a set of private institutions that perform activities of a public nature for industry and commerce.

The “S” system emerged with the SENAI (National Service for Industrial Learning) school in the 1940s for training industrial workers. The system also has other institutions linked to teaching and learning and the promotion of sport, culture and leisure for commercial workers. This system has left a great architectural legacy over the years, especially in the modern period, where a “national identity” was sought, a principle that materialized in architectural buildings.

Therefore, the Community Center is understood as the architectural spatialization of coexistence, leisure and learning, and as such, it must be emancipatory for the development of the residents who use it. These activities must be granted free of charge in order to generate a quality life, containing a plurality of services, educational, leisure, sport and cultural programs in a building that is in fact designed for the best performance of these activities and makes the users feel part of the project.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1- Exemplo de lista das atividades agrupadas segundo grupos funcionais, elaborado pelo DGAS.	31
Figura 2 - Exemplo das primeiras escolas do SENAI em edifícios cedidos na década de 40	34
Figura 3 - Escola SENAI Roberto Simonsen em São Paulo.	35
Figura 4 - Escola SENAI Horácio Augusto da Silveira, Barra Funda, São Paulo.	35
Figura 5 - Ficha técnica Edifício Projeto viver.	38
Figura 6 - Terreno antes da construção do Edifício Projeto Viver.	38
Figura 7 - Edifício projeto viver.	39
Figura 8 - Relação do edifício com a comunidade Jardim Colombo	40
Figura 9 - Implantação do Edifício Projeto Viver.	41
Figura 10 - Perspectiva Isométrica e zoneamento funcional.	41
Figura 11 - Planta baixa – Térreo Edifício Projeto Viver.	42
Figura 12 - Corte esquemático Edifício Projeto Viver.	43
Figura 13 - Escada em estrutura metálica e, mosaico de peças de cerâmica feito com o auxílio da comunidade.	44
Figura 14 - Utilização do espaço pelos estudantes do Projeto Viver.	44
Figura 15 - Ficha técnica Parque Educativo Raíces.	45
Figura 16 - Vista da praça, parque estudantil Raíces	45
Figura 17 - Relação do edifício com a cidade.	46
Figura 18 - Planta baixa e setorização	46
Figura 19 - Figura 19 - Maquete digital Parque Educativo Raíces.	47
Figura 20 - Vista da praça, destaque para o cobogó em bloco de concreto.	48
Figura 21- Vista do corredor aberto integrado ao pátio-jardim.	48
Figura 22 - Ficha técnica Centro Educativo Burle Marx.	49
Figura 23 -Vista superior do complexo.	49
Figura 24 - Localização do Centro de Educação Burle Marx no complexo do Instituto Inhotim.	50
Figura 25 - Implantação e cobertura Centro Educativo Burle Marx.	51
Figura 26 - Setorização do edifício.	52
Figura 27 - Cortes Cento Educativo Burle Marx	53
Figura 28 - Praça elevada e anfiteatro.	53
Figura 29 - Vista da cobertura incorporada à paisagem	54
Figura 30 - Varanda sobre o lago artificial.	54
Figura 31- Vista aérea rua interna onde encontram-se os galpões da antiga fábrica.	55
Figura 32 - Planta do Conjunto do SESC Fábrica da Pompéia.	56
Figura 33 - Elevação e seção longitudinal dos blocos desportivos.	57
Figura 34 - Vista dos blocos desportivos. Fonte	58
Figura 35 - Vista para as passarelas conectadas ao bloco mais alto.	59
Figura 36 - Fachada da rua Barão do Bananal.	60
Figura 37 - Rua interna ao conjunto do SESC Pompéia.	60
Figura 38 - Mapas Macro, meso e micro da Região onde se encontra a área de intervenção.	61
Figura 39 - Vista do lote de intervenção.	61
Figura 40 - Levantamento de CRAS e Centros comunitários no Município de Novo Gama.	63
Figura 41 - Centro comunitário / CRAS bairro Lunabel 3A- Novo Gama/GO.	64
Figura 42 - CRAS e conselho tutelar central Novo Gama/ GO.	64
Figura 43 - Classificação viária.	65
Figura 44 - Seção viária da via arterial e coletora com canteiro.	66
Figura 45 - Seção viária da via coletora sem canteiro e via local.	67
Figura 46 - Mapeamento do percurso do transporte público e pontos de ônibus.	68
Figura 47 - Mapeamento das calçadas e ciclovias.	69
Figura 48 - Mapa de usos.	70
Figura 49 - Mapeamento de áreas verdes e vazios urbanos.	71

Figura 50 - Dados topográficos.	71
Figura 51- Perfil natural do terreno.	72
Figura 52- Dados bioclimáticos.	72
Figura 53 - Classificação das fachadas.	73
Figura 54 - Exemplos de fachadas.....	74
Figura 55 - Mapeamento de fluxos e pontos de permanência.	75
Figura 56 - Pontos de permanência.....	75
Figura 57 - Mapa de urbanidade.....	76
Figura 58 - Registro de percurso - rua comercial e área de intervenção.....	77
Figura 59 - Registro de percurso - colégio e rodoviária.....	78
Figura 60 - Mapeamento de condição das calçadas.	79
Figura 61 - Perspectivas do terreno de intervenção.....	80
Figura 62 - Programa de necessidades.....	83
Figura 63- Setorização do edifício.....	84
Figura 64 - Fluxo de usuários (educacional / convivência) pav. térreo.....	85
Figura 65 - Fluxo de usuários (educacional / convivência) 1º pav.	85
Figura 66 - Fluxo de usuários (CRAS) 1º pav.	86
Figura 67 - Fluxo de usuários (CRAS) 1º pav.	86
Figura 68 - Fluxo de funcionários -Térreo	87
Figura 69 - Fluxo de funcionários -Térreo	87
Figura 70 – inspiração do partido.....	88
Figura 71 - Evolução do partido.....	89
Figura 72- Implantação	89
Figura 73- Planta baixa térreo.	91
Figura 74 - Planta baixa térreo.	91
Figura 75 - Planta baixa 1º pav.	92
Figura 76- Planta baixa 1º pav.	92
Figura 77- Cortes.....	93
Figura 78 - Planta baixa Área Técnica	93
Figura 79 - Fachadas.....	94
Figura 80 - Render interno Sala de leitura	95
Figura 81 – Perspectiva: fachada principal.....	96
Figura 82- Bloco principal e pilotis	96
Figura 83- Fachada principal: pilotis	97
Figura 84 - Fachada posterior.	97
Figura 85- Fachada posterior.	98
Figura 86 - Fachada posterior: pilotis	98
Figura 87- Calçada e academia aberta	99
Figura 88 - Academia aberta	99
Figura 89 - Recepção principal	100
Figura 90 - Espaço de exposições / recepção;	100
Figura 91 - Sala de leitura.	101
Figura 92 - Balcão biblioteca (integrado á sala de leitura).....	101
Figura 93 - Sala de leitura	102

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BNH	Banco Nacional de Habitação
CEME	Central de Medicamentos
CLT	Consolidação das Leis Trabalhistas
CNAS	Conselho Nacional de Assistência Social
CNSS	Conselho Nacional de Serviço Social
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
CRFB	Constituição da República Federativa do Brasil
DGAS	Diretorial Geral de Ação Social
FUNABEM	Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor
IAPs	Institutos de Aposentadorias e Pensões
INSS	Instituto Nacional do Serviço Social
LBA	Legião Brasileira de Assistência
LOAS	Lei Orgânica da Assistência Social
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social
PNAS	Programa Nacional de Assistência Social
PUC	Pontifícia Universidade Católica
SENAC	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SENAR	Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
SESC	Serviço Social do Comércio
SESI	Serviço Social da Indústria
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
UBS	Unidade Básica de Saúde

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
1.1	Tema	13
1.2	Justificativa	13
1.3	Legislação e ética profissional aplicada ao projeto	15
2	PANORAMA TEÓRICO E HISTÓRICO	16
2.1.	Assistência Social no Brasil	16
2.1.1.	Filantropia	16
2.1.2.	Século XX e as primeiras mudanças.....	18
2.1.3.	Constituição de 1988: A assistência social como campo de política pública	21
2.2.2.	Bolsa Família: um debate sobre a desigualdade social no Brasil	24
2.3.	Programas de assistência social: assistência a nível municipal	26
2.3.1.	Centro de Referência de Assistência Social – CRAS.....	26
2.3.2.	Centro Comunitário	29
2.4.1.	O terceiro setor e o surgimento do sistema “S”.....	32
2.4.2.	O terceiro setor e o surgimento do sistema “S”.....	34
3	ESTUDOS DE CASO	38
3.1.	Edifício Projeto Viver	38
3.2.	Parque Educativo Raíces	45
3.3.	Centro Educativo Burle Marx	49
3.4.	SESC fábrica da Pompéia	55
4	ESTUDOS DE SÍTIO	61
4.1.	Sobre a cidade	61
4.2.	Análise morfológica urbana	65
4.3.	Análise topoceptiva e copresencial	73
5	DIRETRIZES PARA ESTUDO PRELIMINAR	80
5.1.	Diretrizes da proposta	80
5.2.	Programa de necessidades	82
5.3.	Diagramas de organização espacial	83
6	PROPOSTA DE INTERVENÇÃO	87
6.1.	Conceito do projeto	87
6.2.	Partido arquitetônico	88
6.3.	Estudo de implantação	89
7	REPRESENTAÇÃO GRÁFICA	90
7.1.	Planta Baixa	90
7.2.	Método construtivo e materiais	92

7.3. Maquete eletrônica	95
8 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	103
9 REFERÊNCIAS	104

1 INTRODUÇÃO

1.1 Tema

Considerando a necessidade da sociedade em ter acesso a programas educacionais e sendo dever do estado disponibilizar espaços públicos para interação e desenvolvimento social, este trabalho final de graduação tem como objetivo propor um local que promova interação social com atividades plurais que auxiliem na formação profissional de jovens e proporcione qualidade de vida para a população geral.

Levando em consideração o cenário de necessidade do município de Novo Gama/GO, cidade do entorno de Brasília, em possuir espaços que integrem a comunidade e disponibilize infraestrutura necessária para assistir aos moradores (sobretudo os de maior vulnerabilidade), busca-se, portanto, possibilitar o acesso a atividades educacionais, lazer e saúde de forma gratuita e inclusiva, bem como criar um local de referência de assistência social, que auxilie a participação das pessoas nos programas sociais a quais tenham direito.

Diante disso, o trabalho consiste na elaboração de um projeto de Centro comunitário e de Assistência Social para a cidade de Novo Gama/GO. Tendo como função primordial a prestação de serviços de assistência social à comunidade, promovendo interação entre os moradores e oferecendo ferramentas de apoio para capacitações, lazer e saúde.

1.2 Justificativa

Através de políticas públicas consolidadas, a cidade precisa atender aos mais diversos públicos e promover atividades variadas que abracem os moradores. Os espaços públicos são fundamentais para uma vida de qualidade e não devem ser segregadores, de modo que todos se sintam convidados e incluídos, é possível assim exercer a cidadania. Ambientes de convivência estimulam a coletividade e interação social e devem promover a diversidade, respeitando as diferenças humanas mesmo quando trabalharem no coletivo.

O motivo de escolha do tema a ser desenvolvido vem da ausência de espaços públicos para exercer atividades diversas na cidade de Novo Gama. Em minha vida estudantil na cidade, por vários momentos vi a necessidade de ter acesso a espaços públicos de apoio ao estudante para a realização de atividades extracurriculares e de apoio à pesquisa em horários contrários à aula. O interesse pelo tema se dá pelo contato que tive pessoalmente com um centro comunitário



próximo a escola em que estudava, contudo, o espaço era limitado e as atividades ofertadas eram poucas. Sempre me incomodou a falta de estrutura e investimento no local em contraste com a necessidade dos moradores.

O município de Novo Gama/GO carece de recursos que atendam a população, tendo em vista que moradores do entorno cotidianamente vão ao Distrito Federal para ter acesso a equipamentos públicos, e até mesmo particulares, devido ao município não oferecer algo que funcione e que tenha a estrutura e o investimento necessário.

Busca-se, portanto, como objeto de estudo e trabalho, implantar uma unidade que preste serviços de assistência social e atue também como centro comunitário, funcionando como um local que promova atividades plurais de ensino e aprendizagem, mas também de lazer e apoio à saúde. Como uma de suas principais funções estão, por exemplo, o apoio e complementação escolar para os estudantes, cedendo espaços e ferramentas que possam auxiliá-los em suas atividades interdisciplinares. Com isso, o espaço deve promover a diversidade, acessibilidade e integração das relações entre diferentes faixas etárias e classes sociais.

Como prioridade têm-se como público-alvo os estudantes de ensino fundamental e médio. O local pode funcionar como um apoio à escola nos horários contrários das aulas, e ceder espaços para que estudantes possam estudar e pesquisar disponibilizando o material e equipamento necessário. Para que assim, todos possam ter a oportunidade e disporem das mesmas ferramentas de estudo, diminuindo a desigualdade que existe no meio estudantil.

A busca de um público de terceira idade também é almejada, uma vez que faltam espaços de lazer e interação no município para os idosos, utilizando como parceria, por exemplo, a unidade básica de saúde do bairro. A UBS atuaria como ponte entre o idoso que necessita de espaço terapêutico e/ou fisioterapias e o centro comunitário que poderá disponibilizar esses serviços. Essa parceria pode ser uma alternativa de desafogar o sistema de saúde do bairro.

Embora possua públicos-alvo específicos para assistir diretamente, a unidade, como aglutinadora e equipamento polivalente deve ser para uso da comunidade como um todo e deve integrar a qualquer interessado que necessite, independentemente da faixa etária.

O espaço comunitário deve atuar juntamente com o CRAS (Centro de referência da Assistência social), política pública que presta assistência a pessoas que estejam em maior vulnerabilidade. Aliado a Constituição Federal (1988), que assegura os direitos do cidadão e determina que é dever do estado prover os mecanismos necessários para a manutenção e desenvolvimento da Cidade. Outro instrumento de pesquisa se dá através da Secretaria Nacional de Assistência Social, onde se disponibiliza orientações para a melhoria da estrutura física para



atender e disponibilizar estes serviços de apoio ao morador do município.

1.3 Legislação e ética profissional aplicada ao projeto

É relevante analisar que entre o espaço planejado e construído e o indivíduo que utiliza os espaços e equipamentos urbanos, estão os arquitetos e urbanistas. Aqueles que fazem o traçado urbano através de planos e projetos, mediando conflitos de interesses sociais. É papel deste profissional criar espaços públicos que promovam o bem estar coletivo, reafirmando suas identidades individuais, mas gerando, ainda assim, integração entre as pessoas. Será com base no código de ética do profissional de arquitetura que este projeto de conclusão de curso será desenvolvido. De modo que se assegurem e sejam respeitados os direitos do cidadão de terem um arquitetura de qualidade para o desenvolvimento de suas atividades.

No contexto urbano é necessário a presença de espaços públicos, desde os espaços abertos, calçadas, praças, parques etc., a espaços públicos contidos dentro de edifícios e construções, tais como, escolas, postos de saúde, centros comunitários, postos policiais, dentre outros. Todo esse conjunto, internos e externos, abertos e fechados, formam uma cadeia por onde se conectam às necessidades da sociedade; e os espaços onde essas necessidades são atendidas; como direito do cidadão e dever do estado.

Diante deste cenário, deve-se na concepção do projeto, promover a defesa dos direitos fundamentais da pessoa humana (conforme descrito da Constituição brasileira) e cumprir com suas obrigações para com o Interesse público, de modo que a profissão do arquiteto e urbanista contribua para o desenvolvimento da sociedade. Respeitando as leis que regem o exercício profissional do arquiteto e urbanista, este deve contribuir para a boa qualidade das cidades, respeitando os princípios de sustentabilidade socioambiental e o impacto das edificações na vizinhança/comunidade.

A partir da defesa do direito à arquitetura e Urbanismo para todos os cidadãos, deve-se trabalhar em conjunto com as políticas urbanas e ao desenvolvimento urbano, promovendo a justiça e inclusão social nas cidades e preservando a identidade cultural, também no respeito aos valores de herança cultural da comunidade. A concepção de um projeto de centro comunitário, é exemplo de aplicação de política pública de assistência social que promove o acesso de moradores a atividades que agreguem em sua formação pessoal e profissional, desenvolvendo o sentido de cidadania e respeito pelo espaço público.

Neste sentido, o projeto arquitetônico a ser proposto deve dispor, portanto, de qualidade construtiva que proporcione o bem-estar e segurança dos usuários. Aliado ao ordenamento do



espaço, que deve ser concebido através da interpretação das necessidades humanas, assegurando a funcionalidade, conforto, higiene e acessibilidade, atendendo os princípios da coletividade e dos grupos sociais de modo que a integração social também estimule a participação no debate arquitetônico no que se refere às decisões sobre a cidade.

2 PANORAMA TEÓRICO E HISTÓRICO

2.1. Assistência Social no Brasil

2.1.1. Filantropia

Ao longo da história perebe-se que desde os tempos mais remotos ouve-se sobre a prática de assistência entre os indivíduos, atrelado à solidariedade social para com as pessoas mais necessitadas. Segundo Graziela Figueiredo de Carvalho em sua monografia, *Assistência Social no Brasil: da caridade ao direito*, publicado em 2008, esse tipo de auxílio esteve presente na história mesmo antes da civilização judaico-cristã e da ascensão da sociedade capitalista. Exemplos como a Grécia e Roma antiga demonstram que já existia uma movimentação estatal para assistir os mais pobres na distribuição de trigo.

Com a civilização judaico-cristã, a assistência é chamada de caridade e começa a ser relacionada à compaixão, com sua prática sendo bem-vista e tratada, também, como comportamento moral. Com base nestes princípios, surgem as instituições de caridade organizados por grupos filantrópicos e religiosos, o cristianismo influencia e difunde a assistência e ajuda ao próximo, sendo a prática consideravelmente notável no período da Idade Média.

Outro fator divisor de águas na história da assistência social vem após revolução industrial e a expansão do capital. Após o êxodo rural e a precarização do trabalho, a pobreza ganha destaque no meio urbano e passa a ser vista como um risco social. O que antes era feito como um ato de solidariedade começa a ficar vinculado à dominação, a pobreza começou a ser considerada uma condição individual e não estrutural, trazendo o indivíduo que necessita para uma condição de incapaz e responsável por sua situação de miséria.

Ressalta-se, portanto, que ao longo de décadas a assistência não era tida como política social, sendo realizada através de auxílios, favores e doações, por meio de práticas imediatistas, que, segundo Maria Luísa MESTRINER no seu livro: *o estado entre a filantropia e a assistência social* (2001, p.16), “mais reproduz a pobreza e a desigualdade social na sociedade brasileira”, uma vez que essa assistência é dirigida a pequenas parcelas da população. Essa população-alvo,



porém, não é a minoria, e sim a grande massa população de excluídos. Desse modo, “o Estado fez com que a assistência social transitasse sempre no campo da solidariedade, filantropia e benemerência, princípios que nem sempre representem direitos sociais, mas apenas benevolência paliativa¹”. (MESTRINER, 2001, p. 21).

Observa-se que a assistência aos pobres sempre esteve presente na sociedade e se acentuou no período da revolução industrial. No entanto, ao falar da história da assistência social no Brasil é necessária uma abordagem anterior, e compreender que toda assistência é direcionada a alguém que necessita ser assistido. As ações filantrópicas no Brasil existem desde o contexto Colonial, segundo documentário do Ministério de Desenvolvimento Social e combate à fome (MDS), produzido em 2010 que conta a história da assistência social no Brasil, elas possuíam, até o século XVII, uma abordagem de “assistência esmolada” e a pobreza era vista como mera fatalidade. A primeira entidade criada para atender desamparados no Brasil foi a Irmandade Misericórdia instalada na Capitania de São Vicente² em 1543, a primeira de várias casas de amparo aos mais pobres, em sua maioria organizadas por instituições religiosas por herança de Portugal.

A segunda metade do século XIX, traz um acontecimento histórico que desencadeia ainda mais a necessidade de se pensar em assistência no Brasil: o fim da escravidão. Aliado ao período de revolução industrial e alteração da produção agrária para a industrial. Foi criado, em 1885, um albergue público para abrigar imigrantes recém-chegados em São Paulo. Para Carmelita Yasbeck, professora da PUC-SP, em entrevista para o documentário do MDS, em 2010, o Brasil importa um modelo português de recolhimento de esmolas de quem possuía recursos para aplicarem nas obras de misericórdia, como eram denominadas.

No Brasil república, o reconhecimento do Estado para as questões sociais ocorreu lentamente, até 1930, a pobreza não era considerada uma questão social, mas individual e pessoal de cada indivíduo. Como mencionado anteriormente, as organizações que prestavam ajuda (muito atreladas às igrejas), tinham a compreensão da assistência como um meio de caridade e solidariedade para com o próximo.

O cenário só começa a se modificar a partir da crise de 1929, onde o Estado posiciona-se mais a frente na relação capital-trabalho, a fim de consolidar e expandir o capital. Isso refletiu

¹ Ao utilizar esse termo a autora refere-se a um tipo de prática que busca abrandar os problemas sociais de forma imediatista e temporária, de modo que o problema central vai sendo esquecido e não é resolvido de forma efetiva.

² Em 1532, o rei D. João III decidiu empregar em seu território o sistema de divisão em Capitanias Hereditárias. Nessa divisão, todo o litoral brasileiro foi repartido em 14 capitanias que foram doadas a figuras importantes da corte, que deveriam ser responsáveis pela colonização. A capitania de São Vicente ficava na Seção Sul, abrangendo de Bertioga (SP) até a Cananéia/Ilha do Mel (PR).



em vários pontos do mundo, inclusive no Brasil, quando o Estado gradativamente vai reconhecendo a condição de pobreza como questão social a cargo de sua responsabilidade para amenizá-la. Inicia-se um processo de tratamento dos problemas sociais não mais como um problema individual e que culpabiliza o indivíduo, mas como questão social e coletiva.

Contudo, ainda assim, durante muitas décadas, o Estado continuou tirando partido de organizações de caridade e assistência já existentes, “a assistência social pública se voltou historicamente para a introdução de mecanismos de apoio às organizações, e não diretamente à população”. (MESTRINER, 2001, p.16-17). Ou seja, o Estado inicia as primeiras demonstrações de consciência sobre a assistencialidade, porém, o trabalho de assistência ocorria de forma terceirizada ainda atreladas às instituições filantrópicas.

A década de 1930 é, segundo a Prof. Me. Beatriz Augusto de PAIVA em seu artigo: Assistência Social e políticas sociais no Brasil (1999, p.14), “o ponto de referência histórico mais emblemático do processo de intervenção estatal brasileira no âmbito das políticas públicas sociais e econômicas”. Esse momento é relevante devido a modernização industrial que ocorre neste período e desencadeia consigo um processo de regulamentação trabalhista de cunho desenvolvimentista e com interesses capitalistas.

2.1.2. Século XX e as primeiras mudanças

A introdução da política social no Brasil tem início com o Movimento de 1930, ocasionando a assunção de Getúlio Vargas na presidência. No Governo de Vargas, conforme documentário do MDS, “o Brasil conheceu a força do Governo Federal no cenário político”, houve aumento da ação pública no campo social, com destaque para a criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio e a CLT (Consolidação das Leis do Trabalho). Surgiram também os IAPs, Institutos de Aposentadorias e Pensões, que formariam um “sistema de previdência social baseado na lógica do seguro” (MDS, 2010), onde o acesso aos serviços ocorria mediante contribuição.

Iniciou-se com Vargas um processo de regulamentação das relações de trabalho no país, cujo objetivo principal era transformar a luta de classes em colaboração de classes, apontando uma estratégia legalista na tentativa de interferir autoritariamente, ainda que via legislação, a fim de se evitar conflitos sociais. (CARVALHO, 2009, p.13)

É possível observar, que os benefícios sociais implantados na era Vargas estavam diretamente ligados com o trabalho (emprego), era idealizado o pensamento de disciplina e



incentivo para o trabalho formal. Desse modo, restringia-se os direitos sociais a quem possuía vínculo empregatício, ficando o trabalhador informal ou aos desempregados apenas a assistência advinda de instituições filantrópicas de caridade. Ainda assim, foi criada em 1936, a primeira escola de Assistência social em São Paulo. Ligada à Ação Católica Brasileira Paulista, a escola teria como objetivo, possibilitar a qualificação do trabalho social e a possibilidade de desenvolvimento da ação social junto ao meio operário, ou seja, os trabalhadores.

Em 1938, no período do Estado Novo³, segundo o MDS (2010), “o estado voltou-se um pouco mais aos excluídos do sistema de Previdência Social, o amparo passou a ser dirigido aos que não conseguiam garantir sua sobrevivência”. Nesse contexto, é criado o CNSS: Conselho Nacional de Serviço Social. O CNSS seria vinculado ao Ministério da Educação e Saúde, e era formado por pessoas ligadas à filantropia. O conselho deveria analisar os pedidos de auxílio e encaminhá-los ao ministério para conceder a ajuda, caberia ao Governo Federal estabelecer o valor do repasse financeiro. Foi nesse período que ocorreu a criação da Legião Brasileira de Assistência (LBA), importante instituição que fortaleceria a assistência no Brasil por grande parte do século XX.

A LBA, foi a “primeira instituição de assistência com abrangência nacional” (MDS, 2010). A instituição teria, como atendimento primário, as famílias de brasileiros enviados para a Guerra, mas, posteriormente, passou a atender também os mais empobrecidos. A LBA “reproduziu na esfera pública o modelo assistencialista que já acontecia no campo não governamental” (MDS, 2010), a instituição foi adotada pela primeira-dama, Darcy Vargas, e seu comando passou a ser seguido por outras esposas de presidentes da República ao longo dos anos.

Com o aumento do custo de vida no país, que ocasionou diversos conflitos de interesses dos apoiadores do governo nos setores agrícolas e econômicos, o poder de Getúlio Vargas começa a enfraquecer, busca-se uma descentralização do governo. Essa descentralização ocorre com a publicação da constituição de 1946, que possibilitou autonomia dos governos estaduais e municipais. No campo da área social, entretanto, não ocorreram mudanças significativas.

No decorrer deste período, a LBA se espalhou pelo país e ocorreram incentivos ao surgimento de instituições assistenciais públicas e privadas, o CNSS assumiu, neste período, a

³ Período que consiste na terceira e última fase da Era Vargas que ocorreu dos anos 1937 a 1945. Esse período governamental ficou marcado por iniciar através de um golpe de Estado que assegurou a permanência de Vargas na presidência. A principal característica desse governo, segundo o Me. Cláudio Fernandes em texto escrito no site Brasil escola, esse período ficou marcado por ter sido “propriamente um regime ditatorial inspirado no modelo nazifascista europeu, então em voga à época. (FERNANDES, 2021).



responsabilidade de certificar as instituições filantrópicas. Conforme esclarece Berenice Couto, professora da PUC- RS, no documentário elaborado pelo MDS (2010), a partir da regulamentação da filantropia, onde o Estado faz a transferência de tributos, o governo passa a responsabilidade de atender a população vulnerável às entidades privadas, ficando a cargo delas definir a forma e os critérios para determinar o atendimento, o que ainda não enquadrava essa assistência na perspectiva de direito.

Na década de 60, quando o país vivia o período de ditadura militar, houve praticamente a anulação dos poderes Legislativo e Judiciário, o período foi marcado pelo autoritarismo e a retirada de direitos e a sociedade foi privada de realizar manifestações populares e partidárias. No campo da Assistência social não ocorreram inovações significativas, o acesso foi burocratizado e foi feita a criação de uma série de normas e critérios para atender à população excluída. Nesse contexto, porém, ocorreu a ampliação na previdência social e a assistência foi estendida aos trabalhadores do campo, através do Funrural⁴.

A LBA foi vinculada ao Ministério do Trabalho e Previdência Social e transformada em fundação pública, também foram criadas outras instituições para atender a população mais vulnerável, como é o caso da Fundação Nacional para o Bem-estar do Menor (FUNABEM), A Central de Medicamentos (CEME), o Banco Nacional de Habitação (BNH) e o Instituto Nacional de Seguro Social (INSS).

No cenário pós ditadura, ocorreu uma intensa mobilização popular e lutas sociais. A década de 80 foi marcada por um período de vários debates relativos à política da seguridade social (ou proteção social) em favor dos indivíduos menos favorecidos. Constitucionalmente, a assistência social não era considerada um direito e era realizada de forma seletiva, o pensamento idealizado liberal colocava a ideia de trabalhar como dever, sendo a base para o acesso da maioria dos direitos sociais (como previdência social e saúde). Em contrapartida a essa ideia implantada por anos na sociedade brasileira, começou a ser desenvolvida a ideia de que toda a população deve ser assistida e ter acesso aos direitos sociais, e, começou a ser atribuído ao Estado o dever de prover essa assistência independentemente da capacidade e da contribuição do indivíduo.

Após diversos debates, e a instalação da Assembleia Nacional Constituinte, é promulgada a Constituição da República Federativa do Brasil (CRFB) em 1988, na qual é estruturado um regime democrático que tem por objetivo a igualdade dos indivíduos, trazendo pela primeira vez na história a garantia de assistência como dever do Estado e direito social.

⁴ O Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural, Funrural, consiste em um fundo onde é recolhido a contribuição do trabalhador rural para que o mesmo possa conseguir a aposentadoria.

2.1.3. Constituição de 1988: A assistência social como campo de política pública

“Art. 6º. São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.” (CRFB, 1988).

A constituição representou uma ampliação dos direitos sociais, “uma responsabilidade pública garantida por lei, [...] uma ruptura à trajetória do período anterior” (MDS, 2010), ela prevê duas vertentes de seguridade social: a contributiva, relacionada aos trabalhos assalariados que já era vigente desde o Período de Getúlio Vargas; e a não contributiva, atribuída a todos os cidadãos que dela necessitem, (estes, até então, amparados apenas por instituições de caridade). Com a CRFB a assistência é, então, retirada do campo da caridade para alcançar a condição de direito público, como é prescrito no artigo 203:

Art. 203. A assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, e tem por objetivos: I – a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice; II – o amparo às crianças e adolescentes carentes; III – a promoção da integração ao mercado de trabalho; IV – a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária; V – a garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei. (CRFB, 1988).

Neste cenário, os direitos sociais têm por objetivo nivelar as desigualdades existentes, garantindo a dignidade humana e solidificando a liberdade, igualdade e fraternidade. A promoção dos direitos sociais de assistência tem como objetivo formar um Estado Democrático de Direito, que reduza a exclusão social e proporcione oportunidades de emancipação aos indivíduos. A saúde passou a ser universal e gratuita, é pela primeira vez na história, que os não contribuintes para a previdência também ganham direito a proteção social.

Após a assistência social ser configurada como política de proteção social, a partir da constituição, o início da década de 1990 foi um período em que, partindo de uma análise e quantificação da realidade, começaram-se a analisar os atores que utilizariam os serviços, ou seja, a demanda a ser atendida. O objetivo seria garantir assistência a todos sem contribuição prévia para a provisão dessa proteção.

Os anos que sucederam a promulgação da Constituição de 1988 foram marcados com um árduo processo de lutas e debates para a regulamentação dos direitos nela prescritos. A consolidação da democracia social começa a caminhar mais concretamente nos anos 90 com a



aprovação de várias leis regulamentadoras dos direitos de assistência, tais como, o estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069/1990) e o Sistema único de Saúde (Lei 8.142/1990). O BPC (Benefício de Prestação Continuada) ao ser regulamentado garantiu direito de renda às pessoas idosas e com deficiência.

2.1.4. A regulamentação

A partir do grande marco conquistado em 1988, ocorreram 5 anos de debates e negociações no Congresso e no Governo Federal, para a promulgação da Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993, que viria para regulamentar a assistência Social “como política pública, direito do cidadão e dever do Estado”. (MDS, 2013, p. 9).

A Constituição Federal de 1988 traz uma nova concepção para a Assistência Social brasileira. Incluída no âmbito da Seguridade Social e regulamentada pela Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS em dezembro de 1993, como política social pública, a assistência social inicia seu trânsito para um campo novo: o campo dos direitos, da universalização dos acessos e da responsabilidade estatal. (MDS, 2010).

A LOAS regulamentou os artigos da constituição referentes à assistência social, a lei dispõe a organização da assistência social como política pública no âmbito da Seguridade Social. De acordo com os preceitos constitucionais, é definido em seu artigo 1º, a assistência social como um “direito do cidadão e dever do Estado, Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas”. (CARVALHO, 2009 p. 27).

A LOAS coloca a assistência no campo da seguridade social, juntamente com a saúde e a previdência social, pois ela configura as responsabilidades do Estado para com os cidadãos brasileiros. Dentre outras atribuições, “a LOAS exige que as provisões assistenciais sejam prioritariamente pensadas no âmbito das garantias de cidadania sob vigilância do Estado”, sendo que este deve promover “a universalização da cobertura e a garantia de direitos e acesso para serviços, programas e projetos sob sua responsabilidade”. (PNAS, 2004, P. 31-32).

Com o objetivo de propor ações e iniciativas governamentais para a garantia da proteção social prevista na constituição, a LOAS também é responsável pela criação do Fundo Nacional em 1995, sendo o fundo de Assistência social de âmbito federal, devendo este proporcionar os recursos para financiar e apoiar os programas de assistência.

A Professora Raquel Raichelis da PUC – SP, em entrevista ao MDS, ressalta que, a



LOAS define que os municípios, estados e a União devem “constituir conselhos, planos e fundos de assistência social” para que pudessem ter acesso aos recursos do Fundo Nacional de Assistência Social. Diante disso, a LOAS extingue o Conselho Nacional de Serviço Social (CNSS) e institui o Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), que deveria fiscalizar a política de assistência. A partir da criação do novo conselho, começaram a ocorrer nos anos 90 as conferências de Assistência social, “peças importantes do processo de democratização da Assistência social no País”. (MDS, 2010). Em 1995 é realizada a primeira conferência nacional de assistência social, neste mesmo ano a LBA é extinta juntamente com o Ministério do Bem-Estar Social.

2.2. Anos 2000, o nascimento das primeiras políticas públicas

2.2.1. As estratégias

Na década de 90, foram organizadas algumas ações por meio de programas e projetos assistencialistas, iniciando um grande passo governamental de garantir assistência como âmbito da política pública. Contudo, ainda embrionários e pouco aderentes às diversidades regionais, sendo realizadas ações pontuais e desarticuladas. Essas ações se mostraram insuficientes para implementar a assistência social como política pública, e pior, tratavam o indivíduo ainda como culpado de sua situação de vulnerabilidade.

Enquanto sujeitos de direitos é de suma importância que a sociedade participe ativamente das decisões no que diz respeito aos programas, entretanto, a natureza da assistência social em sua efetivação tardia como política pública, caracterizou uma reprodução dos usuários como “pessoas dependentes, frágeis, vitimizadas, tuteladas por entidades e organizações que lhes ‘assistiam’” (PNAS, 2004, p.52). A assistência sendo vista por anos na sociedade como doação, caridade e favor coloca também as pessoas assistidas num estado de vulnerabilidade que não os considera também como atuantes na forma participativa e colaborativa na luta por seus direitos.

Nas políticas de assistência Social é onde se opera os benefícios, serviços e programas de enfrentamento à pobreza e erradicação da fome. Devem ser realizados, conforme previsto nos artigos 25 e 26 da LOAS, investimentos econômico-sociais a fim de garantir meios e a capacidade produtiva dos indivíduos, melhorando assim as condições gerais de subsistência e elevando o padrão de qualidade de vida e organização social.

Um divisor de águas na história desta política pública ocorreu em 2003, com a IV



Conferência Nacional de Assistência Social⁵. Foi implementado o Sistema Único da Assistência Social (SUAS), como um novo modelo de gestão de modo que se rompesse o modelo assistencialista vigente. O SUAS deveria disponibilizar recursos humanos, financeiros e tecnológicos para proteção dos cidadãos de qualquer forma de violação de direitos. Protegendo também contra as privações ocasionadas pela insuficiência ou ausência de renda.

O ano de 2003, foi um período marcante na política de assistência social, é nesse ano que é aprovado o novo texto do PNAS – Programa Nacional de Assistência Social, que, segundo o MDS (2010), “definiu as bases para a implantação do novo modelo de gestão”.

Com base no Plano Nacional de Assistência Social, publicado em 2004, para a construção da política pública de assistência social, é necessário levar em conta três vertentes de proteção social, sendo elas: as pessoas, as suas circunstâncias e a família. Ou seja, “a proteção social exige a capacidade de maior aproximação possível do cotidiano da vida das pessoas”, é necessário entender os indivíduos tratando-os como casos individuais “enquanto de fato são parte de uma situação social coletiva”. (PNAS, 2004, p.15). Uma vez que captadas as diferenças sociais, é possível compreender as circunstâncias e os requisitos sociais do indivíduo no meio em que ele está inserido, entender essa leitura micro social é necessário para atender e resolver a demanda macrossocial.

Diante disso, o Brasil entra para um período de fortalecimento do Estado e de defesa dos direitos assistenciais. Para o MDS (2010), “a integração da rede de serviços se consolida na corresponsabilidade, ao Estado cabe oferecer e garantir a proteção social, e ao usuário o direito de acessar benefícios e serviços”. A família entra como papel de nível fundamental para a política de assistência social, também é levado em consideração o território, para a compreensão das situações de risco social e vulnerabilidade. Neste cenário, foram instituídos projetos, serviços e benefícios de transferência de renda, abrindo destaque para a criação de um programa social de assistência que mudaria os paradigmas de políticas públicas aplicadas para o desenvolvimento social e a luta contra a pobreza.

2.2.2. Bolsa Família: um debate sobre a desigualdade social no Brasil

Instituído através de medida provisória, em outubro de 2003, pelo governo Lula, nasce um programa de proteção social inédito no Brasil, tendo um grande impacto na vida diária de milhões de brasileiros que estivessem na miséria e que modificaria significativamente a

⁵ As 3 conferências anteriores ocorreram nos anos 1995, 1997 e 2001.



concentração de renda e de propriedade no país: o Bolsa Família.

O programa é gerido pelo MDS⁶ (Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome) em parceria com os estados e municípios. As prefeituras devem coletar os dados e cadastrar as famílias no Cadastro Único. O beneficiário, por sua vez, deve atender a uma série de condicionalidades, sendo elas: “o acompanhamento da saúde e do estado nutricional dos filhos, matricular e acompanhar a frequência escolar das crianças no ensino fundamental e participar de ações de educação alimentar. (WISSHEIMER, 2006, p.26).

As prefeituras devem elaborar as informações do Cadastro Único, e baseado nelas, o MDS seleciona as famílias a serem beneficiadas, a Caixa Econômica Federal atua como agente operador do cadastro e é a responsável pelo pagamento dos benefícios.

Um dos conceitos centrais do Bolsa Família é a sua integração com outros programas sociais, o Bolsa Família tem atuado, principalmente, como garantia de uma renda complementar básica e para assegurar que as crianças fiquem na escola e estejam devidamente vacinadas. Além de toda a questão monetária, o programa trabalha, portanto, no desenvolvimento social e combate a exploração infantil. Sua atuação se potencializa quando aliado a outros programas, por exemplo, o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), que integra a rede de proteção básica a famílias que vivem em risco social. A interação dos programas e ações socioassistenciais são implementadas por meio dos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS).

Observa-se que no século XX, o Brasil teve o maior índice de crescimento mundial. Contudo, isso não resultou em redução nas desigualdades sociais, como destaca WISSHEIMER (2006, p. 11), pois, “elas aumentaram, transformando as grandes e as médias cidades brasileiras em áreas de grande instabilidade social”. Destacando o programa Bolsa família e as políticas de aumento do salário-mínimo, o conjunto de políticas públicas atrelados a esses programas possuem um viés assistencialista que causa impacto direto no cotidiano da população mais pobre e está atrelada a uma política de distribuição de renda.

O Bolsa família não é o programa que detém o maior investimento de recursos, porém, ainda para WISSHEIMER, pode ser o de “maior impacto na vida cotidiana de milhões de pessoas que tinham muita dificuldade de colocar comida na mesa” (2006, p.12).

É necessário olhar para as desigualdades que formam a sociedade brasileira e utilizá-las como fator preponderante na solução de redução da pobreza, contudo, levando em consideração

⁶ Criado em 2004, o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome foi instaurado com o intuito de, na época, tratar a superação da pobreza e da fome como prioridade no país. Entretanto, em 2019, em meio ao governo do presidente Jair Bolsonaro, o órgão foi extinto e suas atribuições ficaram a cargo do Ministério da Cidadania.



que a diminuição dos níveis de desigualdade ocorrerá a longo prazo. É necessário, portanto, fazer uma divisão de águas entre o que deve ser feito de forma imediatista e que tipo de política deve-se fazer para solucionar um problema maior, que desencadeia o porquê de todos (ou da maioria) dos problemas.

Pode parecer um paradoxo, mas não é. O principal objetivo do Programa Bolsa Família é justamente fazer com que seus beneficiados deixem de sê-lo. Essa é uma tarefa para muitos anos e não apenas para um programa isolado. Promover o desenvolvimento socioeconômico de famílias em estado de insegurança alimentar, gerar trabalho e renda, devolver ou mesmo criar uma dignidade capaz de levar a algo que possa ser chamado de cidadania. (WISSHEIMER, 2006, p.39).

Para WISSHEIMER (2006, p.39), esse é o caminho de saída do Bolsa família, pois o de entrada é aquele conhecido e atrelado a nossa história ao longo de séculos “uma política patrimonialista, baseada na exclusão e de uma grande parte da população e “apropriação privada do Estado”.

O MDS, através da atualização dos critérios do programa, passou a investir no atendimento e atender a um número mais amplo de pessoas, após superar a meta de 11 milhões de família beneficiadas no ano de 2006. “O objetivo estratégico é construir políticas que possam efetivar a transição da situação de dependência em relação aos programas de transferência de trabalho com garantia de direitos”. (WISSHEIMER 2006, p.40)

A discussão relativa ao combate a pobreza e à desigualdade social nunca foi tão debatida na história do Brasil como no fim da década de 90 e início dos anos 2000. O ponto que o país chega após a criação desse importante programa social (bolsa família) é o mais avançado da história do país até então. É claro que é tido ainda como um ponto bem distante do ideal, para WISSHEIMER (2006, p.123), no Brasil “a luta contra a pobreza, a fome em prol de uma vida digna nunca foi tratada verdadeiramente como uma política de Estado”, o que coloca o Bolsa família como um indicador de como é possível fazer esses tipos de políticas, que são capazes de mudar muitas realidades de pessoas que necessitam.

2.3. Programas de assistência social: assistência a nível municipal

2.3.1. Centro de Referência de Assistência Social – CRAS

Pouco antes da elaboração do Plano Nacional de Assistência Social (PNAS), em 2004, foi determinado a criação de uma unidade pública que atenderia a nível municipal prestando serviços de assistência social em áreas de vulnerabilidade e risco social: O CRAS (Centro de Referência de Assistência Social). Conforme nos diz Elisete de Fátima Rangel, em sua



dissertação de mestrado publicada em 2009, o CRAS funcionaria como “porta de entrada” dos usuários na rede de proteção básica do Sistema Único de Assistência Social, o SUAS, e “tem como função organizar a vigilância social e concretizar o direito socioassistencial referente à garantia de acessos e serviços de proteção social básica”. (RANGEL, 2009, p. 39).

Diante disso, pode-se dizer que o CRAS é um equipamento público onde são realizados os serviços, programas, projetos e benefícios de proteção básica, é a ponte onde se conecta a pessoa assistida e o estado provedor de assistência. A sua instalação deve ser feita em locais que tenham maior concentração de famílias em vulnerabilidade social, é papel dos municípios identificarem e mapearem essas zonas. Em casos de território que contenham baixa densidade demográfica ou dispersão populacional (como áreas rurais e indígenas, por exemplo), o CRAS deve, segundo Rangel, ser implementado em local de maior acessibilidade e o atendimento a essas populações pode ser feito por meio do deslocamento da equipe nessas áreas isoladas, este é denominado o CRAS itinerante.

Neste sentido, as equipes dos CRAS devem identificar as necessidades dos indivíduos e das famílias de cada local, e devem inseri-las nas atividades coletivas e/ou, caso necessário, encaminhá-las para outros atendimentos. O CRAS é definido pelo SUAS como a base física de sustentação do sistema, é onde se concretiza a assistência social e quando ela fica acessível a população que pode atuar de forma participativa. É de sua responsabilidade, executar o trabalho e desenvolver ações no território, realizando a vigilância social sobre as vulnerabilidades identificadas, promovendo articulações socioassistenciais e coordenando os serviços de proteção social básicas que forem executados naquele determinado território.

É importante analisar que o trabalho desenvolvido pelo CRAS deve ser abrangente, o estudo e análise do território deve distinguir e identificar as “características sociais, culturais e identitárias de sua população” (RANGEL, 2009, p.42), ou seja, deve considerar a complexidade da dinâmica social relacionadas às questões econômicas das cidades e colocando em evidências as desigualdades que existem no país.

A equipe deve prestar informações e orientações para a população da sua área de abrangência, bem como, segundo o PNAS (2004, p. 35), “se articular como rede de proteção social local no que se refere aos direitos de cidadania, mantendo ativo um serviço de vigilância da exclusão social na produção, sistematização e divulgação de indicadores da área de abrangência”. Ainda segundo o PNAS, “são considerados serviços de proteção básica de assistência social aqueles que potencializam a família, [...] fortalecendo seus vínculos internos e externos de solidariedade” (PNAS, 2004, p.36), nesse aspecto são abordados os seguintes serviços e programas ofertados:



- Programa de atenção Integral à Família.
- Programas de inclusão produtiva e enfrentamento da pobreza.
- Centros de Convivência para Idosos.
- Serviços socioeducativos para crianças, adolescentes e jovens a fim de fortalecer os vínculos familiares e comunitários.
- Centros de informação e de educação para o trabalho, voltados para jovens e adultos.

Ao ser colocada a centralidade da assistência na família, alguns debates acontecem e muitos questionamentos são levantados no que se refere ao peso e responsabilidade que é dado à família, segundo Rangel, alguns teóricos questionam essa atribuição levando em consideração que elas (as famílias), “já vivenciam um cotidiano de fortes pressões sócio-culturais, exigindo delas a superação de suas dificuldades, sem o devido amparo para tanto”. É reconhecido pelo próprio PNAS que existem vários formatos ou modelos de família, e que infelizmente, algumas são espaços que constituem uma convivência cotidiana contraditória “marcada por conflitos e até mesmo violência” (RANGEL, 2009, p.42).

Neste contexto, conforme é disposto no PNAS, a realidade brasileira nos demonstra que existem famílias:

Com as mais diversas situações socioeconômicas que induzem à violação dos direitos de seus membros, [...] além da geração de outros fenômenos como, por exemplo, pessoas em situação de rua, migrantes, idosos abandonados que estão nesta condição não pela ausência de renda, mas por outras variáveis da exclusão social. Percebe-se que estas situações se agravam justamente nas parcelas da população onde há maiores índices de desemprego e de baixa renda dos adultos”. (PNAS, 2004, p. 36).

Percebe-se que a identidade do grupo familiar é fragilizada e que isso é ocasionado em função das dificuldades em serem cumpridas as funções de proteção básica, socialização e mediação. A vida dessas famílias, já naturalmente é regida pela pressão dos fatores socioeconômicos e a necessidade de sobrevivências, é preciso, portanto, compreendê-las também em seu contexto cultural e analisar as origens e resultados da situação de risco em que eles se encontram.

Além da proteção social básica já citada, outro nível de proteção garantido e instituído pelo SUAS é o da proteção social especial, que é segundo o PNAS, “a modalidade de atendimento assistencial destinada a família e indivíduos que se encontram em situação de risco pessoa e social, por ocorrência de abandono, maus tratos físicos e, ou, psíquicos, abuso sexual, [...] situação de rua, situação de trabalho infantil, entre outras” (PNAS, 2004, p. 37). Esses serviços requerem um acompanhamento individual que deve ser flexível nas soluções protetivas.



Para o MDS, no guia CRAS - Melhoria da Estrutura Física para o aprimoramento dos serviços, publicado em 2009, o CRAS deve, portanto, “se organizar não segundo padrões genéricos, mas em estrita observância às exigências locais” (MDS, 2009, p. 10), ou seja, essas exigências – que devem ser definidas através do diagnóstico das áreas de abrangência – devem determinar o conjunto de serviços a serem ofertados, de acordo com cada localidade, respeitando as necessidades locais e abrangendo os mais diversos públicos. Isso deve ser levado em conta até mesmo nas implantações do Centros de referência, ela não pode ser determinada sem considerar as “características socioeconômicas, geográficas, culturais que conferem identidade a cada um deles” (MDS, 2009, p. 13).

2.3.2. Centro Comunitário

Numa outra abordagem, mas que não foge muito dos sistemas assistencialistas já vistos, temos um outro tipo de programa que surge no intuito de desenvolver ações diversificadas para o atendimento da população. Conforme definição da Direção-Geral da Ação Social (DGAS) em documento publicado em Lisboa no ano 2000 (p.7), o centro comunitário é “uma estrutura polivalente onde se desenvolvem serviços e atividades que, de uma forma articulada, tendem a constituir um polo de animação com vista à prevenção de problemas sociais e à definição de um projeto de desenvolvimento local, coletivamente assumido⁷” – traduzido pela autora. Em outras palavras, ele é um local plural onde devem ocorrer atividades coletivas e promover à integração social, viabilizando o acesso dessa população à mecanismos de desenvolvimento social de forma que minimize a exclusão social.

Segundo artigo publicado pela Escola Britannica em 2021 sobre assistência social, o primeiro centro comunitário que se tem registro na história surge num bairro pobre de Londres, Inglaterra. O local foi fundado em 1884 e recebeu o nome de *Tonybee Hall*, o fundador, Samuel Barnett se juntou com um grupo de estudantes que morariam neste centro e iriam promover atividades para ajudar a população local. Nos estados Unidos, Jane Addams e Charles Stover estabeleceram os primeiros centros comunitários em Nova York e Chicago, inspirados justamente pelo Tonybee Hall em Londres. A partir daí, surgiram diversos centros comunitários em vários países.

⁷ No original (escrito na língua portuguesa de Portugal): “uma estrutura polivalente onde se desenvolvem serviços e actividades que, de uma forma articulada, tendem a constituir um pólo de animação com vista à prevenção de problemas sociais e à definição de um projecto de desenvolvimento local, coletivamente assumido”. (DGAS, 2000, p.7)



No Brasil, esse tipo de equipamento público surgiu recentemente, visto que os direitos de assistência social foram reconhecidos apenas no final do século passado⁸. Os anos 2000 foram anos de grande desenvolvimento onde foram formados diversos programas sociais, que estão ainda em constante desenvolvimento. Alguns municípios brasileiros já contêm centros comunitários para atender a população, mas a quantidade ainda é bem inferior com relação à demanda, a divulgação dos projetos nem sempre atinge os grupos necessitados o que os tornam pouco utilizados.

Este equipamento deve reunir um conjunto de características para que se tenha uma visão global da comunidade, promovendo a interação da população em um processo participativo a partir de formas dinâmicas de parceria com a união de esforços, saberes e recursos. Contribuindo, assim, “para a criação de condições que possibilitem aos indivíduos, o exercício pleno do seu direito de cidadania e apoiar as famílias no desempenho de suas funções e responsabilidades, reforçando a sua capacidade de integração e participação social”. (DGAS, 2000, p. 10).

Para o bom funcionamento de um centro comunitário, conforme determina o DGAS, é preciso considerar a proximidade, a flexibilidade e a participação. A proximidade refere-se ao local onde o equipamento está inserido e se encontra-se próximo à população, “a dimensão local do centro comunitário é, pois, fundamental, para definir a forma de atuar sobre esse mesmo local”. A flexibilidade refere-se ao funcionamento do centro comunitário que deve ocorrer de forma “moldável”, onde ofereça uma gama diversificada de serviços/atividades, correspondendo “às constantes alterações da realidade e às necessidades emergentes”. (DGAS, 2000, P.11). Por fim, a participação, que consiste no engajamento das pessoas, onde o objetivo é aproximar-se dos indivíduos e dos problemas enfrentados por eles, para assim focar nas resoluções dos problemas.

As atividades não devem ficar restritas apenas a um só edifício, pode-se, de acordo com a necessidade, distribuir e dividir os serviços ofertados pela comunidade, onde o DGAS define como possíveis “polos aglutinadores”, atendendo às questões de flexibilidade e estimulando o uso de outras infraestruturas existentes no local. Neste sentido, o centro comunitário pode conter um conjunto de espaços multifuncionais que podem ou não estar concentrados em um mesmo edifício. A informação também é um fator que deve ser considerado, o centro comunitário pode contribuir e assegurar a acessibilidade das pessoas, mantendo-as informadas sobre os recursos existentes, direitos e deveres e auxiliar no esclarecimento de dúvidas.

⁸ Ressalta-se que muitas atividades que atualmente são desenvolvidas em centros comunitários foram – e ainda são – feitas por instituições religiosas e programas realizados por instituições privadas.



O DGAS estabelece um compilado de setores onde reúnem as atividades a serem desenvolvidas no local, os espaços que devem ser destinados para cada atividade, bem como os espaços técnicos e administrativos de organização e logística do local. Neste mapeamento, é possível estabelecer todo um programa de necessidades, que reúne as atividades, quem serão os utilizadores, os equipamentos necessários para o desenvolvimento, como deve ser condicionado o ambiente para o desempenho das atividades, preocupando-se com as questões referentes a conforto ambiental, instalações e os efeitos que as atividades produzem para o ambiente externo.

Grupo Funcional	
4. Animação Sócio-Cultural	
Actividades	Utilizadores e Pessoal
4.1 transmitir conhecimentos	Utilizadores: pequenos grupos ou grupos mais alargados consoante a actividade
4.2 realizar actividades para o desenvolvimento de competências sociais e pessoais	Pessoal
4.3 conviver, participar em jogos, exercícios físicos, festas, etc.	
4.4 dançar	
4.5 assistir à projecção de filmes, etc.	
Vinculação das Actividades a Espaços	
■ exige espaço próprio	
Equipamento e Apetrechamento	
■ mesas/cadeiras/armários	■ material audio-visual
■ quadro	■ equipamento informático
■ equipamento para as actividades de animação seleccionada	
Condições de Ambiente Preconizadas	Efeitos das Actividades sobre o Ambiente
■ ambiente acolhedor e confortável	■ calor
■ isolamento térmico	■ poluição do ar
■ renovação de ar	■ ruído
■ ausência de correntes de ar	■ vibrações
■ boas condições de iluminação	■ movimento de pessoas
■ incidência solar controlada	Instalações e Consumos
■ obscurecimento	■ energia eléctrica (iluminação, limpeza, máquinas, som)
■ visibilidade para o exterior	■ telefones
■ isolamento sonoro	■ televisão
■ aquecimento	

Figura 1- Exemplo de lista das atividades agrupadas segundo grupos funcionais, elaborado pelo DGAS.

Disponível em: <http://www.seg-social.pt/documents/10152/13331/Centro_comunitario>. Acesso em: 29 mar. 2021

Esse tipo de programa técnico funcional atua como um instrumento de orientação para o estudo de projetos de construção do centro comunitário. Entretanto ele não é estático, e deve



flexibilizar-se de acordo com o que será desenvolvido pelo local e pela demanda. O centro comunitário, pode vir a ser, através dessas análises, um local de desenvolvimento dos indivíduos que respeita suas diferenças, mas atua de forma coletiva, a fim de atingir a todos, combatendo à exclusão social e concedendo acesso igualitário a diversas formas de educação, lazer e informação que por muito tempo foi negado à quem esteve entre os grupos mais vulneráveis.

2.4. O sistema “S”, um modelo de gestão e arquitetura

2.4.1. O terceiro setor e o surgimento do sistema “S”

O Brasil segue um modelo de atividades econômicas desenvolvidas pela sociedade em três setores, o primeiro, segundo e terceiro setor. O primeiro setor se refere às ações realizadas diretamente pelo próprio Estado, são as administrações públicas distritais, municipais, estadual e federal. O primeiro setor responsabiliza-se por prover ações sociais garantindo saúde, educação, cultura e infraestrutura.

O segundo setor é relativo às instituições privadas, tanto na comercialização de produtos quanto na prestação de serviços, sendo que elas possuem fins lucrativos. Conforme LOCATELI, no artigo Sistema “S”: *Accountabilty*, o Estado pode transferir parte de sua atuação a terceiros, em serviços onde a execução não seja privativa do próprio Estado. Diante disso, existem as entidades que congregam o Terceiro setor, que originalmente tem sua origem histórica relacionada a caridade e filantropia. Ao final do século XIX e posteriormente no século XX, com a crise do Estado, “estas entidades passaram a ganhar força agindo nos vazios institucionais fazendo emergir o serviço social e o chamado terceiro setor, o qual consiste na sociedade civil organizada em complementação ao Estado (primeiro setor) e ao mercado (segundo setor)” (LOCATELI, 2019 p.4.).

Neste sentido o terceiro setor desempenha as atividades de interesse público, porém, de natureza privada, nele estão integradas as entidades paraestatais⁹, onde são formadas por pessoas jurídicas de direito privado, mas que colaboram com o Estado no desempenho dessas

⁹ São classificados como entes paraestatais não integrantes da administração pública, mas que prestam serviços considerados de interesse público. (OLIVEIRA, 2013).



atividades de caráter público. Essas atividades paraestatais são, portanto, fomentadas pelo poder público.

Entre os paraestatais, há vários grupos de serviços sociais autônomos que têm como características primordiais: elas devem ser criadas por lei, não possuir fins lucrativos, possuírem a personalidade de direito privado, ministrar assistência ou ensino a determinadas categorias sociais e/ou grupos profissionais e sua manutenção deve ocorrer por dotações orçamentária ou contribuições paraestatais, são constituídas em cooperação com o poder público.

Foi criado na década de 40 o Serviço Social Autônomo (SSA) que seria um instituto do direito administrativo brasileiro que concebia corporações profissionais autorizadas a instituir entidades civis sem fins lucrativos para realizarem funções que inicialmente ficariam a cargo do poder público. As áreas a serem abrangidas seriam as de formação e aperfeiçoamento profissional e no fortalecimento do bem-estar social dos trabalhadores.

Ainda nesse período, para Oliveira (2013), o Brasil começou a acelerar seu processo de industrialização, em plena ditadura do Estado Novo. Um grande problema para as novas indústrias era exatamente a falta de mão de obra qualificada, o Sistema “S” formou-se nesse período justamente com o intuito de promover capacitação profissional relativo à indústria. Com a introdução do Sistema “S”, criou-se um conjunto de contribuições parafiscais instituídas por diferentes leis. Segundo LOCATELLI, o Sistema “S” formou-se a a partir da apropriação dos conceitos do Estado de Bem-Estar Social, inicialmente, foram criadas 4 entidades vinculadas ao setor da indústria e comércio, cujos objetivos relacionavam-se à educação e integração social dos trabalhadores de tais setores”.

Segundo Ferraz (2008), em sua dissertação de mestrado referente à arquitetura moderna das escolas “S” Paulistas, o sistema tem um caráter corporativista no contexto em que está inserido marcado pela presença do Estado nas questões industriais, que tornavam-se cada vez maiores no começo do século XX. Foi, portanto, atribuída às organizações “S” a capacitação profissional e os serviços sociais voltados aos trabalhadores da indústria e comércio.

Dentre os principais serviços fornecidos, “o sistema engloba entidades de formação profissional, tais como, o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac), o Serviço Nacional de Aprendizagem Agrícola (Senar), o Serviço Social da Indústria (SESI), o Serviço Social do Comércio (SESC)” (SALGADO, 2012 p.51). Onde, conforme Ferraz (2008), os



industriais brasileiros assumiram o controle do SENAI e do SESI, e os empresários do comércio controlariam o SESC e o SENAC.

2.4.2. O terceiro setor e o surgimento do sistema “S”

“Educação e arquitetura: o espaço como o denominador comum entre ambas. Se a educação requer certos espaços para desempenhar sua função, a arquitetura envolve os caminhos e os efeitos de planejar e incluir estes espaços.” (FERRAZ, 2008, p. 120).

A infraestrutura e arquitetura das primeiras escolas SENAI, na sua década de formação seguiam padrões tradicionais, sendo edifícios que seguiam o estilo do ecletismo ao racionalismo. Segundo Ferraz (2008 p.42), os edifícios refletiam as fases de evolução da indústria, onde alguns eram concebidos em instalações provisórias em prédios cedidos.



Figura 2 - Exemplo das primeiras escolas do SENAI em edifícios cedidos na década de 40

Fonte: FERRAZ, 2008. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16133/tde-26042010-153600/publico/Artemis_Tese.pdf>. Acesso em: 31 mai. 2021.

No final de 1945, por ameaças de estatização, o SENAI foi pressionado e foi acelerada a construção de suas primeiras escolas, “projetadas com características monumentais”. (FERRAZ, 2008, p. 141). Essas novas escolas tinham uma arquitetura tradicional, padrão utilizado em edifícios que existem ainda hoje. Um exemplo é a Escola Roberto Simonsen do Brás e a Escola Horácio Augusto da Silveira da Barra funda, ambas em São Paulo.



Figura 3 - Escola SENAI Roberto Simonsen em São Paulo.

Fonte: FERRAZ, 2008. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16133/tde-26042010-153600/publico/Artemis_Tese.pdf>. Acesso em: 31 mai. 2021.



Figura 4 - Escola SENAI Horácio Augusto da Silveira, Barra Funda, São Paulo.

Fonte: FERRAZ, 2008. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16133/tde-26042010-153600/publico/Artemis_Tese.pdf>. Acesso em: 31 mai. 2021.

Nos anos 50 foi evidenciada a necessidade de se adaptar a organização do ensino, onde a arquitetura deveria seguir características próprias de forma que fosse particular e inconfundível, diante disso, fortaleceu-se mais a ideia de construir novas escolas, utilizando-se



como premissa os princípios da educação que poderiam ser facilitados pelos projetos escolares. Assim, os planejadores de edifícios deveriam utilizar estes mesmos princípios para criarem um novo tipo de espaço.

As primeiras escolas surgiram efetivamente no período moderno brasileiro, onde mais efetivamente a partir da segunda metade do século XX que estes princípios e necessidades são demandados à arquitetura. Essas escolas foram criadas visando uma educação que considerasse as necessidades das comunidades, e com isso seria planejada uma escola com área de recreação, auditório e ginásio. Neste sentido, “a arquitetura buscava atender ao aspecto social da educação, interligando as necessidades da sociedade e da juventude”, (FERRAZ, 2008,p. 122). A respeito disso Rolemberg comenta:

“Foi também a partir da segunda década do século XX que se fortaleceu no país um movimento nacionalista, cuja premissa fundamental era edificar uma identidade brasileira, determinar seus símbolos, em um esforço de distinção do país face às demais culturas. Os arquitetos participaram ativamente desse projeto, e a educação ganhou importância em função dos compromissos de transformação social”. (ROLEMBERG, 2019).

Contudo, apesar do pensamento de “identidade brasileira”, muitas referências e premissas das escolas norte-americanas foram norteadoras para a implantação das novas escolas dos “S” brasileiros. Uma importante referência da época foi a Norman High School, localizada no estado de Oklahoma (EUA), que foi projetada como um centro comunitário para jovens, a arquitetura desta escola, por exemplo seguiu seis premissas primordiais: o crescimento, a flexibilidade, a interligação, rendimento e economia, sociabilidade e, por fim, atratividade. Essas premissas caracterizam os “S” no contexto moderno.

Diante disso, e utilizando dessas referências modernas norte-americanas, as escolas modernas dos “S” brasileiros foram concebidas como um espaço social, recreacional, flexível e aberto. Em aspectos referentes à industrialização, comércio e assistência social, Ferraz acrescenta que “a arquitetura dos “S”, cresceu continuamente, quer pela importância de sua arquitetura aplicada à pedagogia, quer pelo desenvolvimento de seus projetos.

O projeto arquitetônico das unidades das instituições do Sistema “S” deveriam atender prioritariamente “aos propósitos dos educadores e materializar as inovações por eles propostas nos programas educacionais, mas também observar os ensejos do idealizadores do sistema e os objetivos do próprio Estado” (ROLEMBERG, 2019). Em outras palavras, conforme salienta a



autora, a arquitetura deve participar não apenas da organização física e espacial, mas deve colaborar diretamente na construção da imagem institucional.

As recentes discussões sobre o sistema “S” apresentam questionamentos relativos à monumentalidade da arquitetura dessas escolas e os centros culturais e esportivos das mesmas que seriam, de acordo com os críticos, “valorosa demais para o seu fim”. Esses questionamentos são rebatidos com o argumento de que no período em que muitos desses edifícios foram criados acreditava-se no nacionalismo como estratégia para o desenvolvimento socioeconômico do país, e aliado a isso enxergava-se a arquitetura como um significativo potencial pedagógico e catalisador dessas construções.

Conforme este pensamento, segundo Rolemberg (2019), o projeto arquitetônico desses edifícios de ensino responderiam com a competência à racionalidade funcional do programa educacional, pois para os intelectuais da primeira metade do século XX, os edifícios deveriam:

“Atender aos ensejos políticos do governo de produzir ícones que pudessem ser assimilados como símbolos de brasilidade. Essa postura revela o conhecimento de uma dimensão pedagógica da arquitetura e de que a profissão estava vinculada a uma função social que, naquele momento, interessava apropriar para os fins políticos de atrelar valor aos edifícios públicos”. (ROLEMBERG, 2019).

Neste sentido, a arquitetura não só tem a função de proporcionar visibilidade ao sistema educacional, mas também de fortalecer o vínculo do aluno com a instituição gerando a perspectiva de pertencimento. A arquitetura das unidades do sistema “S” é, segundo Rolemberg, pensada a partir da escala do aluno, sendo um local atrativo e cativante, capaz de estimular o interesse do estudante pela instituição, motivando-o.

Para o sistema, a educação é inserida como o caminho mais eficaz para a transformação política e econômica, busca-se com seus edifícios oferecer espaços culturais, de lazer que promovam a transformação social. Para sua concretização são pensados na concepção do projeto os aspectos funcionais das implantações, aproveitando a topografia, morfologia e localização do terreno, e também em aspectos de conforto ambiental nos estudos de insolação e ventilação natural. Outras características comuns nesses projetos são a flexibilidade dos espaços, onde é levado em consideração a previsão de futuras ampliações, contudo, com racionalização estrutural e construtiva.

3 ESTUDOS DE CASO

3.1. Edifício Projeto Viver

Vencedor do prêmio Rogelio Salmona¹⁰, o Edifício Projeto Viver situa-se na Comunidade Jardim Colombo localizada no bairro Morumbi, em São Paulo. O projeto encontra-se edificado em um terreno livre de 1500m² que era anteriormente utilizado pelos moradores como um dos principais acessos da favela, o local também era palco de eventos da comunidade e acabava sendo utilizado como depósito de lixo e estacionamento de automóveis.



Figura 5 - Ficha técnica Edifício Projeto viver.

(Elaborado pela autora). Dados: Archdaily.

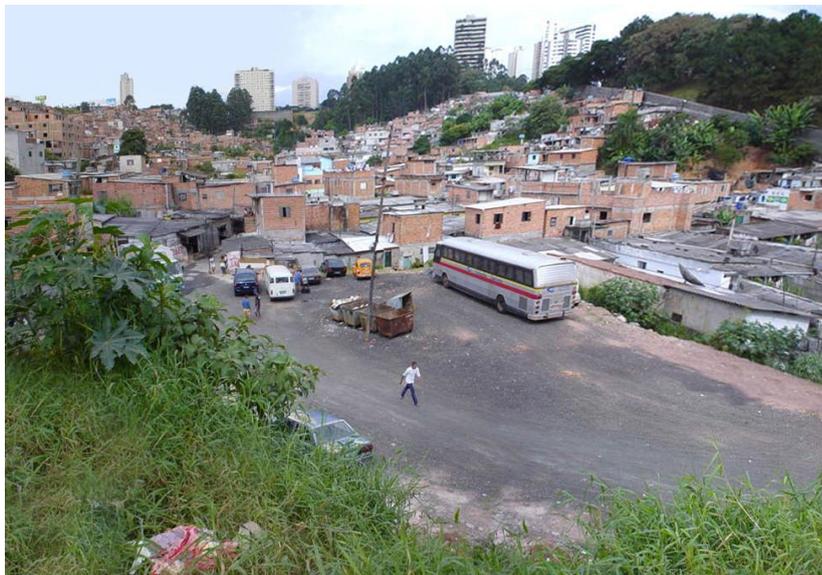


Figura 6 - Terreno antes da construção do Edifício Projeto Viver.

Disponível em: <<https://www.archdaily.com.br/br/625866/vencedor-do-premio-rogelio-salmona-edificio-projeto-viver-fgmf>>. Acesso em 08 abr. 2021.

¹⁰ O prêmio consiste em um reconhecimento que busca identificar e divulgar as melhores práticas de arquitetura em cidades latino-americanas e do Caribe, onde sejam criados espaços públicos significativos para seus habitantes e possam contribuir com a consolidação de cidades inclusivas.



Figura 7 - Edifício projeto viver.

Disponível em <<https://www.archdaily.com.br/br/625866/vencedor-do-premio-rogelio-salmona-edificio-projeto-viver-fgmf>>.
Acesso em: 08 abr. 2021.

A principal premissa para a concepção do projeto foi a de criar um espaço livre para a população próxima, residente na comunidade. Um dos fatores determinantes para sua consolidação se dá, segundo dados fornecidos pelos autores do projeto no site Archdaily, em função da favela não conter espaços coletivos de qualidade. A malha urbana é densamente ocupada e os espaços livres consistem em pequenas vielas nas quais coexistem a passagem de automóveis, esgoto a céu aberto e uma grande quantidade de pessoas. Unindo as necessidades da população e o terreno livre já conhecido e utilizado pela comunidade, foi criado um grande espaço coletivo.

O projeto tem como objetivo, atender os alunos regulares do Projeto Viver, projeto já existente na comunidade integrado à escola, e os alunos de um outro projeto chamado “Caminhando”, os dois projetos juntos reúnem faixas etárias entre 6 e 18 anos. Entretanto, o atendimento não é restrito apenas à esses grupos, o local também atende a quem desejar utilizar o espaço, pois os portões ficam abertos até as 22h.

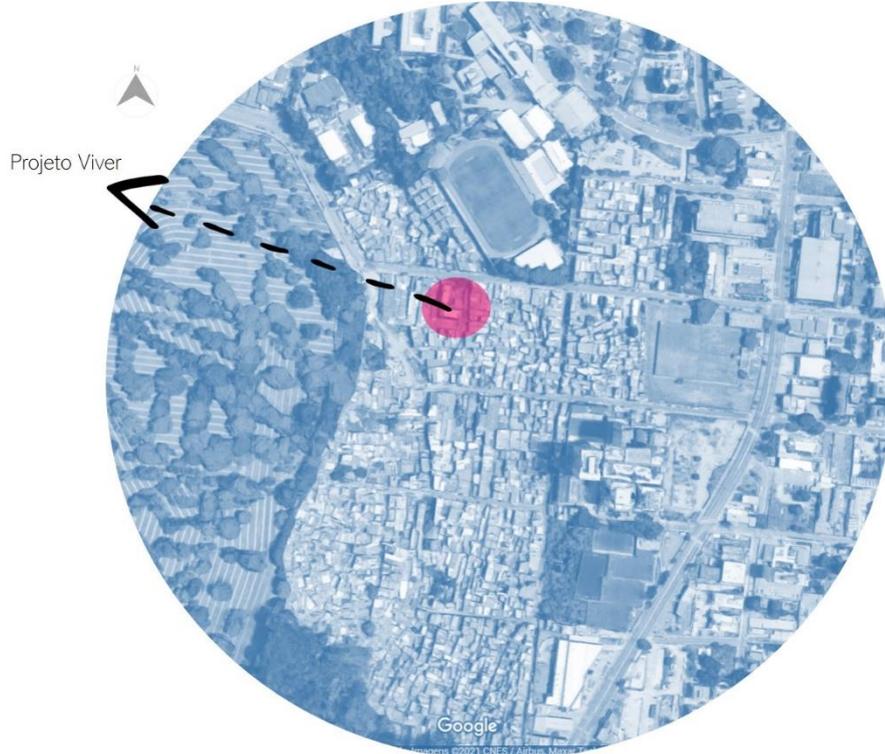


Figura 8 - Relação do edifício com a comunidade Jardim Colombo

. (Modificado pela autora). Disponível em: <<https://www.google.com/maps>>. Acesso em: 07 abr. 2021

Parte do terreno foi utilizado para a criação de uma rua, consolidando o uso pré-existente do terreno como acesso à comunidade. Esse fator tem grande relevância, e será uma referência a ser empregada no projeto a ser desenvolvido neste trabalho de conclusão de curso, uma vez que ambos os terrenos são utilizados como passagem cotidianamente de pedestres. O edifício Projeto Viver é um exemplo onde a arquitetura não se torna um bloqueio para os que já conhecem e vivem na cidade, é importante destacar o respeito pela vivência e memórias da comunidade que auxiliam o projeto a tornar-se uníssono com o contexto urbano em que está inserido e com os indivíduos que o utilizam.

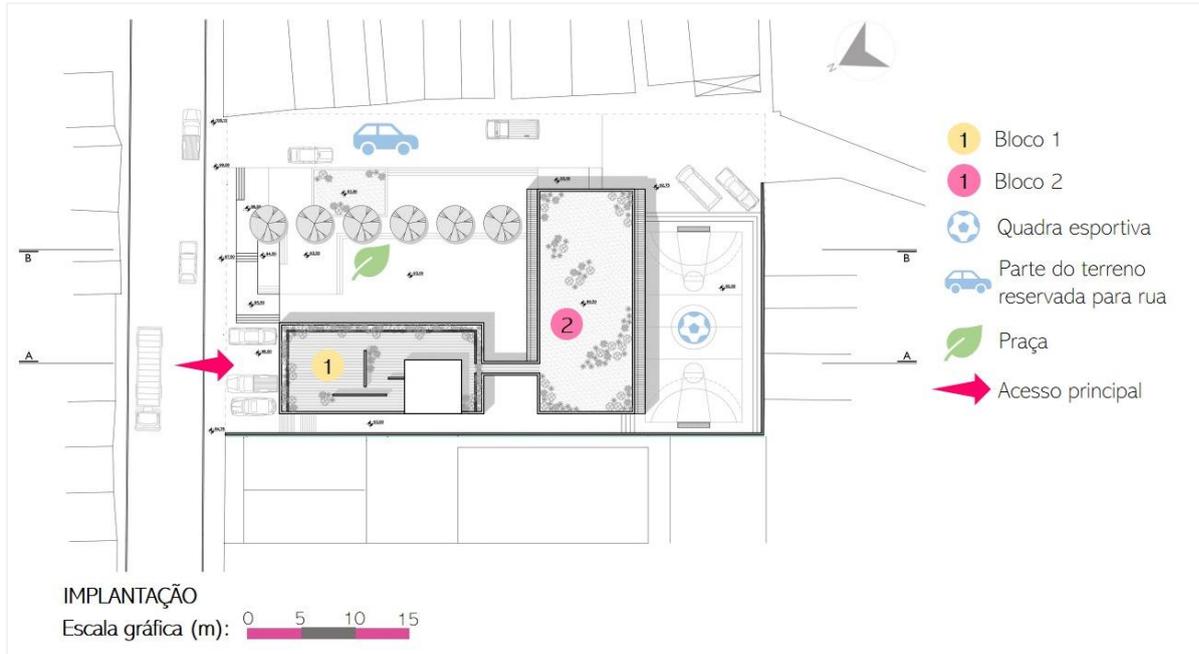


Figura 9 - Implantação do Edifício Projeto Viver.

(Modificado pela autora). Disponível em: <<https://www.archdaily.com.br/br/625866/vencedor-do-premio-rogelio-salmona-edificio-projeto-viver-fgmf>>. Acesso em 08 abr. 2021.

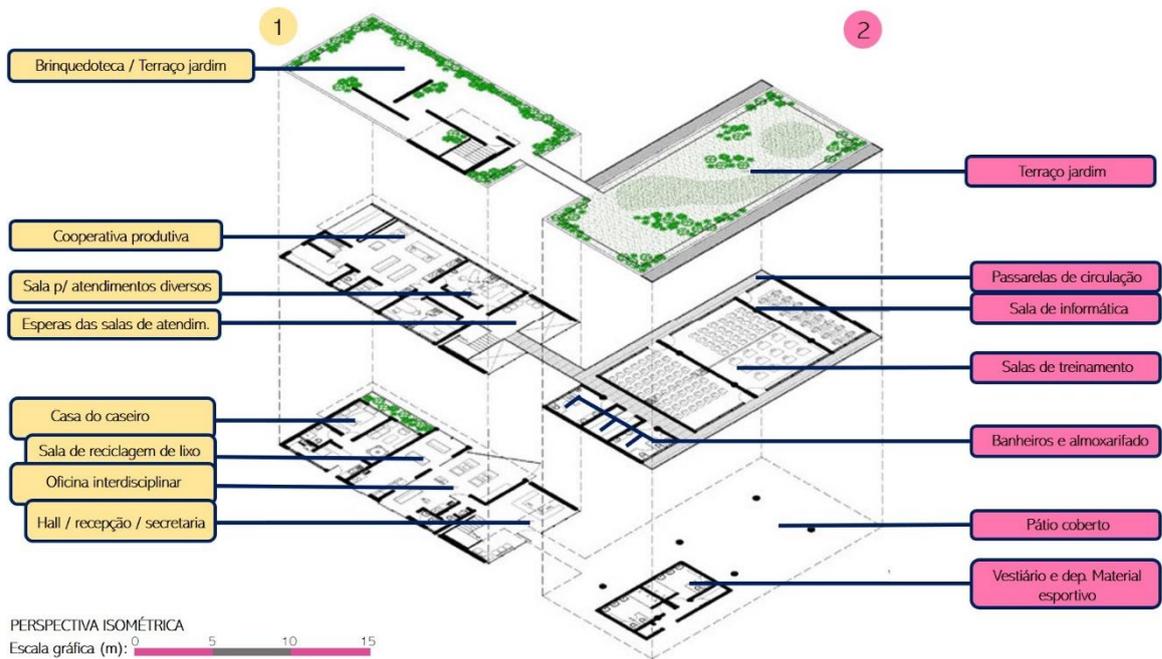


Figura 10 - Perspectiva Isométrica e zoneamento funcional.

(Modificado pela autora). Disponível em: <<https://www.archdaily.com.br/br/625866/vencedor-do-premio-rogelio-salmona-edificio-projeto-viver-fgmf>>. Acesso em 08 abr. 2021.

Disposto em dois blocos principais, o menor bloco (nº2) é elevado sobre pilotis o que configura uma praça coberta, o edifício também ajuda a proteger a quadra de esportes,



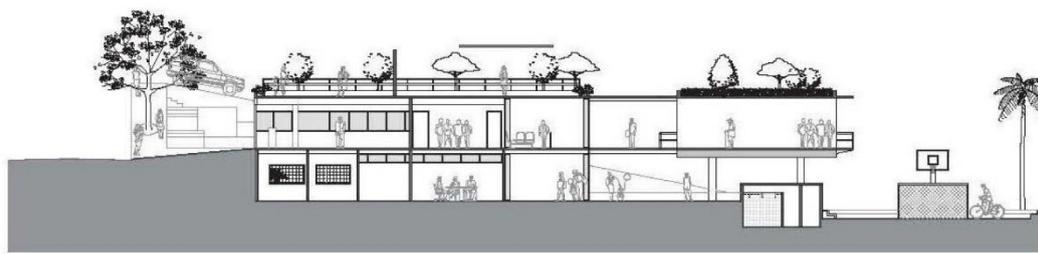
promovendo sombreamento. Nele estão dispostos vestiários, almoxarifado, salas de treinamento, salas de informática e na cobertura um terraço jardim. O bloco menor se conecta ao maior (nº1) através de passarelas no pavimento superior e na cobertura, esse bloco por sua vez, não contém pilotis e dispõe de espaços como a recepção, oficina, sala de reciclagem, salas de atendimentos diversos e, no terraço, a brinquedoteca e jardim.

O bloco maior (nº 2), segundo os autores do projeto, cria uma relação mais direta entre os espaços internos e externos, o acesso principal se dá através dele e as oficinas existente no pavimento térreo tem amplas portas que se abrem de modo que integrem a praça ao interior do edifício nos dias em que ocorrem eventos, por exemplo.

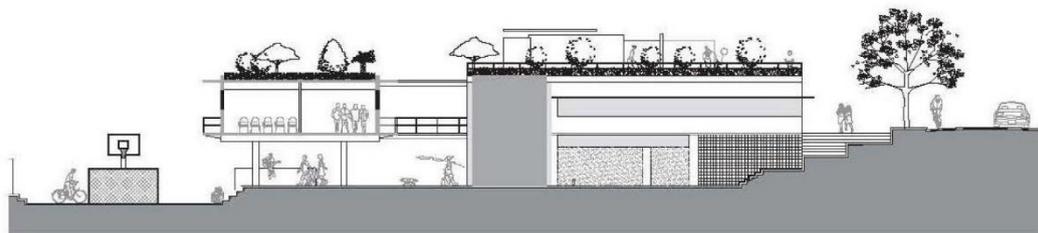


Figura 11 - Planta baixa – Térreo | Edifício Projeto Viver.

Disponível em: <<https://www.archdaily.com.br/br/625866/vencedor-do-premio-rogelio-salmona-edificio-projeto-viver-fgmf>>. Acesso em 08 abr. 2021.



Corte Longitudinal 01



Corte Longitudinal 02



Figura 12 - Corte esquemático Edifício Projeto Viver.

Disponível em: <<https://www.archdaily.com.br/625866/vencedor-do-premio-rogelio-salmona-edificio-projeto-viver-fgmf>>. Acesso em 08 abr. 2021.

A estrutura é feita em concreto armado, e possui vedações em blocos de concreto, o conceito estrutural, bem como o projeto de iluminação são aparentes. Também foram utilizadas estruturas metálicas aparentes na concepção das passarelas e escadas. Há um grande painel que foi construído com o auxílio da comunidade utilizando pequenos pedaços de cerâmica formando um grande mosaico. O modo construtivo e as decisões estéticas do projeto foram tomadas de modo que o edifício não destoasse do entorno, neste sentido, foram utilizados materiais comuns presentes das edificações existentes na comunidade, porém, empregando-os de forma diferente.



Figura 13 - Escada em estrutura metálica e, mosaico de peças de cerâmica feito com o auxílio da comunidade.

Disponível em: <<https://www.archdaily.com.br/br/625866/vencedor-do-premio-rogelio-salmona-edificio-projeto-viver-fgmf>>. Acesso em 08 abr. 2021.



Figura 14 - Utilização do espaço pelos estudantes do Projeto Viver.

Disponível em: <<https://www.archdaily.com.br/br/625866/vencedor-do-premio-rogelio-salmona-edificio-projeto-viver-fgmf/53f75ec9c07a8009620006f5>>. Acesso em: 09 abr. 2021.

3.2. Parque Educativo Raíces

Através de uma iniciativa do governo de Antioquia, na Colômbia surge o Parque Educativo Raíces, local onde foi implementada uma infraestrutura para promover espaços de encontro e interação social dos moradores. El Peñol, Município onde se localiza o projeto, foi uma cidade que sofreu um deslocamento forçado de seu centro municipal, o parque educativo encontra-se no perímetro urbano, num contexto de transição entre o urbano e rural e fortalece os valores e tradições locais. Funciona como um cenário de integração e promove a criação de identidade e apropriação.



Figura 15 - Ficha técnica Parque Educativo Raíces.

(Elaborado pela autora). Dados: Archdaily



Figura 16 - Vista da praça, parque estudantil Raíces

. Disponível em: <<https://www.archdaily.com.br/br/881314/parque-educativo-raices-taller-piloto-arquitectos>>. Acesso em: 07 abr. 2021.



De acordo com dados fornecidos pelos autores, coletados do site Archidaily, o projeto conta com uma praça que recebe o visitante. O interior do projeto possui espaços pedagógicos e culturais e “espaços livres e flexíveis adequados para o encontro formados a partir de pátios e jardins”, o local busca resgatar o ato de “dividir”, onde, conectados pelos pátios, duas atividades são realizadas no mesmo espaço comum, promovendo a convivência.

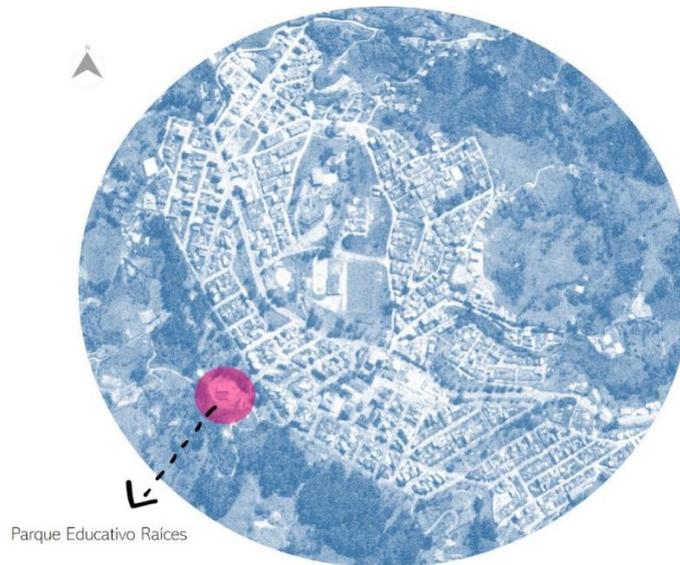


Figura 17 - Relação do edifício com a cidade.

(Elaborado pela autora). Base: Google maps

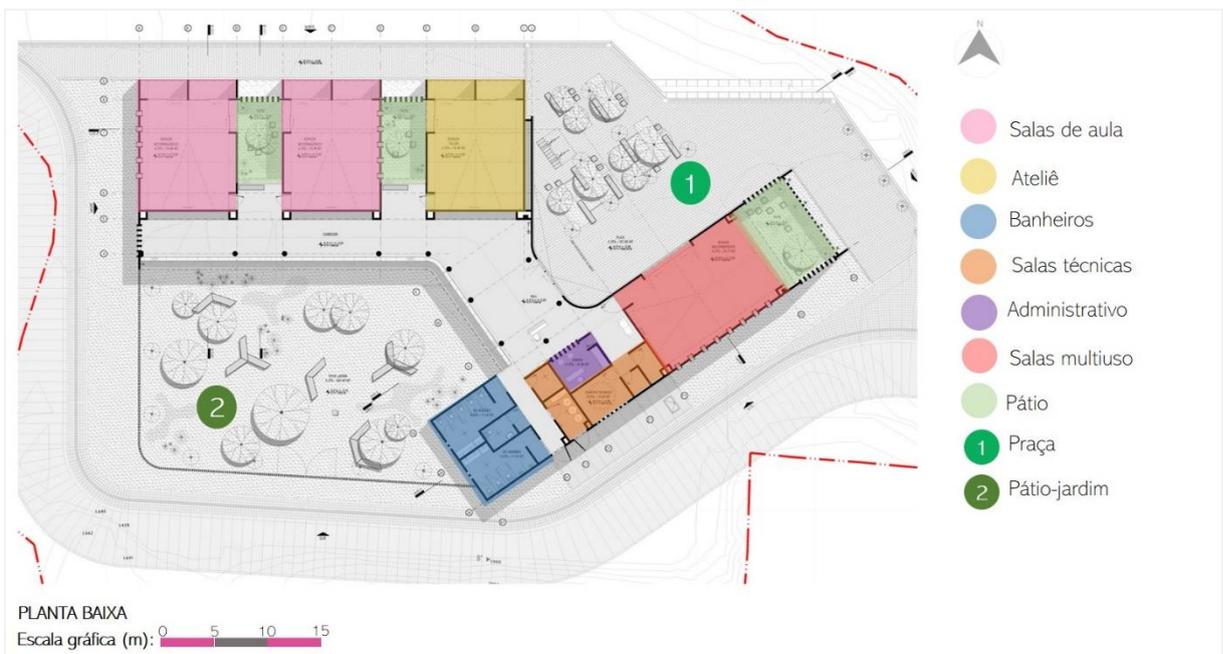


Figura 18 - Planta baixa e setorização

. (Modificado pela autora). Disponível em: <<https://www.archdaily.com.br/br/881314/parque-educativo-raices-taller-piloto-arquitectos>>. Acesso em: 07 abr. 2021.

O Zoneamento funcional se dá por: 2 salas de aula, um ateliê, uma sala multiuso, administração, 5 salas técnicas e banheiro. Entre as salas de aula e ateliê estão os pátios internos e espaços verdes que servem como extensão das respectivas salas. Os dois principais espaços verdes são a praça, que está logo na entrada do edifício, e o pátio-jardim que se encontra na parte interna conectado ao corredor que dá acesso às salas.

O edifício utiliza de técnica construtiva o bloco aparente nas paredes, o mesmo material é utilizado para os cobogós, que se localizam entre salas e corredores. Também é utilizado o concreto nas marquises e coberturas que harmonicamente conversam com os tijolos aparentes. Chama a atenção a integração dos espaços com os jardins internos, esses jardins são extensões das salas que são bastante integradas com os elementos paisagísticos. Esses aspectos serão levados em considerações no projeto de fim de graduação a ser desenvolvido, utilizando os jardins como extensão dos ambientes internos, bem como, a utilização de materiais rústicos e aparentes que interagem e complementam a ideia de contato com a natureza.

O programa de necessidades é voltado para um público estudantil onde o contato com a natureza e espaços naturais auxilia na concentração e incentiva o uso do espaço. Por outro lado, em contraste com o estudo de caso anterior (Edifício Projeto Viver), o complexo localiza-se em local afastado do centro urbano o que pode dificultar o uso devido à distância dos moradores. Um local mais central pode auxiliar numa participação mais efetiva dos estudantes e das pessoas que passam pelo local, a ideia é que o espaço seja convidativo e atinja os mais diversos usuários.



Figura 19 - Figura 19 - Maquete digital Parque Educativo Raíces.

Modificado pela autora). Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/881314/parque-educativo-raices-taller-piloto-arquitectos>>. Acesso em: 08 abr. 2021.



Figura 20 - Vista da praça, destaque para o cobogó em bloco de concreto

Disponível em: <<https://www.archdaily.com.br/br/881314/parque-educativo-raices-taller-piloto-arquitectos>>. Acesso em: 07 abr. 2021



Figura 21- Vista do corredor aberto integrado ao pátio-jardim.

Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/881314/parque-educativo-raices-taller-piloto-arquitectos>>. Acesso em: 08 abr. 2021.

3.3. Centro Educativo Burle Marx

O Centro Educativo Burle Marx faz parte do Instituto Inhotim que é, segundo a revista Alpendre, “uma mistura de Parque, Centro de Pesquisa, Museu, ponto de encontro e atração turística”. O Inhotim é uma entidade privada sem fins lucrativos, e segundo o site do instituto, atua como museu e jardim botânico, possuindo um grande acervo de arte contemporânea e uma coleção biológica, com várias espécies de plantas raras. O local é dividido em pavilhões de uso museológico, construídos por diferentes arquitetos e paisagistas e momentos distintos.



Figura 22 - Ficha técnica Centro Educativo Burle Marx.

(Elaborado pela autora). Fonte: <<https://www.archdaily.com.br/br/01-18858/centro-educativo-burle-marx-arquitetos-associados>>. Acesso em: 08 abr. 2021



Figura 23 - Vista superior do complexo.

Disponível em: <<https://www.archdaily.com.br/br/01-18858/centro-educativo-burle-marx-arquitetos-associados>>. Acesso em: 07 abr. 2021.



O edifício do Centro Educativo Burle Marx encontra-se ao lado da alameda de acesso principal, próximo a recepção e a um dos lagos artificiais existentes. O complexo foi construído para oferecer programas de educação e qualificação profissional para os moradores da região, ele também auxilia na organização e desenvolvimento das atividades que são realizadas no Inhotim.



Figura 24 - Localização do Centro de Educação Burle Marx no complexo do Instituto Inhotim.

(Modificado pela autora). Disponível em: <<https://oturi.com.br/inhotim/>>. Acesso em: 08 abr. 2021.

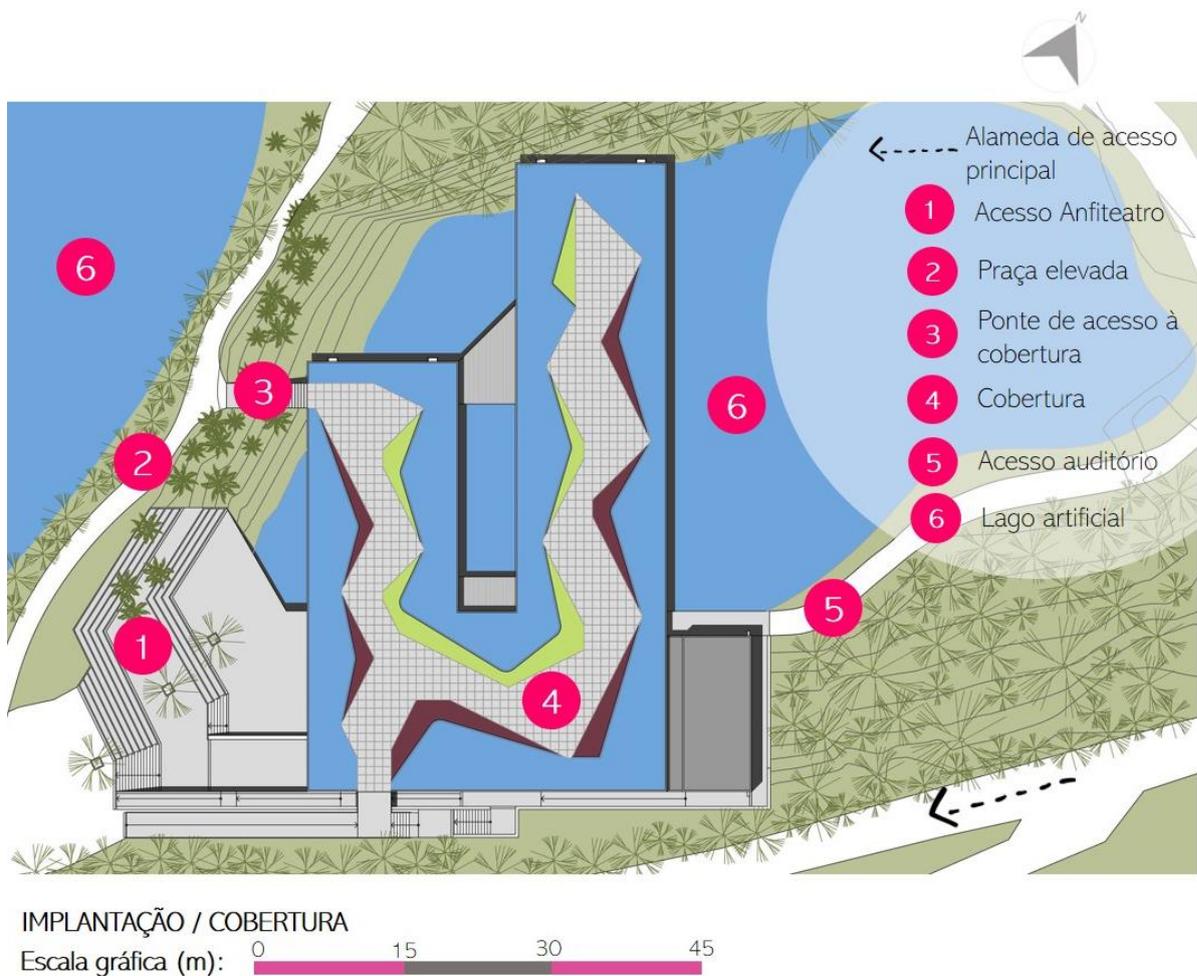


Figura 25 - Implantação e cobertura Centro Educativo Burle Marx.

(Modificado pela autora). Disponível em: <<https://www.archdaily.com.br/br/01-18858/centro-educativo-burle-marx-arquitetos-associados>>. Acesso em: 08 abr. 2021.

Contendo uma área de 1705m², a construção é feita predominantemente de concreto e a cobertura é constituída por três lajes nervuradas. Utilizou-se bastante partido da topografia do local, onde o acesso se dá por uma praça. A entrada do edifício está a mais de três níveis abaixo da praça de acesso, o que possibilitou a criação de um anfiteatro ao ar livre voltado para o edifício. Ao passar pelo Anfiteatro, os visitantes têm acesso à biblioteca, aos ateliês e ao Auditório.

O partido projetual consistiu em “camuflar” o edifício em meio a paisagem, a cobertura do edifício funciona como praça e conecta diversas partes do instituto. O edifício é levemente rebaixado em relação ao entorno, em função disso, a cobertura se conecta à praça elevada através de uma rampa, a cobertura torna-se, portanto, um espaço contemplativo e de encontro, contendo passeios, espelhos d’água e jardins.

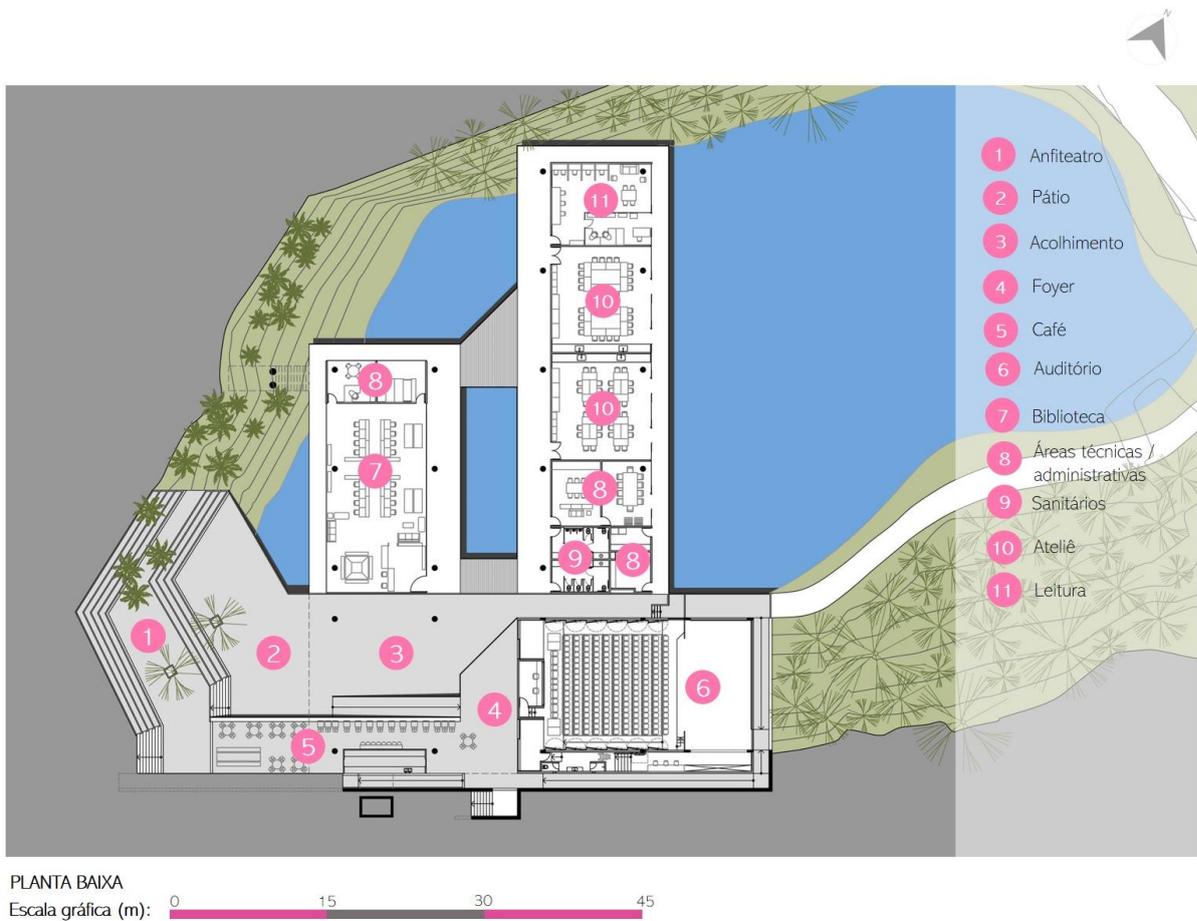


Figura 26 - Setorização do edifício.

(Modificado pela autora). Disponível em: <<https://www.archdaily.com.br/br/01-18858/centro-educativo-burle-marx-arquitetos-associados>>. Acesso em: 08 abr. 2021.

O programa de necessidades é compacto e mescla entre atividades educacionais e artísticas, espaços de convivência e contemplação sendo eles: café, auditório, bibliotecas, ateliê e salas de leitura, além de ambientes técnicos e administrativos. A integração desses espaços conforme é observada no Centro educativo, serão utilizados como referências para o projeto a ser elaborado neste trabalho de conclusão de curso. As áreas sob pilotis possuem proteção contra intempéries, mas também proporcionam um local ventilado e integrado com o paisagismo local, tornando os ambientes mais abertos e arejados.

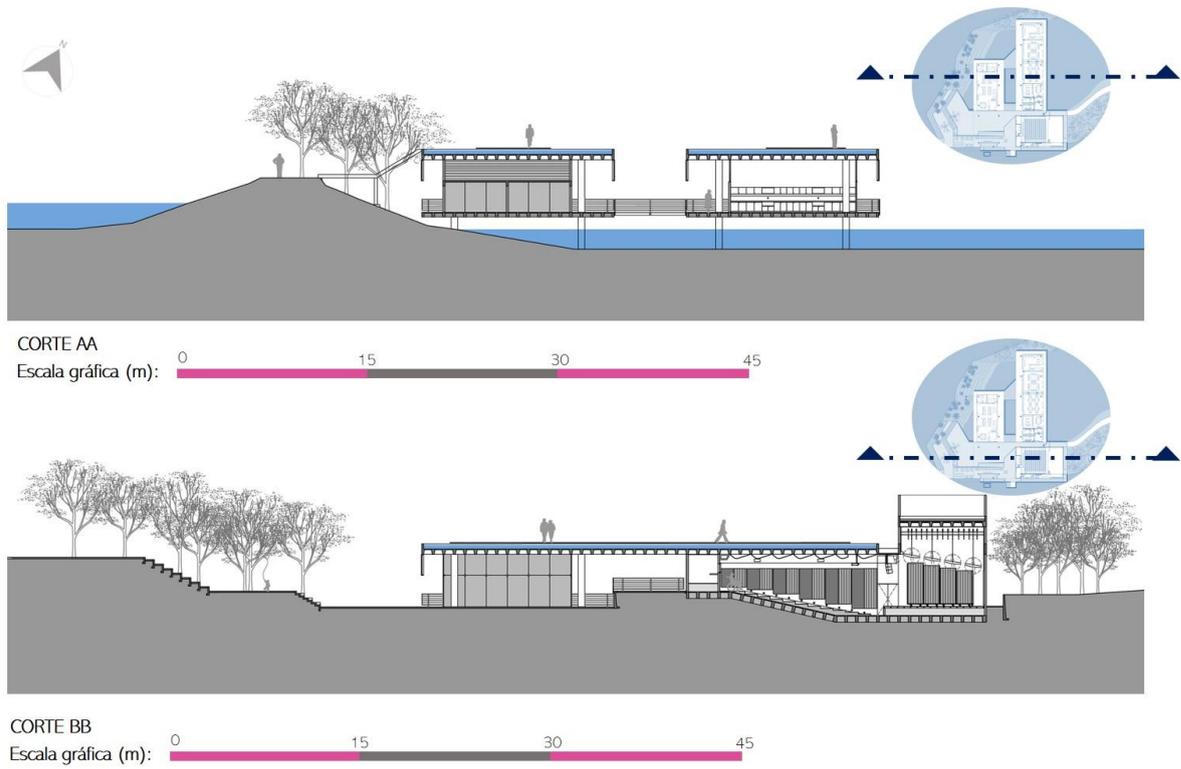


Figura 27 - Cortes Cento Educativo Burle Marx

(Modificado pela autora). Disponível em: <<https://www.archdaily.com.br/br/01-18858/centro-educativo-burle-marx-arquitetos-associados>>. Acesso em: 08 de abr. de 2021



Figura 28 - Praça elevada e anfiteatro.

Disponível em: <<https://www.archdaily.com.br/br/01-18858/centro-educativo-burle-marx-arquitetos-associados>>. Acesso

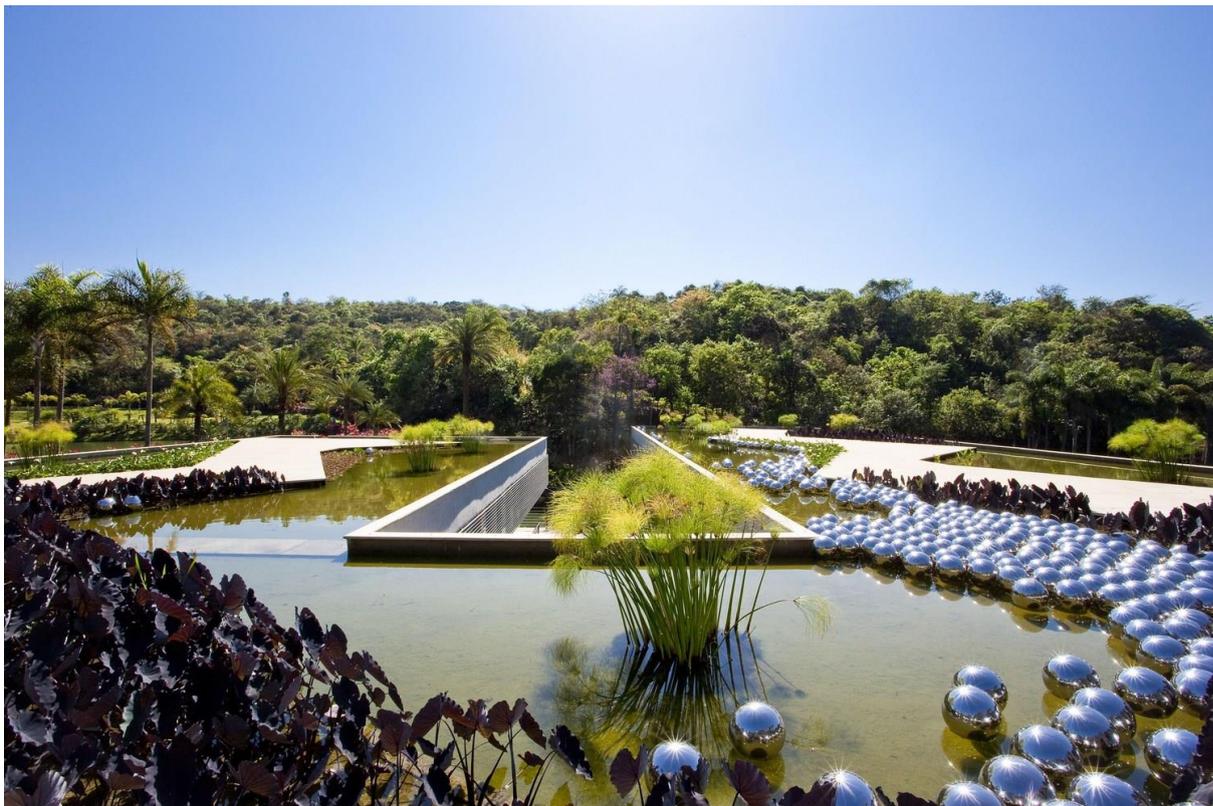


Figura 29 - Vista da cobertura incorporada à paisagem

Disponível em: <<https://www.archdaily.com.br/br/01-18858/centro-educativo-burle-marx-arquitetos-associados>>. Acesso em: 08 de abr. de 2021

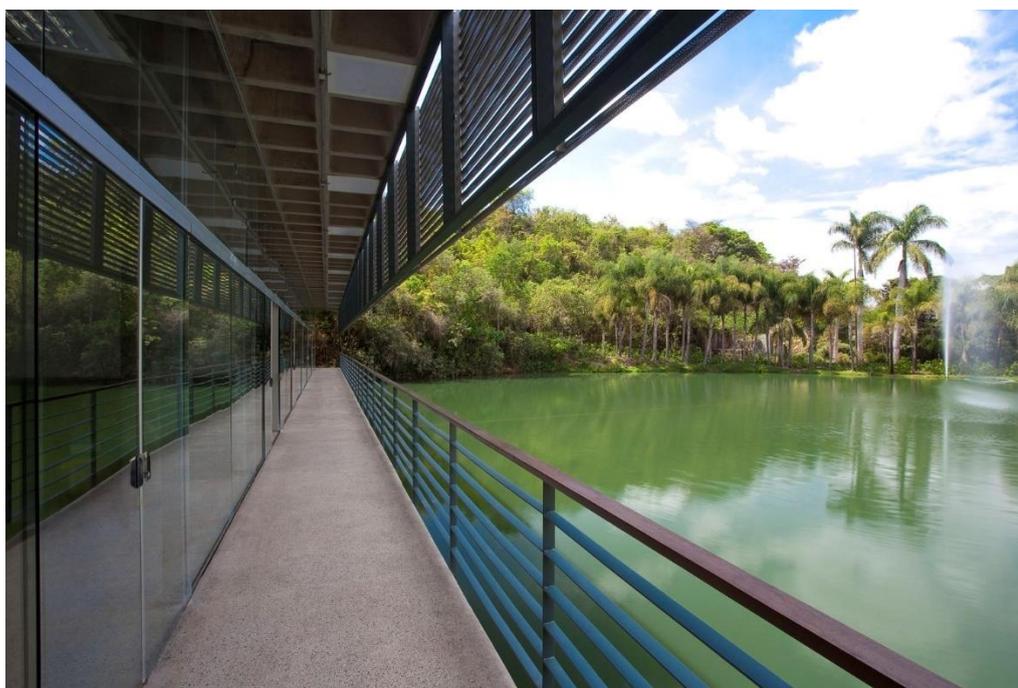


Figura 30 - Varanda sobre o lago artificial.

Disponível em: <<https://www.archdaily.com.br/br/01-18858/centro-educativo-burle-marx-arquitetos-associados>>. Acesso em: 08 de abr. de 2021.



3.4. SESC fábrica da Pompéia

No bairro da Pompeia (São Paulo), foi construída em 1938, uma edificação industrial destinada para abrigar a Mauser & Cia, uma fábrica de tambores metálicos alemã. A fábrica ocupava um terreno de 16.500m² e funcionou durante décadas, até que foi desativada. Em 1971, o SESC adquiriu o terreno com o objetivo de construir um centro comunitário, cultural e esportivo para os trabalhadores do comércio.

Após uma proposta de projeto feita pelo arquiteto Julio Neves, que consistia na demolição do complexo de galpões industriais e a construção de um edifício de 11 andares, que não foi aprovada, a equipe do SESC repensa a importância histórica dos galpões e decide mantê-los e preservar o complexo fabril. Para desenvolver o então projeto foi então requisitada a arquiteta Lina Bo Bardi, que optou por manter a estrutura existente e acrescentar novos usos apenas onde fosse necessário.

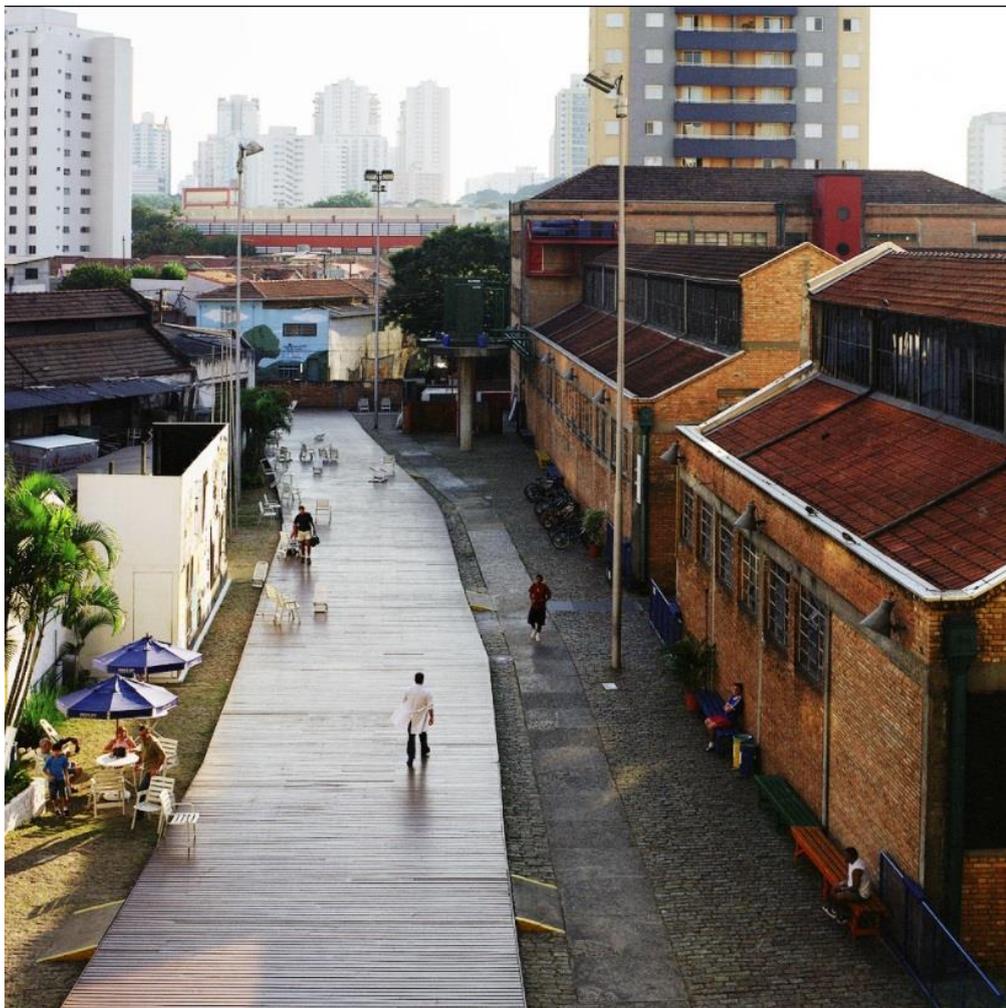


Figura 31- Vista aérea rua interna onde encontram-se os galpões da antiga fábrica.

Fonte: Archdaily. Disponível em: <<https://www.archdaily.com.br/br/01-153205/classicos-da-arquitetura-sesc-pompeia-slash-lina-bo-bardi>>. Acesso em 02 jun. 2021.



A partir disso, segundo França, em sua dissertação de mestrado a respeito das obras de Lina Bo Bardi, o projeto apresenta em sua concepção um conjunto arquitetônico uno, onde a primeira etapa da obra consistiu na reforma da fábrica existente. Nesta etapa, houve o aproveitamento da estrutura dos galpões os quais foram destinados principalmente para o lazer e entretenimento do SESC.

O conjunto arquitetônico do SESC Pompéia articula-se, portanto, em função das ruas internas existentes, o que acontece da seguinte forma:

A partir do seu acesso principal, na Rua Clécia, desenvolve-se a rua que dá acesso aos galpões da antiga fábrica. Em um lado estão localizados a administração geral, o pavilhão para exposições temporárias, biblioteca, um espaço multiuso, o teatro, o ateliê para atividades manuais e o laboratório fotográfico. No outro localizam-se a lanchonete, o restaurante e choperia, e a cozinha, além de um espaço que abriga exposições, originalmente destinado a almoxarifado e oficinas de manutenção. O final da rua interna conecta-se com a outra rua, que em função de ser área não passível de construção, foi transformada pela arquiteta em deck-solarium. Esta outra rua interna é um prenúncio dos espaços destinados aos esportes, ao mesmo tempo em que se comunica com a Rua Barão do Bananal. (FRANÇA, 2009, p. 83-84).

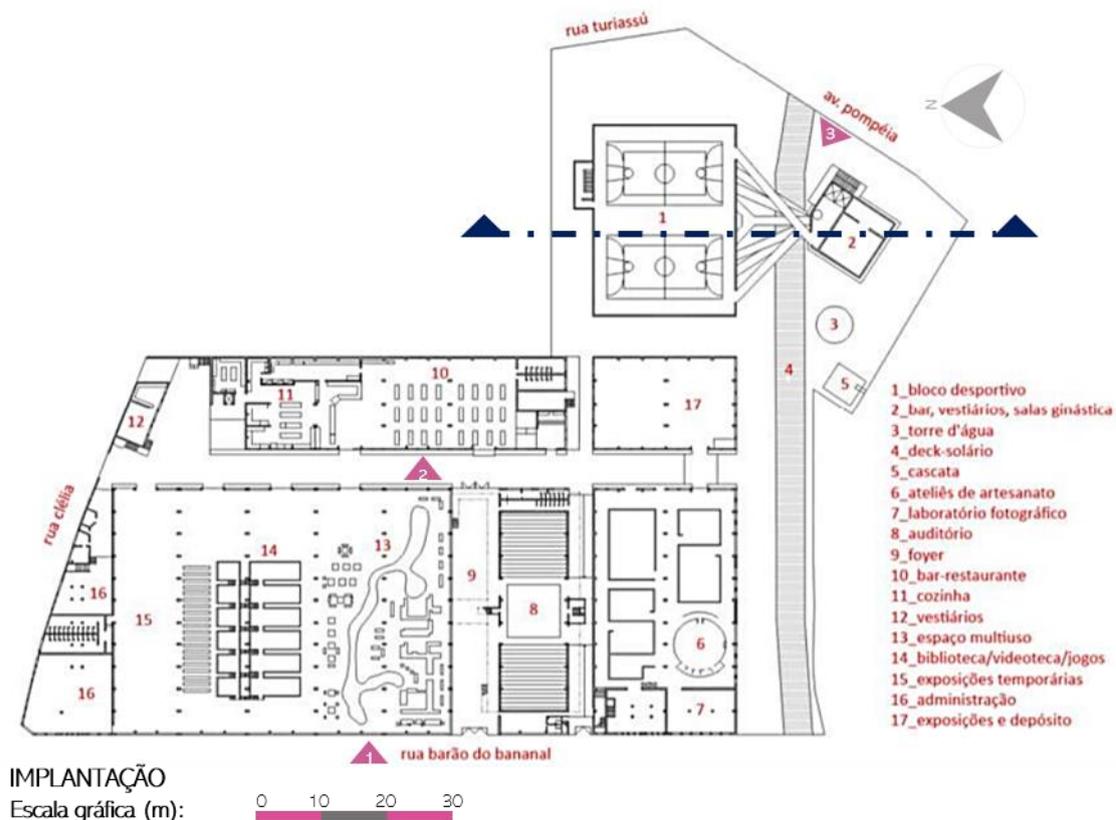


Figura 32 - Planta do Conjunto do SESC Fábrica da Pompéia.

(Modificado pela autora). Fonte: França. Disponível em: <<http://livros01.livrosgratis.com.br/cp123851.pdf>>. Acesso em: 02 jun. 2021.

O programa exigido pelo SESC previa a construção de quadras poliesportivas e salas de



ginástica. Foi então proposto o “conjunto esportivo”, que possui piscinas, ginásio e quadras poliesportivas. São formados, então, conforme descreve Igor Fracalossi, mestre em projeto e Crítica da Arquitetura para o site ArchDaily:

“Três volumes prismáticos de concreto aparente ao lado dos antigos galpões da fábrica de tambores da Pompeia: um prisma retangular de trinta por quarenta metros de base e quarenta e cinco metros de altura; um segundo prisma retangular, menor e mais alto que o primeiro, de quatorze por dezesseis metros de base e cinquenta e dois metros de altura; e um cilindro de oito metro de diâmetro e setenta metros de altura”.

(FRACALOSSO, Archidaily, 2013).

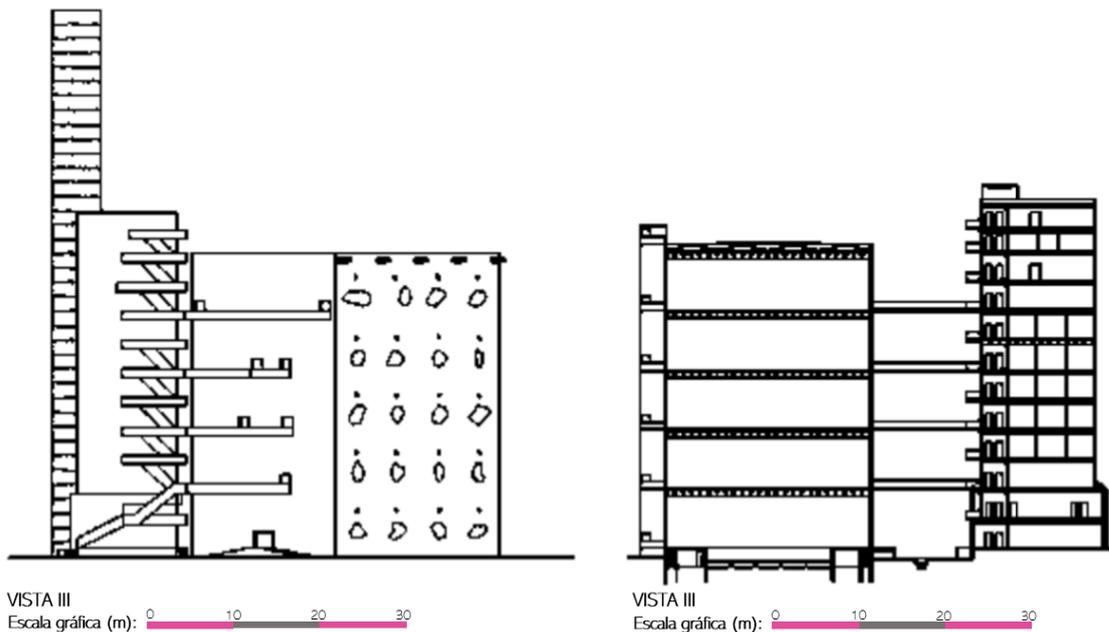


Figura 33 - Elevação e seção longitudinal dos blocos desportivos.

(Modificado pela autora). Fonte: França. Disponível em: <<http://livros01.livrosgratis.com.br/cp123851.pdf>>. Acesso em: 02 jun. 2021.



Figura 34 - Vista dos blocos desportivos. Fonte

: Archdaily. Disponível em: <<https://www.archdaily.com.br/br/01-153205/classicos-da-arquitetura-sesc-pompeia-slash-lina-bo-bardi>>. Acesso em 02 jun. 2021.

A estrutura do complexo esportivo se dá por lajes nervuradas que descarregam a carga nas quatro paredes das fachadas, o que possibilita grandes vãos internos para que fossem locadas duas quadras por pavimento. Cada pavimento foi batizado pela arquiteta com nomes das 4 estações climáticas: primavera, verão, outono e inverno.

O outro bloco, de menor planta e maior altura, possui vestiários e salas para ginásticas. Esse prisma é, ainda, girado em trinta e três graus horários em relação ao outro e é composto por doze pavimentos que coincidem a cada dois com os pavimentos do outro edifício esportivo de menor altura. Estão localizadas neste bloco as principais circulações verticais: duas escadas e um conjunto de elevadores. Por isso, para acessar as quadras poliesportivas é necessário passar pelas passarelas que conectam os quatro andares do bloco menor, cada passarela apresenta um desenho diferente seguindo o mesmo princípio, conforme explica Fracalossi (2013): “partem de uma mesma abertura no prisma menor e se ramificam levando a duas aberturas simétricas no prisma maior. Têm dois metros de largura e peitoris de um metros e vinte centímetros”.

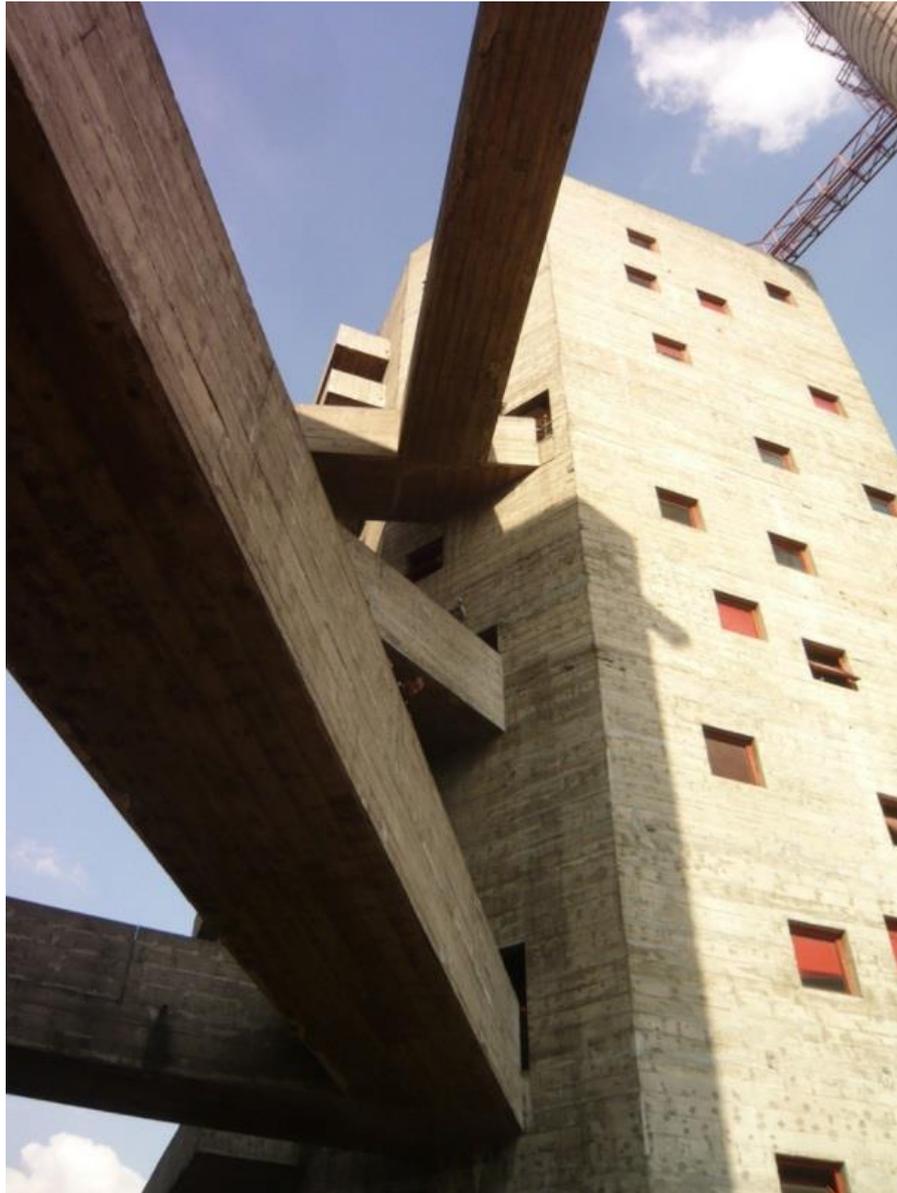


Figura 35 - Vista para as passarelas conectadas ao bloco mais alto.

Fonte: Archdaily. Disponível em: <<https://www.archdaily.com.br/br/01-153205/classicos-da-arquitetura-sesc-pompeia-slash-lina-bo-bardi>>. Acesso em 02 jun. 2021.

Referente as aberturas, destaca-se o bloco das piscinas e quadras poliesportivas, onde estão localizadas aberturas nas fachadas leste e oeste, o que proporciona a ventilação cruzada nesses espaços dedicados ao esporte. Essas aberturas são um grande destaque e uma grande referência desta arquitetura de Lina Bo Bardi, são famosas por possuírem formas irregulares “orgânicas”.

Um outro elemento arquitetônico de destaque, que possui a maior extensão vertical do projeto, consiste no reservatório de água, localizado ao lado dos blocos das quadras e das salas de ginástica. Segundo França, a torre d’água faz uma clara referência às chaminés existentes nas fábricas, ela foi construída em concreto aparente e montada no local com formas circulares onde “formaram anéis com reentrâncias, que contribuíram para criar a torre como um marco



urbano da paisagem do bairro”. (FRANÇA, 2009, p. 86).

Abre-se destaque também que Lina Bo Bardi integrou todos os elementos de intervenção arquitetônica nos galpões existentes e na concepção espacial dos blocos esportivos criando também os mobiliários para cada espaço. Para França, foi possível, dessa maneira, “imprimir em cada espaço a intenção de apropriação”.

É importante analisar também, o ponto de contato da arquitetura do SESC pompeia com a rua. Isso se dá a partir da preexistência dos galpões que possuíam ruas internas, o que se assemelha a uma vila, onde a articulação do projeto opera na relação com esses espaços externos. Esse, entre vários fatores de destaque do projeto, como o programa de necessidades e o método construtivo, será um fator referencial para este trabalho de conclusão de curso. Onde numa escala menor, o espaço não será pensado como um único bloco fechado onde são concentradas todas as atividades e setores, mas será pensado de modo que os setores sejam divididos e conectados por calçadas abertas incorporadas ao paisagismo.

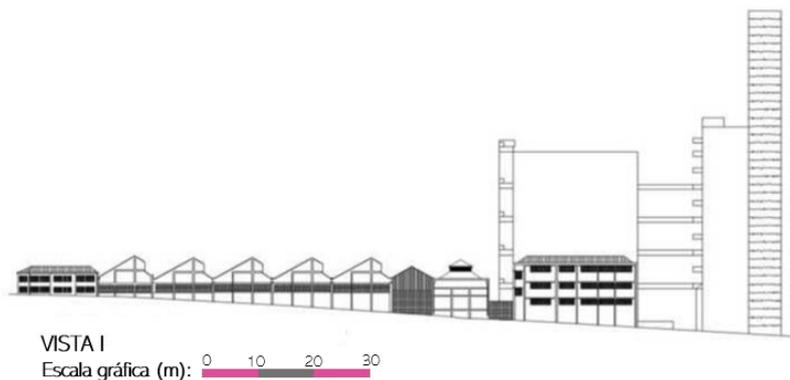


Figura 36 - Fachada da rua Barão do Bananal.

(Modificado pela autora). Fonte: França. Disponível em: <<http://livros01.livrosgratis.com.br/cp123851.pdf>>. Acesso em: 02 jun. 2021.

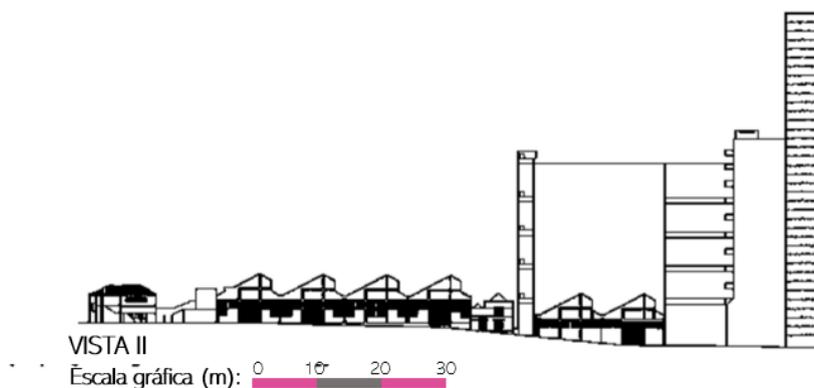


Figura 37 - Rua interna ao conjunto do SESC Pompéia.

(Modificado pela autora). Fonte: França. Disponível em: <<http://livros01.livrosgratis.com.br/cp123851.pdf>>. Acesso em: 02 jun. 2021.

4 ESTUDOS DE SÍTIO

4.1. Sobre a cidade

Localizado na Mesorregião do Leste Goiano e na microrregião do Entorno de Brasília, a área de intervenção encontra-se na Cidade de Novo Gama/ GO a 40km de Brasília e 191km de Goiânia e faz divisa com as cidades: Santo Antônio do Descoberto, Valparaíso de Goiás e Luziânia (GO); e com as regiões administrativas do Distrito federal: Gama e Santa Maria (DF).



Figura 38 - Mapas Macro, meso e micro da Região onde se encontra a área de intervenção.

(Elaborado pela autora). Base: Mapstyle.



Figura 39 - Vista do lote de intervenção.

(Registrado pela autora).



A cidade originou-se em meados da década de 1970, ocorreu neste período um grande fluxo migratório na região em função de um projeto de construção de moradias para os trabalhadores na Região do Entorno do Distrito Federal. Segundo dados da cooperativa Ambiens, responsável pelo desenvolvimento do plano de regularização fundiária sustentável do município, publicado em 2013, “o Núcleo Habitacional Novo Gama foi criado em 1978 pela imobiliária Economiza, recebendo esta denominação em função da sua proximidade com Gama (DF)” (PRFS/RIDE Novo Gama, 2013, p. 41), antes de ser elevado à categoria de município o local fazia parte da cidade de Luziânia-GO.

Segundo dados da CODEPLAN coletados na pesquisa Metropolitana por Amostra de Domicílios (PMAD), em 2017, o município possui uma população urbana estimada de 108.833 de habitantes. Onde a maioria são mulheres, consistindo em um percentual de 50,47%. Observa-se também que a população do município é majoritariamente jovem, uma vez que aproximadamente dois terços dos moradores (61,90%) possuem até 39 anos de idade.

O público alvo desde trabalho final de graduação consiste em adolescentes e jovens, sobretudo os estudantes da rede pública e a população idosa, segundo dados da mesma pesquisa a população estimada até 24 anos representa 40,51% , onde, destes, “20,74% (22.586) são crianças e pré-adolescentes entre 0 a 14 anos, e 19,76% (21.518), jovens, de 15 a 24 anos”. (PMAD, 2017, p. 17). Já a população idosa acima de 60 anos - conforme estatuto do idoso, representa 11,34% dos habitantes.

Outro número importante a ser analisado refere-se a quantidade de estudantes, que corresponde a 25,56% da população, onde 21,93% o fazem escolas públicas e 3,43% em escolas particulares. Diante disso, foi levantado os interesses às atividades extracurriculares, observa-se na pesquisa que uma maioria abundante da população (91,43%) não as realiza. Ou seja, apenas 8,57% dos habitantes estão matriculados em alguma atividade curricular sendo elas públicas ou privadas. E segundo o levantamento da pesquisa os maiores interesses estão em cursos técnicos e de idiomas.

No município, são oferecidos alguns cursos profissionalizantes para a população, um dos mais conhecidos é o “Centro de línguas”, onde é oferecido cursos de inglês, espanhol e francês gratuito por um período de 3 anos. Segundo moradores e estudantes o curso é excelente, contudo, é realizado em espaço privado de uma faculdade da região. Outros cursos são ofertados eventualmente e realizados nos centros comunitários existentes, contudo a estrutura física dos centros comunitários não dispõe de muitos espaços e eles nem sempre possuem manutenção constante, sendo algumas vezes depredados e saqueados em função do abandono.

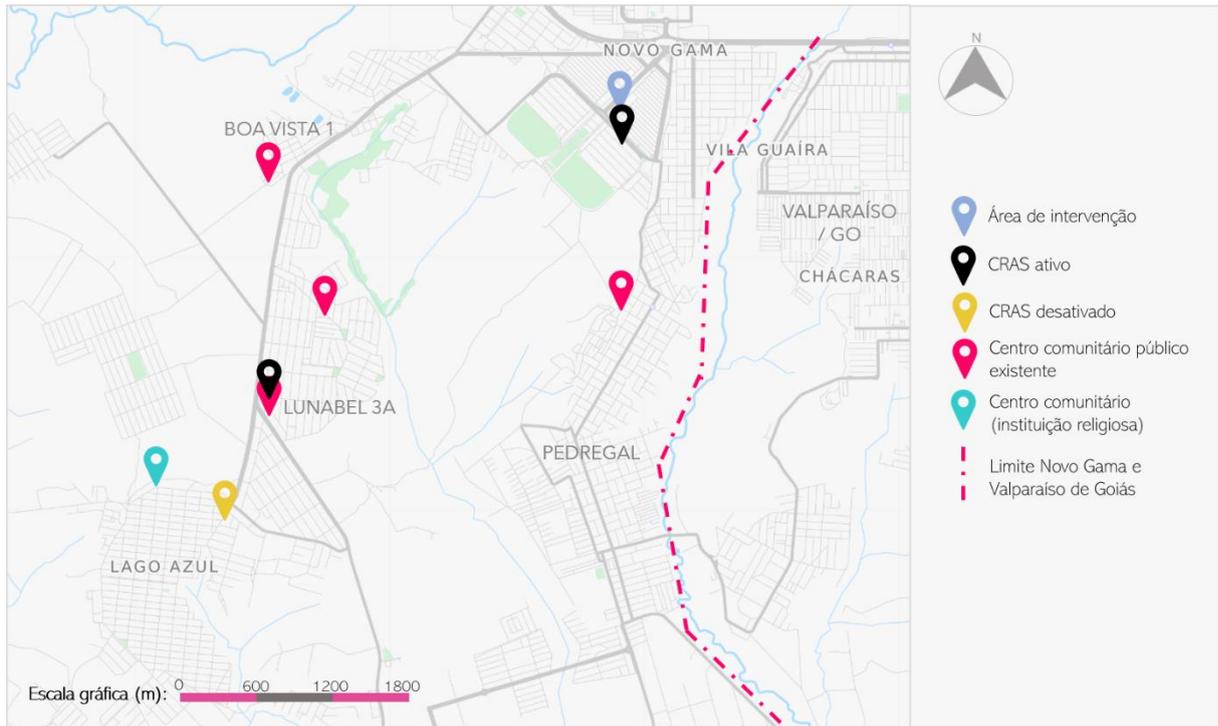


Figura 40 - Levantamento de CRAS e Centros comunitários no Município de Novo Gama.

(Elaborado pela autora). Base: Open Street Map.

Uma característica dos centros comunitários já existentes no município se dá no fato de todos eles localizarem-se próximo a escolas municipais e/ou estaduais. Entretanto, alguns deles estão localizados já nas extremidades dos bairros onde não há um acesso tão facilitado de transporte público e também o que faz poucas pessoas da cidade conhecerem a estrutura física e os serviços disponibilizados, o que desencadeia pouco uso dos moradores.

No que se refere ao CRAS, no bairro Lago Azul havia uma unidade onde o edifício foi construído para esse fim e está em boas condições, contudo, recentemente o serviço de Assistência social foi remanejado e o local atualmente está em uso pelo SAMU (Serviço de Atendimento Móvel de Urgência). O CRAS da região foi, então, redirecionado e atualmente encontra-se no edifício do centro comunitário do bairro Lunabel 3A. A outra unidade ativa do CRAS localiza-se no centro da Cidade de Novo Gama em local improvisado, onde também funciona o conselho tutelar, sendo este o CRAS central do município, que na proposta deste trabalho de conclusão seria relocado para a área de intervenção.

Os edifícios dos centros comunitários seguem o mesmo padrão de tamanho e método construtivo, possuindo aproximadamente 280m². São construídos com estrutura em concreto armado e possuem vedações em alvenaria de tijolo cerâmico revestido em terracota e coberto por telha cerâmica.



Figura 41 - Centro comunitário / CRAS bairro Lunabel 3A- Novo Gama/GO.

Fonte: google maps.



Figura 42 - CRAS e conselho tutelar central Novo Gama/ GO.

Fonte: google maps.



4.2. Análise morfológica urbana

Para melhor entendimento do sítio onde localiza-se a área de intervenção foi realizado um recorte focado no centro da cidade de Novo Gama, onde, para estudo da classificação viária (Figura 39) e quais as características presentes em cada via, a fim de as principais avenidas na cidade e demonstrar a importante via que conecta o município às cidades vizinhas e ao Distrito Federal (DF-290).



Figura 43 - Classificação viária.

(Elaborado pela autora). Base: Prefeitura de Novo Gama-Goiás.

Observa-se na figura acima que a via arterial próxima a área de intervenção (DF 290) conecta a cidade de Novo Gama com o Distrito Federal e as demais cidades do entorno. A via possui velocidade máxima de 60km/h e um fluxo intenso de veículos e pedestres.

As vias coletoras são por onde passam alguns dos transportes públicos municipais, e, onde se encontram os setores que reúnem a maior concentração de comércios e serviços. Abrindo-se destaque para as vias com mais movimento, como a Avenida Central (1), o principal acesso da cidade e que também dá acesso a área de intervenção. A Avenida Perimetral (2), que faz divisa com o bairro do DVO - Gama/DF e conecta o centro da cidade com os bairros mais afastados, e a Rua 43 (3), onde se concentra a principal avenida comercial da cidade, com muita densidade de pedestres e veículos, próxima a Feira do Pedregal (4), uma das mais importantes feiras da região centro Oeste. Por fim, as vias locais são as que estão entre quadras e dão acesso às áreas residenciais, que detém o menor fluxo de veículos e pedestres.

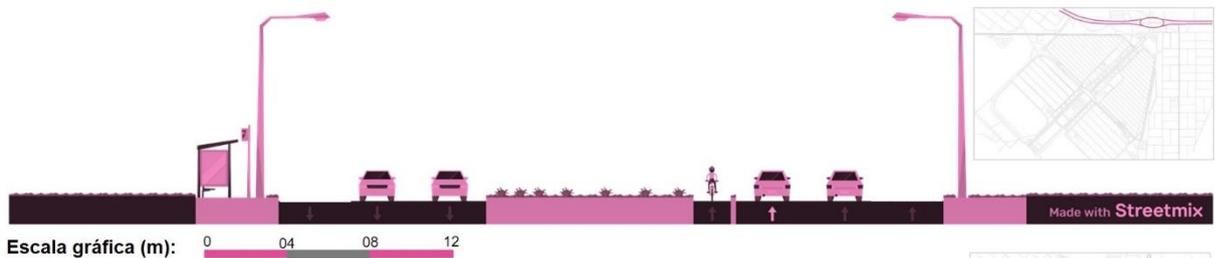
Conforme destacado nas seções viárias (figura 34), a via arterial, DF 290, é bastante larga, contém duas vias de mão única com acostamento, e um largo canteiro central contendo



uma ciclovia. Por se tratar de uma via de trânsito intenso e rápido, as construções são bem afastadas da via. A via coletora (representada na seção viária abaixo pela Avenida Central), possui duas vias de mão única com estacionamento em 45 graus nas laterais para uso do comércio, a avenida também possui um canteiro central sem calçadas com mobiliário urbano e arborização.

Seção Viária

● Via arterial



● Via coletora com canteiro

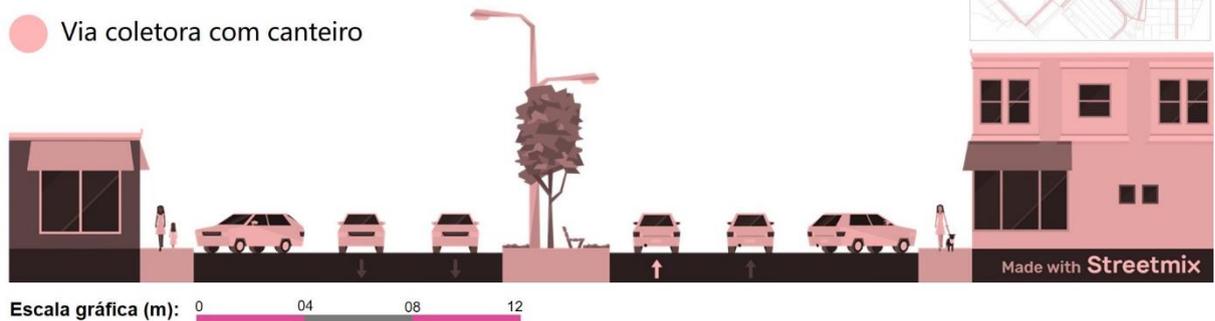


Figura 44 - Seção viária da via arterial e coletora com canteiro.

(Elaborado pela autora). Base: Google maps

A via coletora sem canteiro (sendo representada abaixo pela Seção da Rua 43), Avenida do Pedregal, é uma via de muito movimento com sentido único. Possui estacionamento nas duas laterais e calçadas que acessam o comércio. O fluxo de carros e pessoas é intenso todos os dias e em grande parte da via não há paradas de ônibus, e como contém apenas uma faixa os transportes coletivos param no meio da avenida para entrada e descida de pedestres. Por outro lado, a via local é a que possui menor largura, contendo apenas uma via de mão dupla com calçadas nas laterais.

Seção Viária

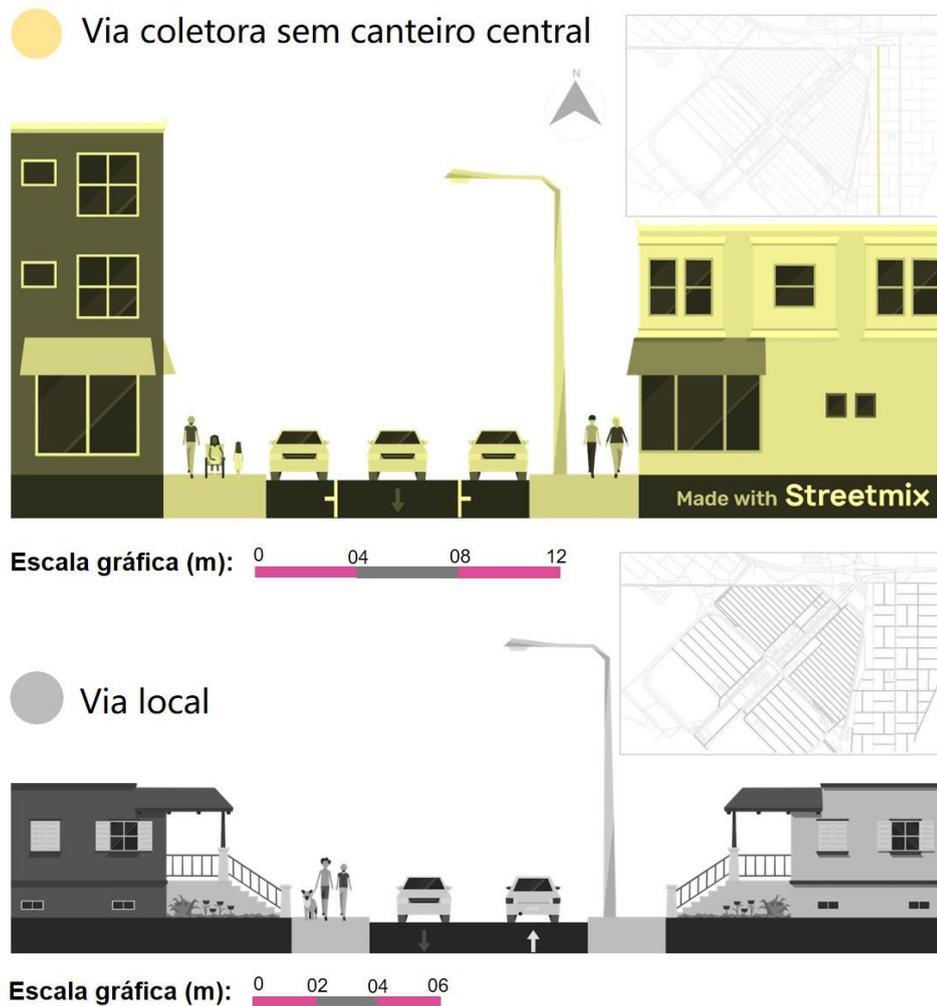


Figura 45 - Seção viária da via coletora sem canteiro e via local.

(Elaborado pela autora). Base: Google maps.

Os ônibus do município atravessam, principalmente, as vias com usos comerciais, passando linhas internas que ligam os bairros da cidade entre si e linhas que conectam o Novo Gama com cidades próximas do entorno e com o Distrito Federal.



Mobilidade Urbana: Percurso do transporte público e pontos de ônibus



Figura 46 - Mapeamento do percurso do transporte público e pontos de ônibus

(Elaborado pela autora). Base: Prefeitura de Novo Gama Goiás.

No que se refere ao mapeamento dos pontos de ônibus, ressaltasse que, no município, encontra-se o grave problema de em alguns pontos não haverem a parada de ônibus física ou sequer uma sinalização de ponto de ônibus, o que não torna o transporte acessível para quem não conhece a cidade ou que não seja usuário assíduo do transporte público. A ausência desse mobiliário faz os usuários utilizarem a calçada como permanência e local de espera, sem proteção contra intempéries. Em função disso, em vias sem acostamento e as devidas faixas de rolamento, os ônibus param no meio da pista, dificultando a fluidez do trânsito e trazendo o risco de acidentes.

Tratando-se da mobilidade urbana a nível do pedestre, as calçadas existentes na área de estudo se concentram nas ruas e avenidas que tem um maior fluxo de pessoas, e em volta dos equipamentos públicos. Ressalta-se que na Avenida Central (1), principal avenida da cidade, não há calçadas, conseqüentemente, os pedestres utilizam o canteiro central para caminhar, ocasionando os “caminhos de rato”.

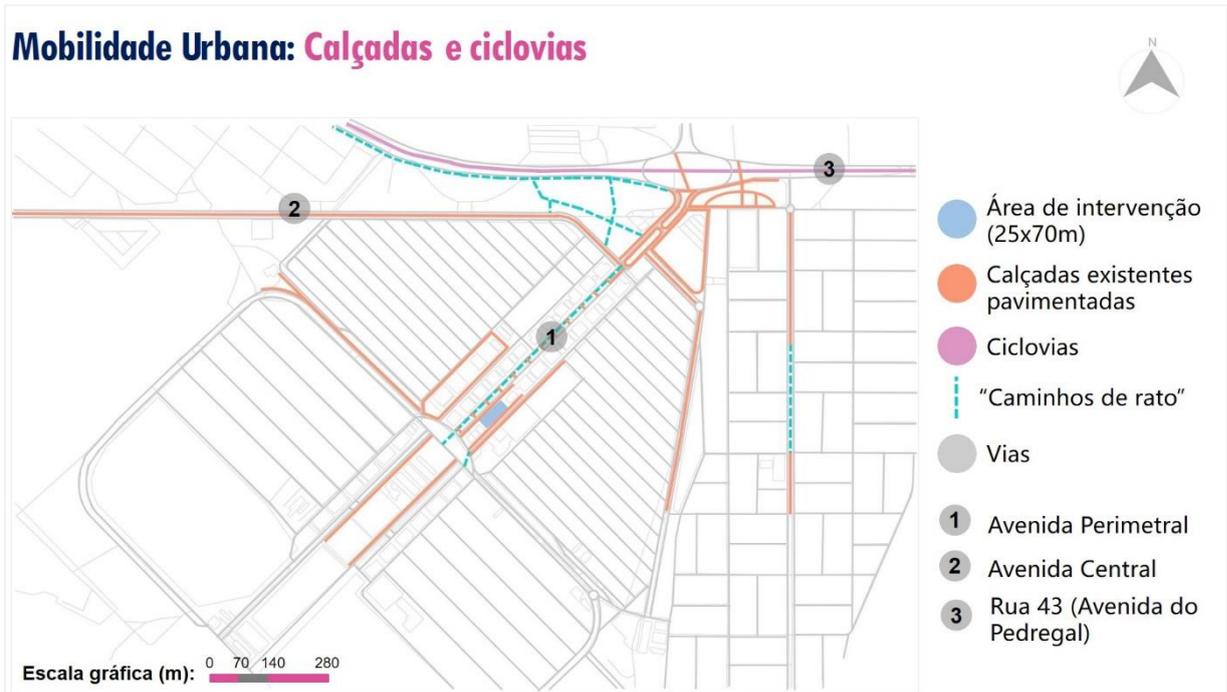


Figura 47 - Mapeamento das calçadas e ciclovias.

(Elaborado pela autora). Base: Prefeitura de Novo Gama Goiás.

Observa-se que há também a frequente interrupção das calçadas que iniciam num determinado ponto e simplesmente acabam no meio do percurso. Nos setores residenciais as calçadas são irregulares, algumas pavimentadas, outras não, a critério dos moradores. A ciclovia existente no raio de estudo encontra-se no canteiro central da via DF 290 (3), já dentro dos limites do Distrito Federal. Muitos ciclistas acabam utilizando a calçada da Avenida Perimetral (2), disputando espaço com os pedestres. Nos locais onde não tem sequer a calçada, os ciclistas acabam andando no acostamento ou no meio da via juntamente com os automóveis.

A área de intervenção determinada para o projeto se localiza na principal avenida da cidade (Avenida Central), o terreno foi escolhido justamente por sua localização ser acessível, uma vez que os moradores da maioria dos bairros conseguem chegar através do transporte público que passa pelo município. Além disso, o lote encontra-se em frente a duas importantes escolas do cidade, o que facilitaria o acesso desses estudantes a utilizarem o Centro comunitário como complemento das atividades escolares, o lote também é próximo da prefeitura municipal e a rodoviária e está em uma avenida que contém variados tipos de comércio, onde todos os dias passam um fluxo considerável de pessoas. Para este estudo de sítio foi considerado um raio de 500m para análise do entorno, apontando as principais características do local e eventuais problemas de infraestrutura que existem no município.

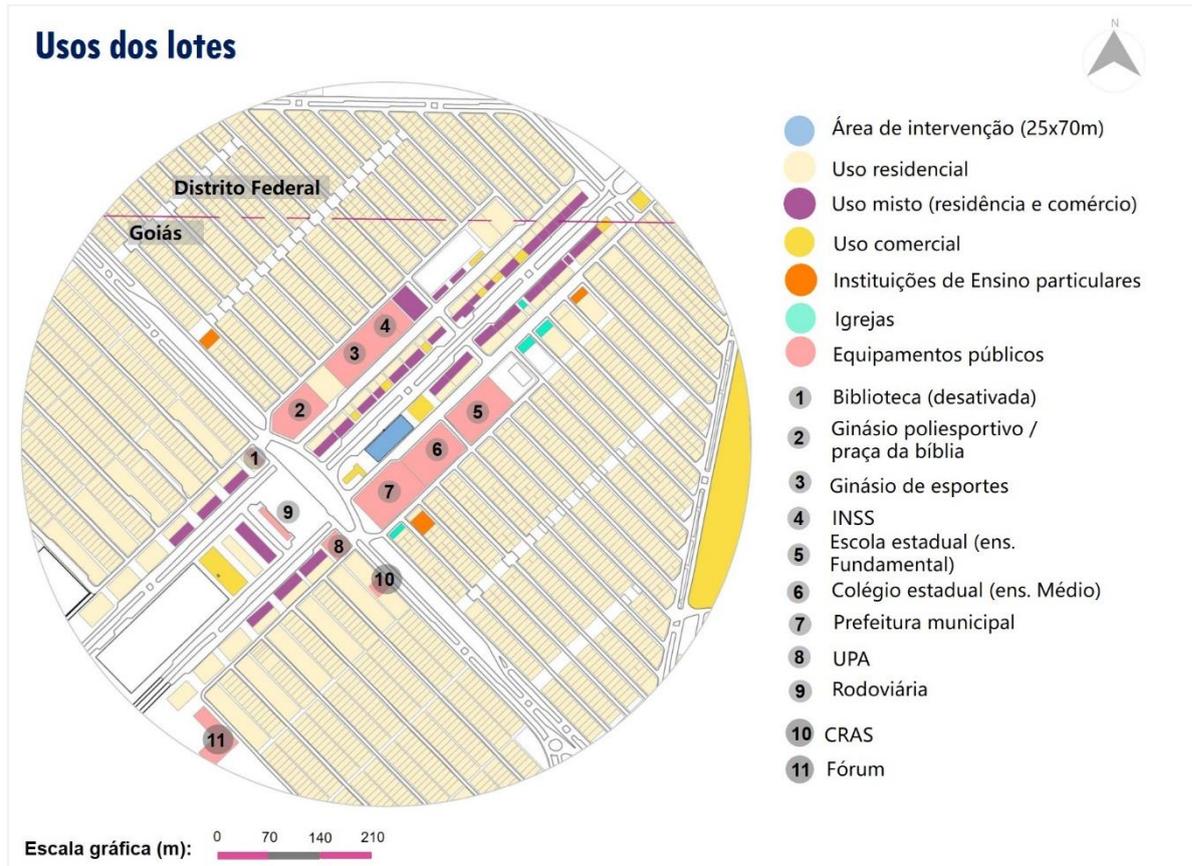


Figura 48 - Mapa de usos.

(Elaborado pela autora). Base: Prefeitura municipal de Novo Gama Goiás.

Nas proximidades do terreno acontecem diversos usos, por se tratar do centro da cidade, há uma diversidade de equipamentos públicos e uma concentração de vários comércios. A configuração dos comércios são, em grande parte, compostos por um pavimento térreo e um andar superior com residências. Há um grande fluxo de pedestres nos horários de pico devido as escolas próximas.

O local de estudo possui um adensamento de área construída, havendo poucos espaços vazios, bem como poucos espaços permeáveis. As áreas vazias de maior extensão são permeáveis, com coberturas de terra e cascalho e sem vegetação e a maior concentração de massa arbórea se dá nos próprios canteiros centrais que também são cobertos por grama.

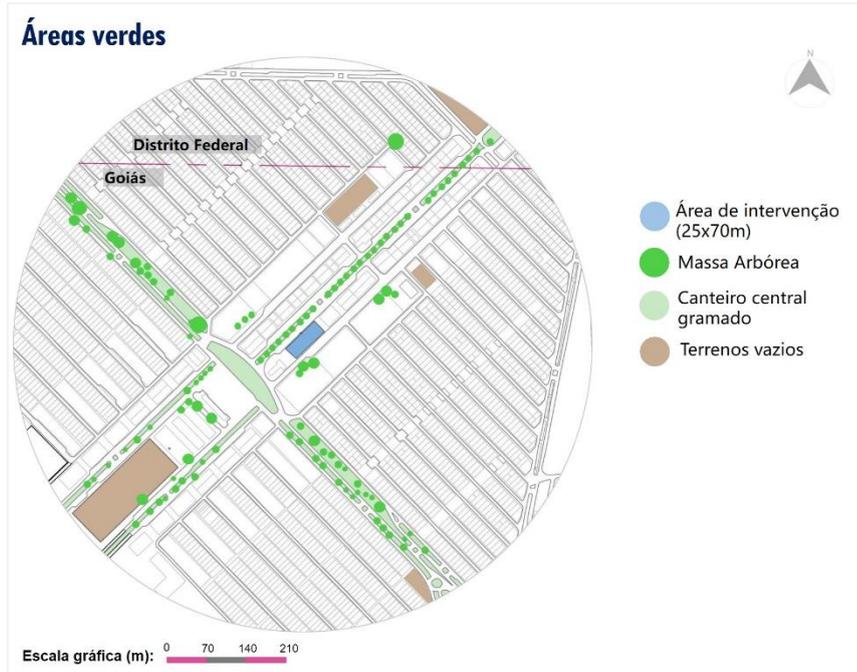


Figura 49 - Mapeamento de áreas verdes e vazios urbanos.

(Elaborado pela autora). Base: Prefeitura municipal de Novo Gama Goiás.

De acordo com os dados topográficos da área, passam duas curvas de nível no terreno (Figura 32), o lote encontra-se em meio a edificações construídas e vias asfaltadas, isso provocou alterações no terreno ao longo do tempo deixando-o com pouco desnível. O local atualmente é utilizado como passagem para pedestres e possui uma pequena edificação térrea abandonada há anos.

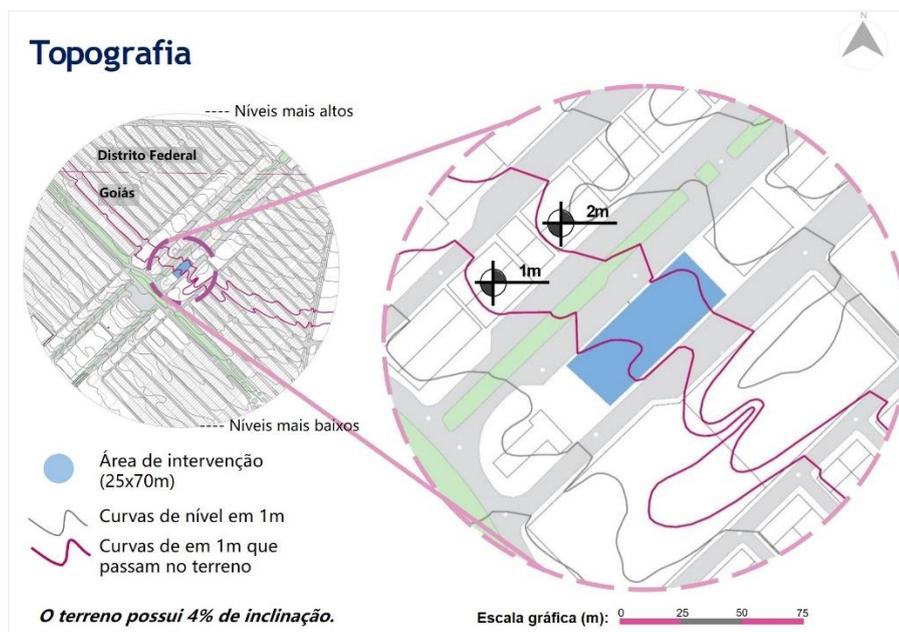


Figura 50 - Dados topográficos.



(Elaborado pela autora). Base: Prefeitura de Novo Gama-Goiás.

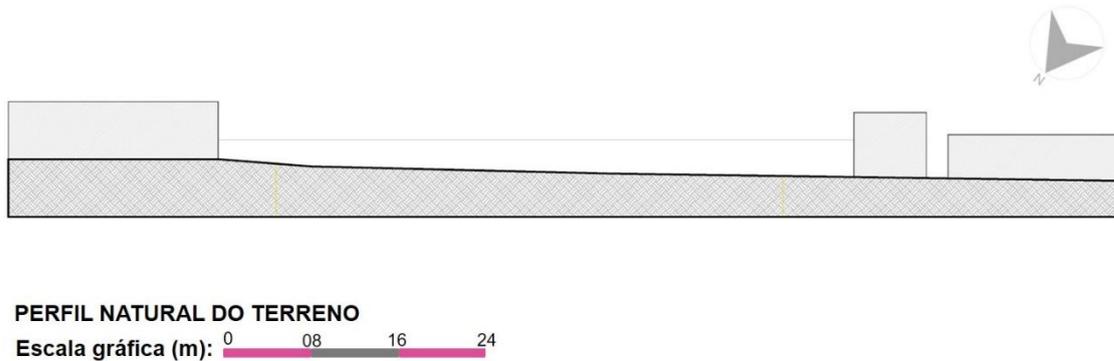


Figura 51- Perfil natural do terreno.

(Elaborado pela autora). Base: Prefeitura de Novo Gama-Goiás.

Localizado na zona bioclimática nº 4¹¹, os dados bioclimáticos referentes ao local de estudo consistem em maior incidência solar nas fachadas norte, oeste e sudoeste, conforme demonstrado na figura 31. Os ventos predominantes vem, na maior parte do ano, da direção leste e as maiores fontes de ruídos vem em função dos comércios e da via com maior movimentação de veículos (sentido noroeste) e devido as escolas (sentido sudeste).

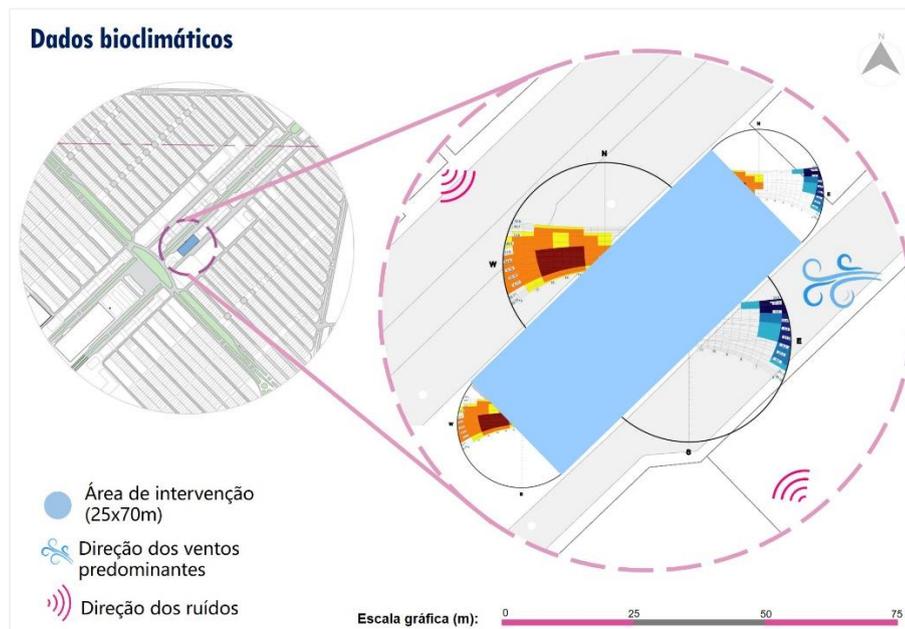


Figura 52- Dados bioclimáticos.

(Elaborado pela autora). Base: Prefeitura municipal de Novo Gama Goiás. Dados: Projeteee

¹¹ A zona 4 é a segunda menor zona bioclimática brasileira, englobando cerca de 2 % do território nacional.

4.3. Análise topoceptiva e copresencial

A partir de uma análise da topocepção do local, foi feita uma ampliação do raio de estudo, abrangendo um raio de 200 metros a partir da área de intervenção. Nesta análise foi observado como o usuário se localiza dentro da cidade e se há elementos marcantes que torna o passeio diversificado e não monótono.

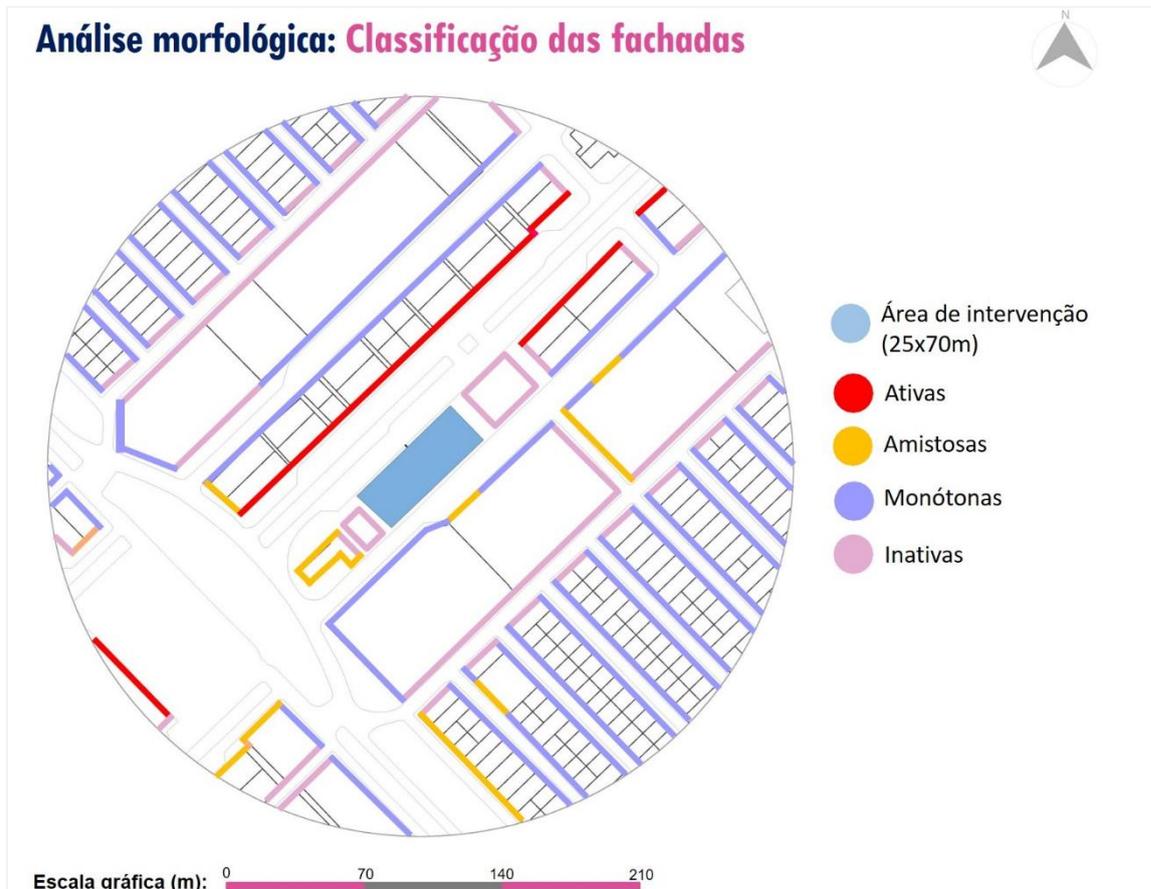


Figura 53 - Classificação das fachadas.

(Elaborado pela autora). Base: Prefeitura Municipal de Novo Gama/GO,

A classificação das fachadas deu-se por uma análise de atividades e considerando as suas características físicas. Onde, as fachadas ativas (média de 15-20 portas em 100m), são as fachadas que possuem grande variações de funções e não possuem unidades cegas. Essas fachadas possuem detalhes visíveis e variação de materiais, no raio de estudo, ocorrem nas avenidas com comércio. No caso das fachadas amistosas (média de 10-14 portas em 100m), elas possuem unidades relativamente pequenas com poucas unidades cegas, há também algumas variações nas funções, no local, ocorrem, por exemplo, em locais de atividades mistas, onde existem residências e alguns comércios de menor movimento.



As fachadas monótonas (média de 2-5 portas em 100m), não possuem nenhuma variação visível na função, nas proximidades do local de intervenção elas acontecem principalmente nas vias residenciais e locais com equipamentos públicos de longa extensão. Por fim, as fachadas inativas (média de 0-2 portas em 100m), também não possuem variação de função, contendo diversas unidades cegas ou passivas, as fachadas não possuem detalhes não tendo o que olhar. Na imagem abaixo é possível observar exemplos de como são cada uma das tipologias de fachadas analisadas no raio de estudo.

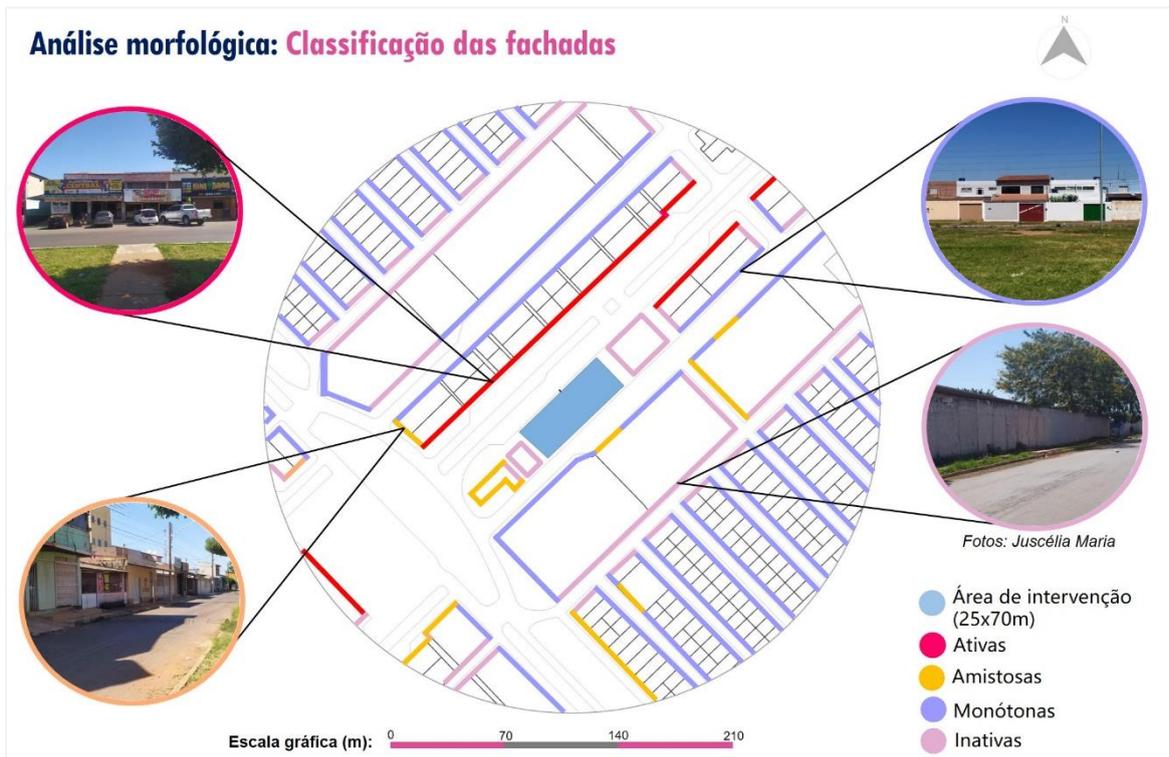


Figura 54 - Exemplos de fachadas.

(Registros feitos pela autora). Base: Prefeitura Municipal de Novo Gama/GO.

Outro estudo realizado trata-se dos fluxos de pedestre, locais por onde eles passam, pavimentados ou não, e quais os principais pontos de permanência existentes nas proximidades que concentram a maior parte dos usuários.

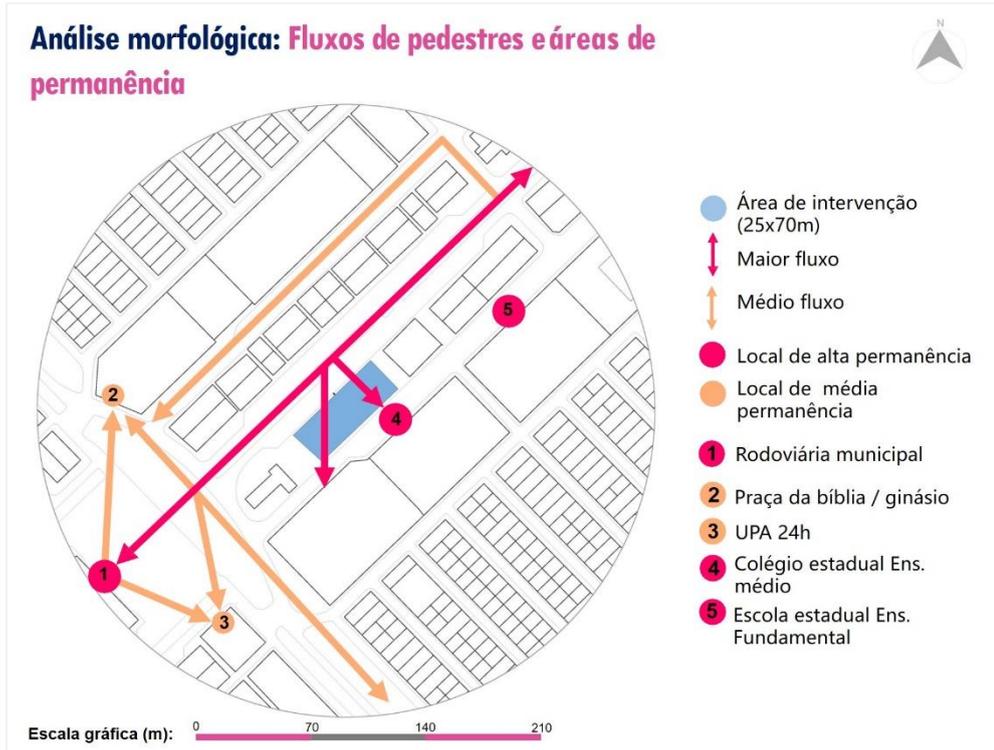


Figura 55 - Mapeamento de fluxos e pontos de permanência.

(Elaborado pela autora). Base: Prefeitura Municipal de Novo Gama/GO.



Figura 56 - Pontos de permanência.

(Registros feitos pela autora).

Nesta análise observa-se que o lote de intervenção é utilizado como passagem de pedestres para acesso aos equipamentos públicos próximos. Onde os pontos de permanência acontecem, principalmente, nas instituições de ensino, praça e ginásio, rodoviária e a Unidade e Pronto Atendimento 24h.

Aliado aos fluxos e permanência, é possível observar a urbanidade do local, isto é, onde são os locais mais utilizados e percorridas pelos pedestres e onde há baixo uso. A urbanidade no local de estudo ocorre, portanto, nos pontos comerciais e de equipamentos públicos. Os usuários predominantes costumam mesclar entre adolescentes que frequentam as unidades escolares próximas e adultos que frequentam os comércios e trabalham no local. Jovens também costumam utilizar os espaços esportivos existentes no local. Crianças e idosos são os usuários de menor frequência, os primeiros frequentam as escolas, já os idosos costumam frequentar os comércios, em menor escala, a UPA e as igrejas.

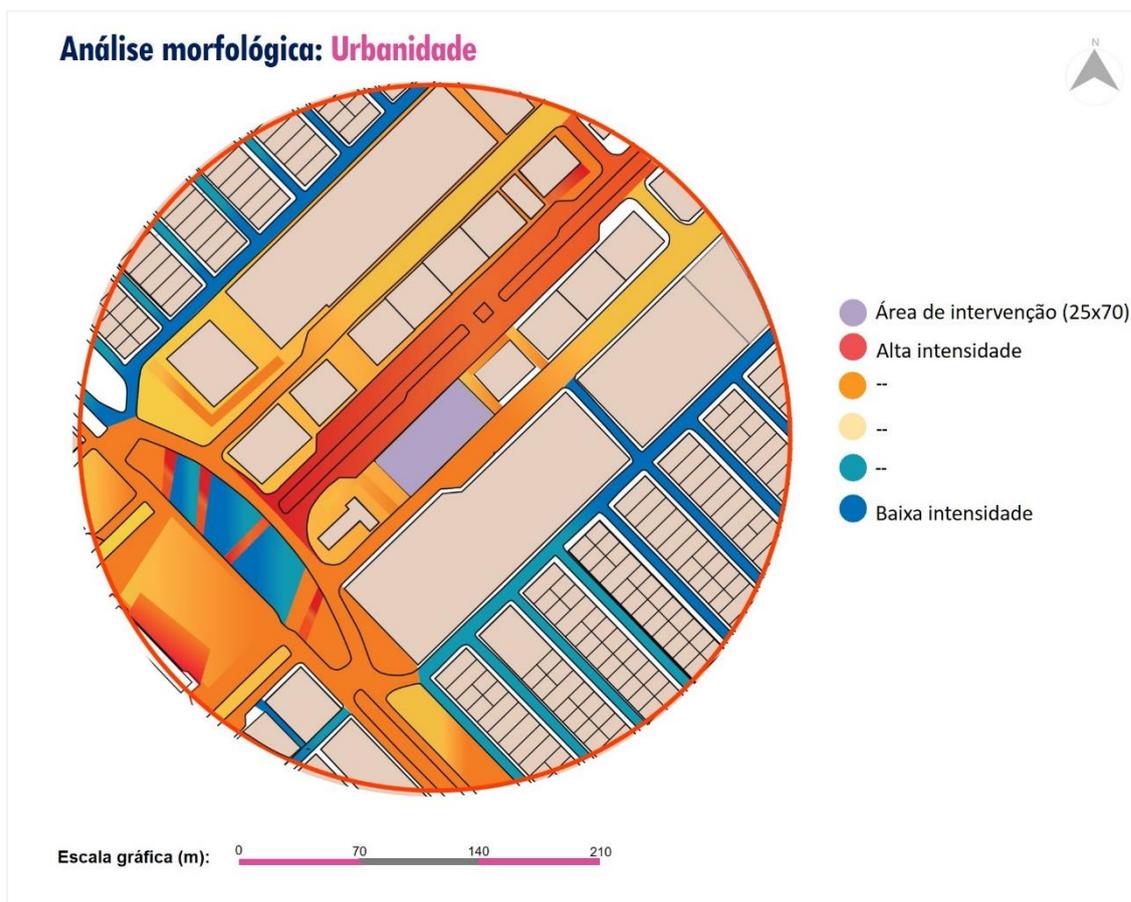


Figura 57 - Mapa de urbanidade.

(Elaborado pela autora). Base: Prefeitura Municipal de Novo Gama/GO.

É demasiado importante salientar que o contexto de estudo para este trabalho final de



graduação ocorre em paralelo ao momento pandêmico que vive a sociedade devido ao vírus da COVID-19. Portanto, ao analisar a urbanidade do local e os pontos de permanência, leva-se em consideração os usos em condições “normais”, em momentos anteriores (não-pandêmicas), contudo, os registros fotográficos do local realizados atualmente podem não refletir com o que é demonstrado nos mapas. Diante deste fator, para melhor esclarecimento, na imagem abaixo foi realizado uma comparação dos pontos de permanência em condições anteriores e como está atualmente, é possível assim, observar se há ou não variação nos usos no contexto atual relacionado a momentos passados.

Registro de percurso: **Antes x Atualmente**

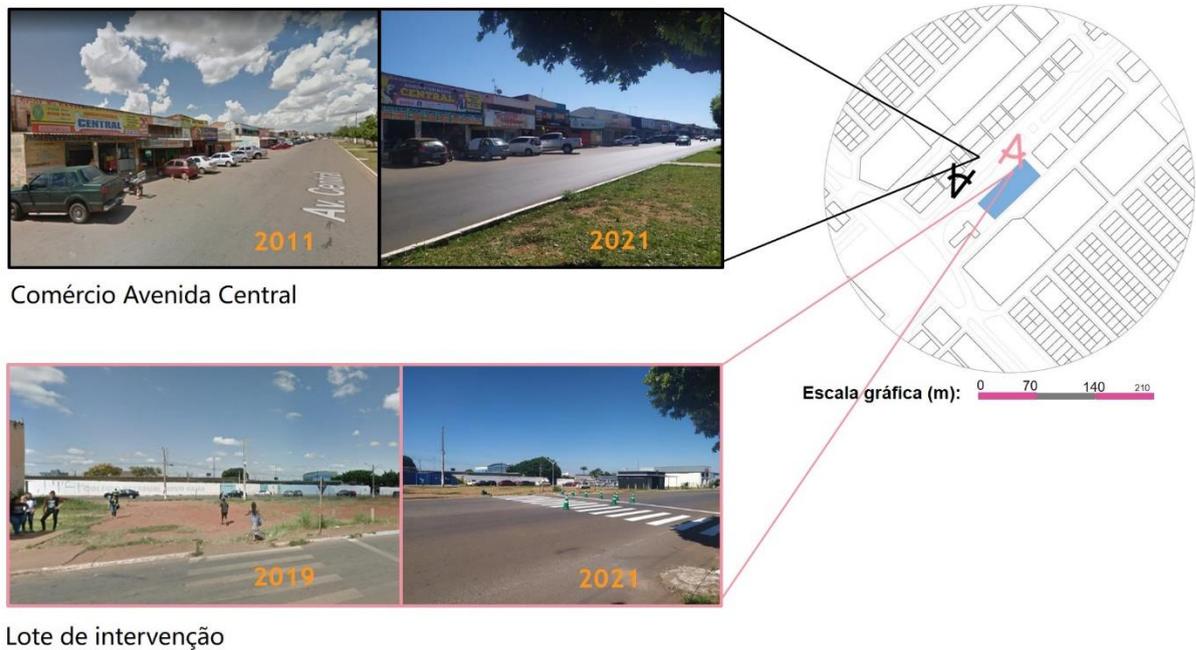


Figura 58 - Registro de percurso - rua comercial e área de intervenção.

(Registros fotográficos atuais feitos pela autora).Imagens de anos anteriores: Google Maps.



Registro de percurso: Antes x Atualmente

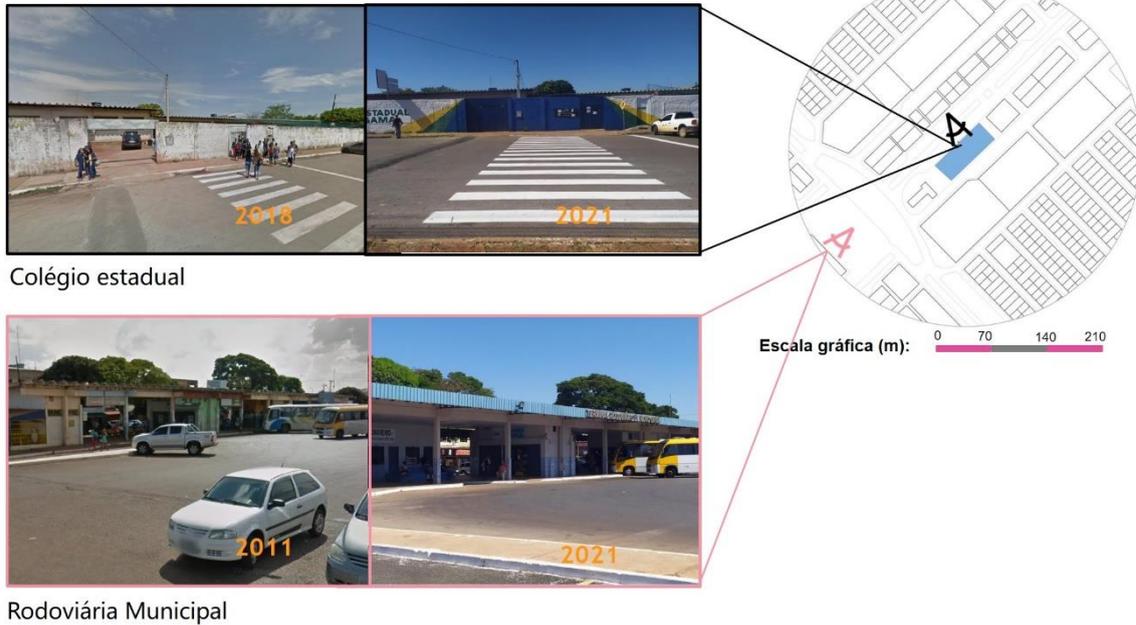


Figura 59 - Registro de percurso - colégio e rodoviária.

(Registros fotográficos atuais feitos pela autora).Imagens de anos anteriores: Google Maps.

Ao realizar um comparativo entre os anos que antecedem a pandemia em 2020, é possível observar que o uso do automóvel sempre foi predominante no local e a copresença era relativamente baixa em determinados horários, mas ainda assim pode-se notar certa redução de pedestres no período atual. É possível observar mais movimentações de carros e pedestres nos pontos de maiores usos, como nos comércios, no colégio estadual e na rodoviária. Ainda assim, são pontos que possuem mais movimentos apenas em horários de pico como início da manhã e fim da tarde.

Ao realizar os registros de percurso no local observa-se que há poucos elementos topoceptivos na cidade. Os edifícios não costumam ultrapassar a altura de dois pavimentos, não havendo um ponto de destaque para fácil localização e visualização no local. Os lugares que mais auxiliam na topocepção são os próprios equipamentos públicos, que se diferem dos comércios e residências existentes.

Ao fazer o comparativo de alguns anos anteriores com o período atual observa-se que algumas melhorias com relação a infraestrutura foram realizadas. Como pequenas reformas e pinturas nas vias e nos equipamentos públicos.

Ao analisar as condições das calçadas foi possível traçar a seguinte classificação: calçadas pavimentadas transitáveis, que são as que possuem pavimentação que estão em bom estado de conservação, mas que não são completamente acessíveis para cadeirantes ou outros



portadores de necessidades especiais; as pavimentadas descontínuas, que são as pavimentadas pelos próprios moradores ou donos do comércio, elas costumam ser irregulares em alturas e variam nos tipos de materiais, o que deixa o trânsito do local com péssima acessibilidade; o percurso não pavimentado corresponde aos locais por onde as pessoas passam que não possuem pavimentação, os popularmente chamados “caminhos de rato”; e, por fim, as inexistentes onde estão diretamente na terra, algumas vezes tomadas pelo crescimento de matos.

Análise morfológica: Condições das calçadas

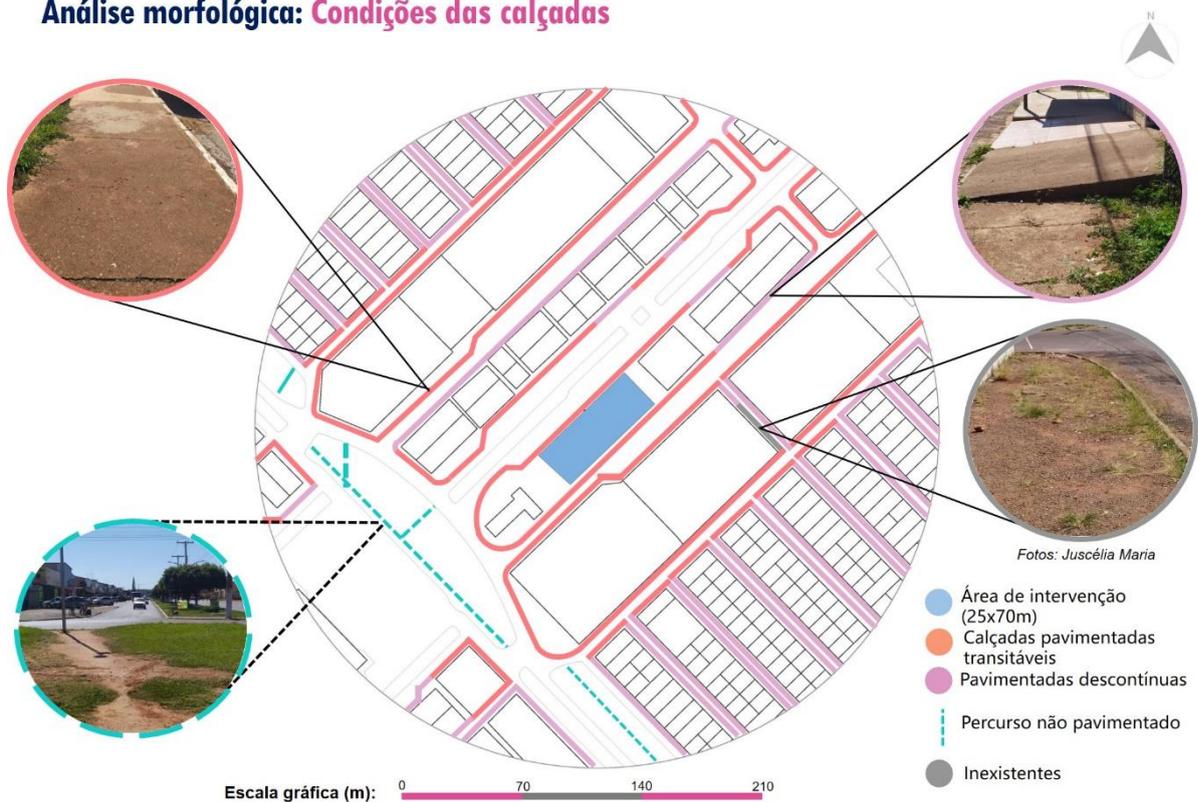


Figura 60 - Mapeamento de condição das calçadas.

(Registros fotográficos feitos pela autora).

A imagem acima demonstra o mapeamento das calçadas de acordo com a classificação das condições em que elas se apresentam atualmente. Observa-se que as calçadas pavimentadas transitáveis acontecem, principalmente, nas áreas comerciais e em volta dos equipamentos públicos. Nos demais locais há predominância das pavimentadas descontínuas.



Perspectivas

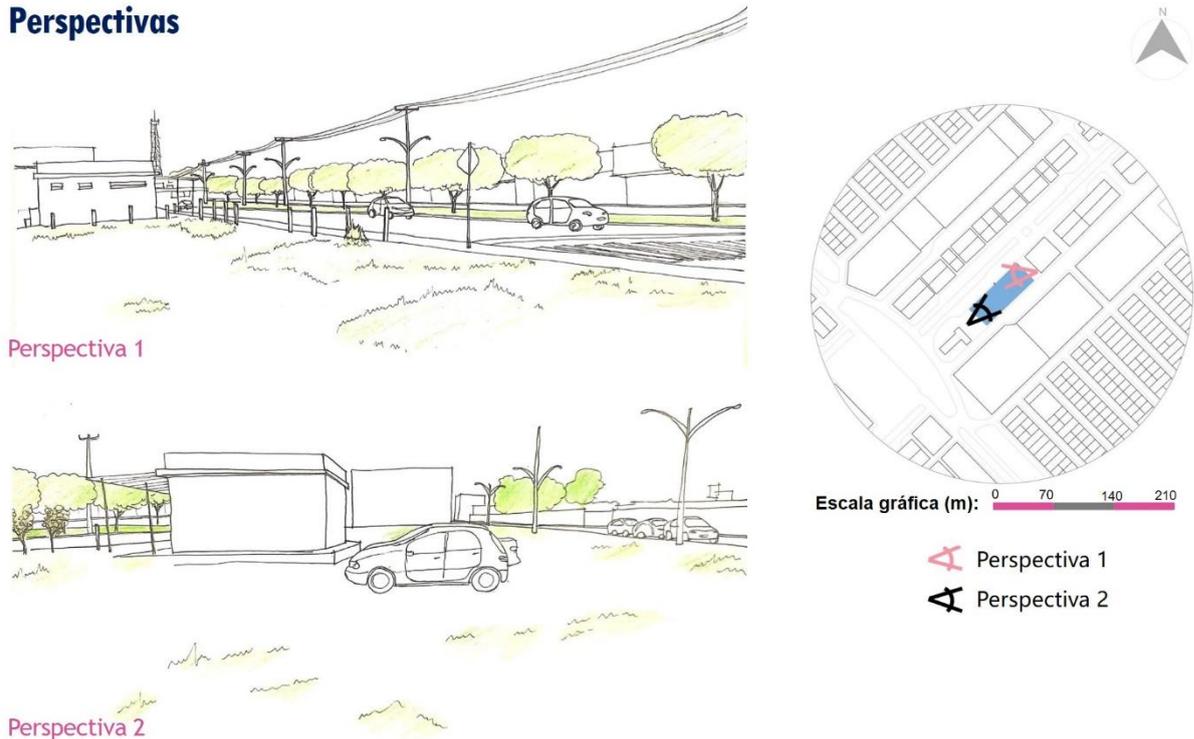


Figura 61 - Perspectivas do terreno de intervenção.

(Elaborado pela autora).

Para melhor compreensão topocéptica da área de intervenção foram realizadas perspectivas a mão com vista na escala do pedestre a partir do interior do terreno de intervenção, onde é possível ver o entorno próximo. a fim de demonstrar sua espacialização. Observa-se que no lote há uma pequena edificação comercial que passou anos abandonada e atualmente está sendo reformada. O terreno ainda é utilizado para estacionamento de carros dos usuários dos equipamentos das proximidades. O local atualmente está sendo pouco utilizado, o que torna a dimensão copresencial baixíssima com relação a períodos anteriores.

5 DIRETRIZES PARA ESTUDO PRELIMINAR

5.1. Diretrizes da proposta

Observa-se no município de Novo Gama algo que é recorrente nos municípios do entorno, que consiste em grande quantidade de moradores da cidade utilizarem mais os espaços e serviços das cidades administrativas do Distrito Federal do que os do próprio município. A quantidade de moradores da área do entorno que trabalha ou estuda no Distrito Federal é



relativamente alta, e não somente em questões profissionais, mas também utilizam os espaços do DF para lazer.

A ideia de o projeto acontecer no município seria uma forma de incentivar os moradores a utilizarem os equipamentos públicos da cidade, em um espaço projetado para este fim, uma vez que alguns projetos educacionais já acontecem no local, e alguns funcionam bem, contudo ocorrem locais cedidos por instituições privadas, ou em edifícios públicos que infelizmente, estão em péssimas condições.

O objetivo final é, portanto, identificar os programas já existentes oferecidos pelo município, para criar espaços onde eles possam ser desenvolvidos de forma permanente e qualitativa, bem como, propor outros espaços de educação e lazer conforme a necessidade dos moradores e prestar serviços de assistência social a população local. Para este propósito, a proposta seguirá as seguintes diretrizes:

- Integrar a comunidade escolar e os idosos a fim de estimular a participação dos estudantes em atividades de ensino e aprendizagem e os idosos e em atividades de lazer e saúde disponibilizadas no centro comunitário.
- Criar espaços de estudos para promover atividades educacionais de apoio, como cursos profissionalizantes e espaços de pesquisa. Proporcionar uma arquitetura que estimule a concentração e facilite o processo de aprendizado.
- Promover locais de lazer e descanso direcionados para todas as faixas etárias, proporcionando ao usuário momentos de descontração e socialização com outros indivíduos.
- Dispor de hortas comunitárias como atividade de integração para a pessoa idosa, estimulando o cuidado com a natureza e meio ambiente e gerando alimentos que possam ser compartilhados entre a comunidade.
- Oferecer espaços de atividade física e esporte ao ar livre e também em espaços fechados com o intuito de melhorar a qualidade de vida dos usuários, estimulando o autocuidado com a saúde e o bem-estar do corpo e mente.
- Disponibilizar áreas para apoio educacional, de modo que auxilie estudantes de baixa renda com recursos para expandir seu aprendizado e desenvolvimento escolar.
- Destinar local para o CRAS e apoio ao serviço de assistência social para a comunidade a fim de assistir as situações de vulnerabilidades e riscos sociais presentes no município.
- Integrar o passeio público à calçada e aos jardins do centro comunitário para que os pedestres se sintam convidados a utilizarem o espaço e sintam-se parte dele.



- Criar espaços de convivência externos abertos e integrados a jardins para a comunidade, somando um local de relaxamento e descanso que ao mesmo tempo promova a interação social e convívio entre as pessoas.
- Criar espaços de convivência internos para os usuários ativos do centro comunitário.

5.2. Programa de necessidades

Para a espacialização da proposta foram pensados os setores: convivência e educacional, onde, seriam locados os ambientes voltados para cursos profissionalizantes, de aprendizagem, artes, lazer e esporte; setor de assistência social, onde será locado o CRAS; o setor administrativo, destinado aos serviços de coordenação e organização de documentos referentes a instituição; e, por fim, o setor de serviços, onde estaria a manutenção, espaços para funcionários e guarda de materiais. Todos os setores terão os seguintes ambientes com as devidas áreas mínimas pré-estabelecidas, sendo que a circulação será definida por, no mínimo, 25% da área de cada setor:



PROGRAMA DE NECESSIDADES					
SETOR	AMBIENTES	QTDE.	ÁREA UNITÁRIA M ²	ÁREA TOTAL (M ²)	
EDUCACIONAL / C CONVIVÊNCIA	RECEPÇÃO PRINCIPAL	1	37,84	37,84	
	ESPAÇO DE EXPOSIÇÕES	1	36,1	36,1	
	SALA MULTIUSO	2	25,25	50,5	
	ESPAÇO DE CONVIVÊNCIA PILOTIS	1	507,3	507,3	
	REFEITÓRIO	1	30	30	
	BIBLIOTECA	1	42	42	
	SALA DE AULA	4	16,55	66,2	
	SALA DE INFORMÁTICA	2	33,2	66,4	
	ATELIÊ DE ARTES	1	47,96	47,96	
	SALA DE LEITURA	1	36	36	
	I.S MASCULINO	2	8	16	
	I.S FEMININO	2	8	16	
	I.S PNE	4	3,96	15,84	
	ACADEMIA FECHADA	1	42,5	42,5	
	CAFÉ	1	10	10	
	CIRCULAÇÃO VERTICAL	1	17,4	17,4	
	ÁREA COBERTA	1	53,1	53,1	
ESPERA	1	54	63		
TOTAL				1010,64	
ASSISTÊNCIA SOCIAL	INFO CRAS / RECPÇÃO	1	13,26	13,26	
	SALA DE ATENDIMENTO	2	12,75	25,5	
TOTAL				38,76	
ADMINISTRATIVO	SALA DE ADMINISTRAÇÃO	1	13,05	13,05	
	SECRETARIA	1	14,02	14,02	
	ARQUIVO	1	8,5	8,5	
	SALA DE DIREÇÃO / COORDENAÇÃO	1	8,27	8,27	
	I.S MASCULINO	2	8	16	
	I.S FEMININO	2	8	16	
	I.S PNE	4	3,96	15,84	
TOTAL				59,84	
SERVIÇOS	DML	1	5,08	5,08	
	COPA	1	13,05	13,05	
	MANUTENÇÃO	1	11,68	11,68	
	COZINHA	1	25	25	
	ALMOXARIFADO	1	22,73	22,73	
	CIRCULAÇÃO VERTICAL	1	11,3	11,3	
	I.S MASCULINO	2	8	16	
	I.S FEMININO	2	8	16	
	I.S PNE	4	3,96	15,84	
TOTAL				88,84	
SUBTOTAL - Área útil				1198,08	
TOTAL AREA CONSTRUÍDA (+ circulação)				1819,8	
TOTAL AREAS TÉCNICAS				342	
AREA DA COBERTURA				920,7	
PAISAGISMO	HORTA COMUNITÁRIA	1	34,72	34,72	
	JARDINS	1	304,59	304,59	
	ACADEMIA ABERTA	1	76	76	
PAISAGISMO (ÁREA EXTERNA)				415,31	

Figura 62 - Programa de necessidades.

(Elaborado pela autora).

5.3. Diagramas de organização espacial

Para compreender como de fato pode ocorrer a espacialização do programa de necessidades estabelecidos para o Centro comunitário e de Assistência social para a cidade de Novo Gama, foram elaborados diagramas de setorização no lote. Foram implantados no terreno blocos referentes a cada um dos setores com a sua área de ocupação e determinados os



principais acessos a edificação.

Diagrama de setorização

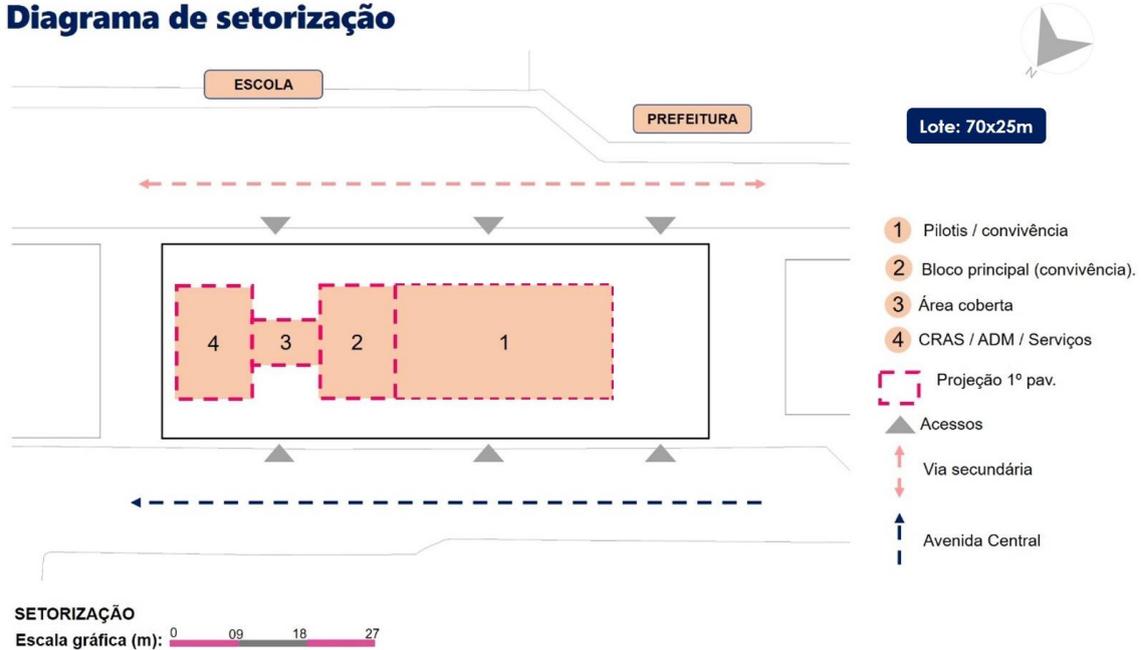


Figura 63- Setorização do edifício.

(Elaborado pela autora).

A setorização é distribuída no lote de modo que os acessos sejam feitos tanto pela avenida central, quanto pela avenida secundária das escolas. A circulação se dá por três eixos de passagem livre, uma passando por baixo do edifício (área coberta e pilotis) outra entre os dois blocos e a terceira por uma área aberta onde será proposto um paisagismo e um local destinado a atividade física.

Para melhor compreensão dos ambientes aliados aos atores que utilizarão os espaços foram elaborados fluxogramas a partir dos usuários das atividades educacionais e de convivência, os usuários do CRAS e os funcionários. Os usuários do setor educacional tem as maiores possibilidades de usos, devido as diversas áreas destinadas a lazer e ensino aprendizagem. Eles também possuem 6 possibilidades de acesso livre.



FLUXOGRAMA: USUÁRIOS (CRAS) - TÉRREO

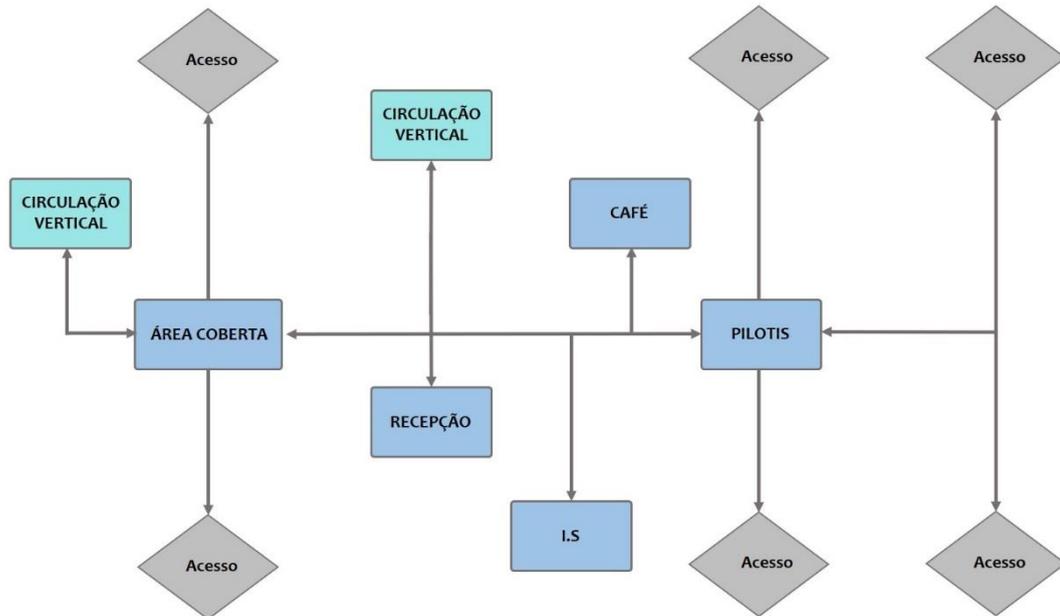


Figura 66 - Fluxo de usuários (CRAS) 1º pav.

(Elaborado pela autora).

FLUXOGRAMA: USUÁRIOS (CRAS) – 1º PAV.

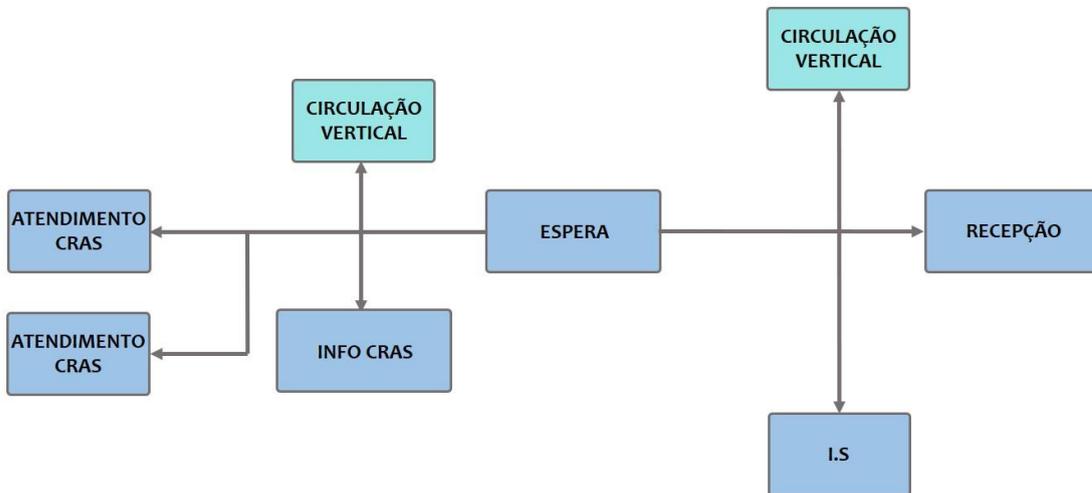


Figura 67 - Fluxo de usuários (CRAS) 1º pav.

(Elaborado pela autora).



FLUXOGRAMA: FUNCIONÁRIOS - TÉRREO

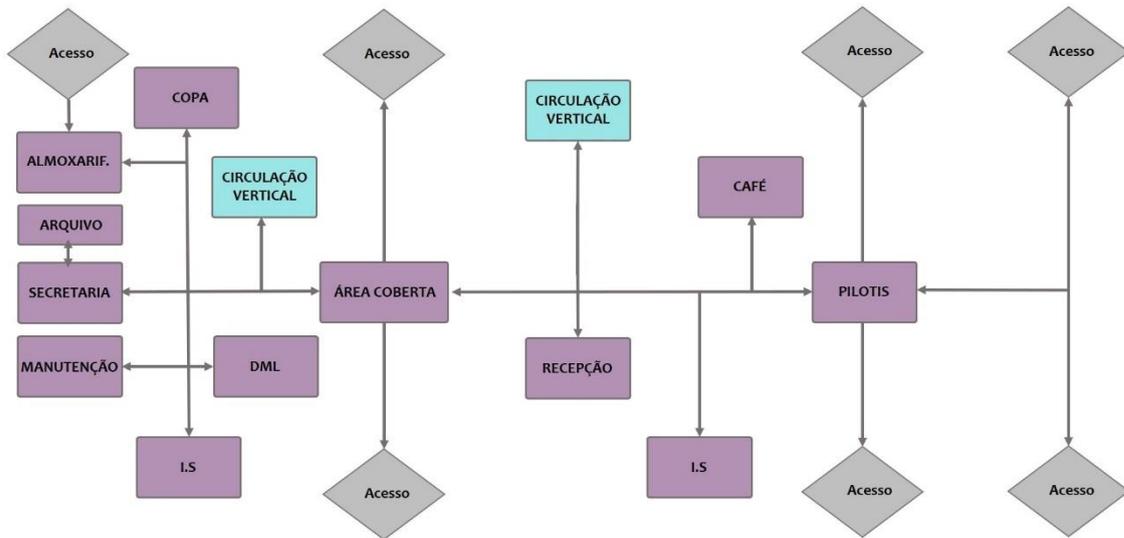


Figura 68 - Fluxo de funcionários -Térreo

(Elaborado pela autora).

FLUXOGRAMA: FUNCIONÁRIOS – 1º PAV.

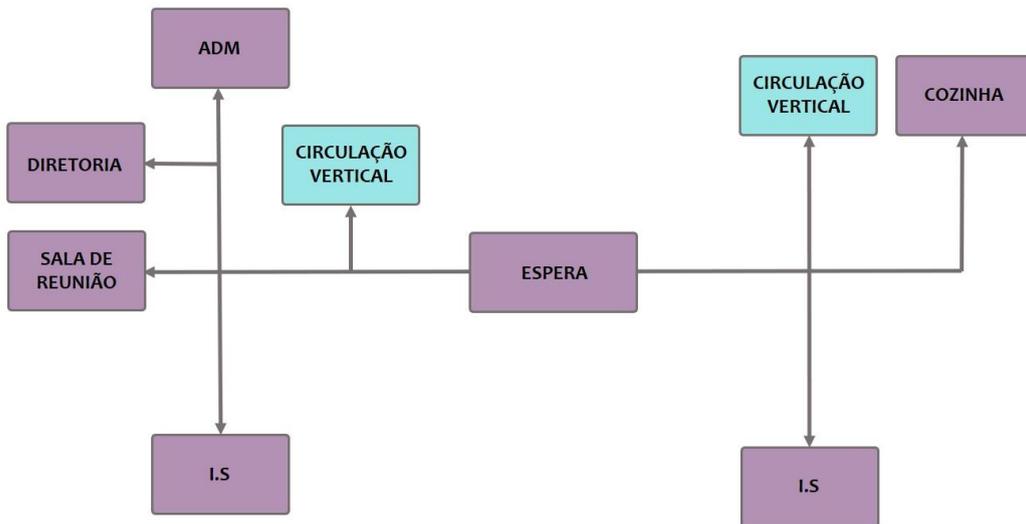


Figura 69 - Fluxo de funcionários -Térreo

(Elaborado pela autora).

6 PROPOSTA DE INTERVENÇÃO

6.1. Conceito do projeto

Deseja-se transmitir aos usuários do Centro Comunitário a ideia de conectividade e integração, onde, por meio da arquitetura possibilite a potencialização do indivíduo e seja um



local de lazer e aprendizado que traga a sensação de unidade e o espírito de comunidade. O projeto traz em seu conceito os verbos: integrar e sociabilizar, que serão as palavras chave para a introdução do objetivo do projeto. Segundo o dicionário, sociabilizar refere-se ao ato de reunir-se em sociedade e integrar está relacionado a incluir-se num conjunto, formando um todo e também está atrelado a ideia de coletividade.

6.2. Partido arquitetônico

Seguindo a ideia do conceito e as setorizações pré estabelecidas no lote, e, no intuito de integrar e sociabilizar foi proposto na área de convivência um grande espaço em pilotis, de modo a deixar o local mais aberto e integrado à área externa e paisagismo. O pilotis vem como solução para que o lote longitudinal não torne-se uma grande fachada cega, mas que seja aberto e convidativo, de modo que o edifício não se transforme em barreira visual.

A ideia inicial seria de que os setores fossem divididos em blocos e conectados por jardins. No intuito de traduzir essa setorização em blocos aliada ao conceito de integrar, surge a inspiração para o partido e volumetria do projeto: o quebra-cabeças. O quebra-cabeças reúne a ideia de integração e conectividade, onde cada peça unida ao conjunto forma um todo com significado.



Figura 70 – inspiração do partido.

(Fonte: estrategiasdenegocios.blogspot.com).

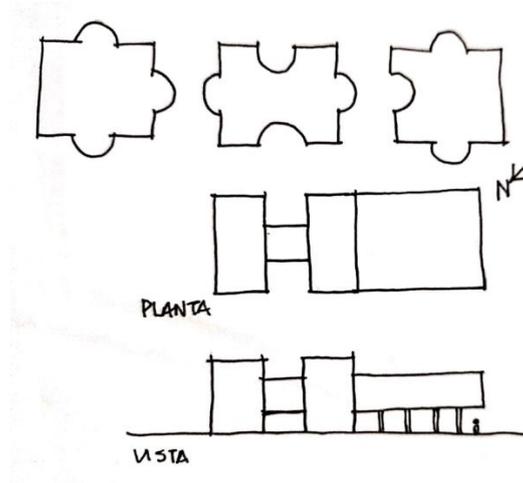


Figura 71 - Evolução do partido.

(Elaborado pela autora).

6.3. Estudo de implantação

Em consonância com os parâmetros urbanísticos estabelecidos pelo Plano Diretor da Cidade de Novo Gama/GO, o lote encontra-se na zona de Uso misto 3, onde é permitido uso residencial, uso econômico e insitucionais de baixo impacto. Seguindo os parâmetros para uso insitucional, foi implantado um edifício composto por blocos de até dois pavimentos. O edifício terá 7 acessos, sendo dois através do pilotis, dois pela área coberta, dois acessos pela academia de ginástica e um acesso de serviço para carga e descarga.

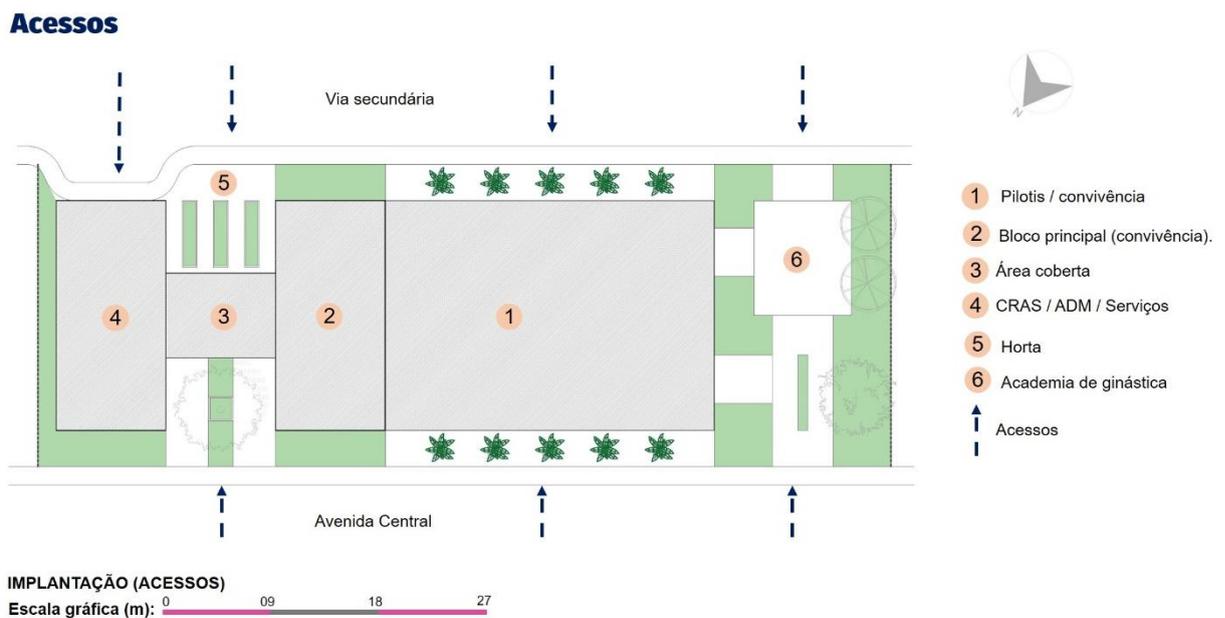


Figura 72- Implantação

(Elaborado pela autora).

Os afastamentos pré estabelecidos para o uso institucional corresponde a 1,50 laterais e 3m frontal e posterior, diante disso, a área permitida para construção corresponde a 1273m² da área total do terreno (1750m²). O pavimento térreo é composto pelo setor educacional e de convivência divididos em um bloco e uma área em pilotis ocupando um total de 684,30m². Também há os setores de assistência social, administrativo e serviços (171m²), entre os dois blocos há uma área de espera / descanso (56,70m²). Com isso, a área permeável do lote consiste em 320,52m².

O pavimento superior é composto pelo setor educacional e de convivência somando 684,30m². A taxa de ocupação permitida para o lote é de 60%, a ocupação do edifício corresponde a 911,70m² o equivalente a uma taxa de ocupação de 52%.

7 REPRESENTAÇÃO GRÁFICA

7.1. Planta Baixa

Para a disposição dos ambientes foi feito o estudo bioclimático do lote, a fachada principal está voltada para direção noroeste, segundo a carta solar de Brasília consiste na fachada que mais receberá insolação, como estratégia bioclimática foram disposto nessa fachada todos os sanitários, vedações utilizando cobogó e brises verticais. Na fachada posterior encontram-se os ambientes com maiores permanências a fim de trazer aberturas em vidro para iluminação e ventilação natural, nas fachadas laterais as aberturas são feitas por janelas em fita.

O projeto consiste em dois blocos principais contendo dois pavimentos e uma área técnica, um bloco em balanço com uma área coberta no térreo e bloco de pilotis. O edifício localizado a leste do terreno, no térreo, contém os ambientes do setor administrativo, tais como: secretaria e arquivo; e ambientes relativos também ao setor de serviços: almoxarifado DML, manutenção e copa. No bloco central e pilotis encontram-se as áreas de convivência e acolhimento: recepção, café e exposições.



Figura 73- Planta baixa térreo.

(Elaborado pela autora).

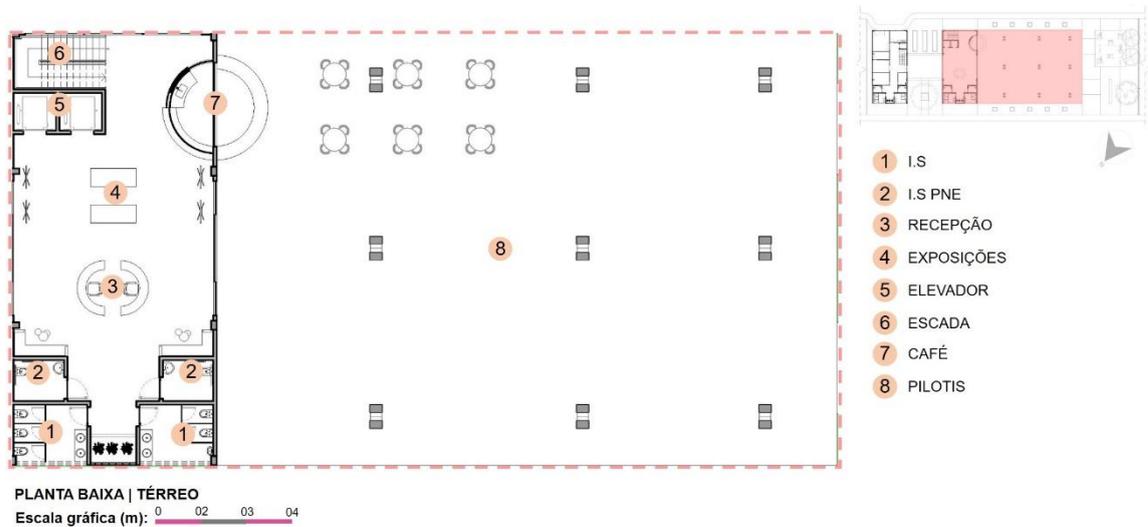


Figura 74 - Planta baixa térreo.

(Elaborado pela autora).

O pavimento superior do bloco leste possui uma mescla entre o setor administrativo e o CRAS, contendo salas de atendimento, sala de reunião, diretoria, administrativo. À direita está a área de espera, que conecta este bloco lateral ao bloco central. O bloco central aliado ao pavimento superior do pilotis, consiste nos ambientes relativos ao ensino e aprendizagem e lazer, tais como: biblioteca, leitura, refeitório, ateliê, academia, salas de aula, informática e salas multiuso.



Figura 75 - Planta baixa 1º pav.

(Elaborado pela autora).

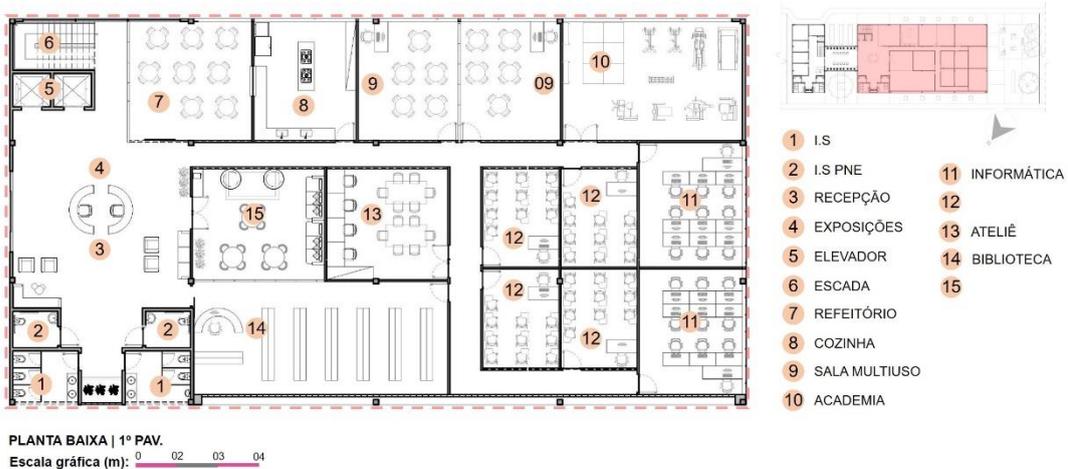


Figura 76- Planta baixa 1º pav.

(Elaborado pela autora).

7.2. Método construtivo e materiais

O edifício segue um estilo arquitetônico modernista, caracterizado pelo uso do concreto armado, uso de cobogó e brises. O método construtivo consiste em uma estrutura de pilares de concreto e laje nervurada a fim de vencer grandes vãos, os pilares estão dispostos numa malha de 9x7x6m, optou-se por uma malha que seguisse as dimensões dos blocos do edifício trazendo a menor quantidade possível de pilares entre os vãos.

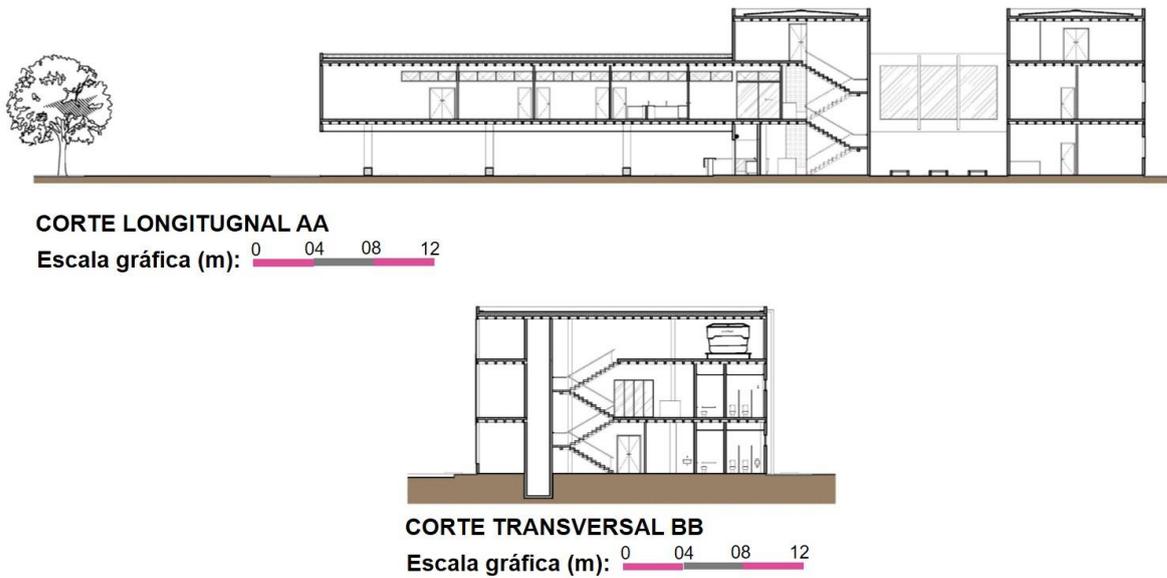


Figura 77- Cortes

(Elaborado pela autora).

As áreas técnicas estão locadas acima do bloco principal e do bloco à leste do terreno, nela encontram-se os reservatórios, casa de máquinas e área destinada às demais instalações. A cobertura será de telha termoacústica tipo sanduíche a fim de auxiliar no bioclimatismo e também por possuir apenas 5% de inclinação, necessitando de pouca altura nas platibandas.

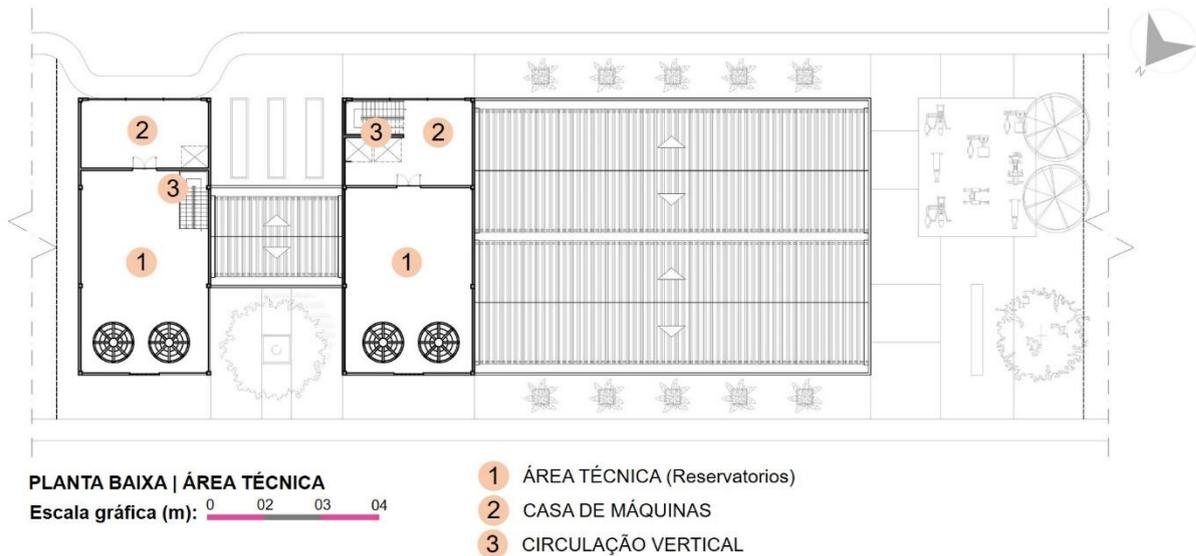


Figura 78 - Planta baixa Área Técnica

(Elaborado pela autora)

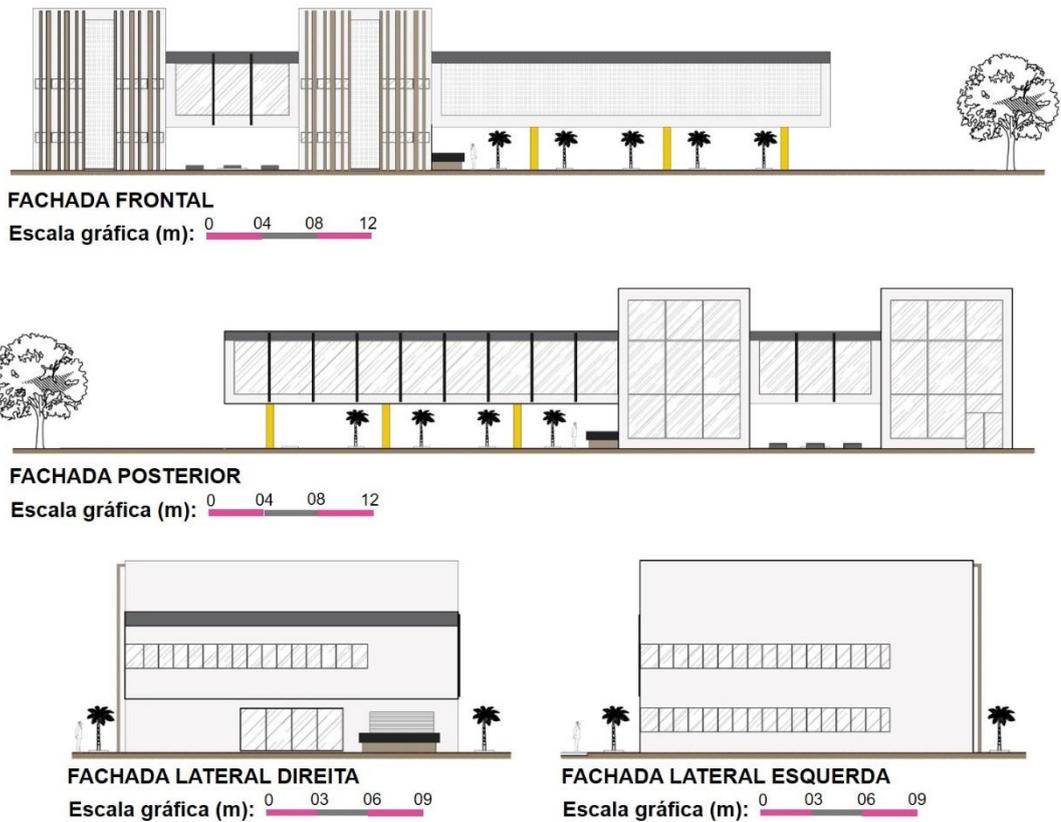


Figura 79 - Fachadas

(Elaborado pela autora).

As vedações externas são feitas por blocos cerâmicos e as vedações internas são de drywall, em alguns ambientes que podem vir a ser integrados é proposto como vedação o uso de divisórias retráteis que são lexíveis para serem abertas ou fechadas conforme a necessidade, esse material foi utilizado por exemplo, no refetiório, salas multiuso, leitura e biblioteca. É proposto a laje nervurada aparente nos ambientes internos, onde algumas nervuras podem ser vedadas com gesso acima das divisórias e também para a locação de pontos de iluminação, essas vedações também trazem dinamismo ao teto.



LAJE NERVURADA APARENTE

PAINEL RETRÁTIL PARA
INTEGRAÇÃO DE AMBIENTES



Figura 80 - Render interno Sala de leitura

(Elaborado pela autora)

7.3. Maquete eletrônica

A fachada principal está voltada para a Avenida Central, em função do seu maior movimento, por ser a via onde passam os maiores fluxos de ônibus e ter uma parada de ônibus ao lado do edifício. Por se tratar de uma fachada noroeste, há bastante insolação, sendo necessária a adoção de algumas estratégias bioclimáticas, tais como brises e cobogó, afim de amenizar a passagem de calor.



Figura 81 – Perspectiva: fachada principal.

(Elaborado pela autora).



Figura 82- Bloco principal e pilotis

(Elaborado pela autora).



Figura 83- Fachada principal: pilotis

(Elaborado pela autora).

Portanto, a fachada principal possui alguns elementos vazados como cobogó que auxiliam a conter o sol vindo da direção oeste. Em contrapartida, a fachada posterior (leste/sul), terá a maior parte das aberturas, aproveitando-se da incidência solar mais amena desta fachada e os ventos predominantes vindos do leste. Os materiais de acabamento da fachada são de pintura texturizada branca e os pisos das áreas descobertas de granilite fulget, e nas áreas cobertas granilite polido.



Figura 84 - Fachada posterior.

(Elaborado pela autora).



Figura 85- Fachada posterior.

(Elaborado pela autora).



Figura 86 - Fachada posterior: pilotis

(Elaborado pela autora).



Figura 87- Calçada e academia aberta

(Elaborado pela autora).



Figura 88 - Academia aberta

(Elaborado pela autora).



Figura 89 - Recepção principal

(Elaborado pela autora).

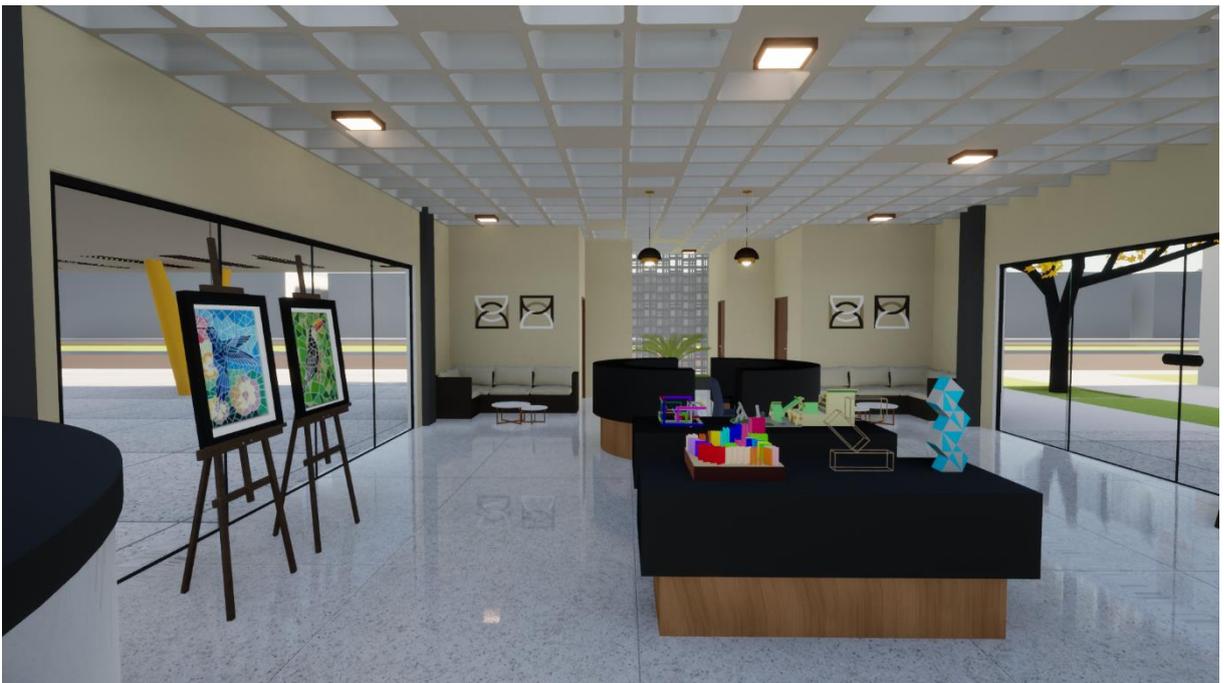


Figura 90 - Espaço de exposições / recepção;

(Elaborado pela autora).



Figura 91 - Sala de leitura.

(Elaborado pela autora).



Figura 92 - Balcão biblioteca (integrado á sala de leitura).

(Elaborado pela autora).



Figura 93 - Sala de leitura

(Elaborado pela autora).



8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao analisar a importância dos equipamentos públicos que ofereçam serviços de aprendizagem e lazer, sobretudo no contexto do sítio de estudo, Novo Gama/GO, percebe-se que o município dispõe de alguns serviços mas que pouco são aderidos pela comunidade. Isso se dá por aspectos referentes a sua localização, infraestrutura e até mesmo a ausência de topografia nos lugares onde estão inseridos.

No município uma grande característica do CRAS, por exemplo é ele não receber um lugar fixo e específico para sua concepção, mudando constantemente de lugar e utilizando espaços alugados ou cedidos. O que o centro comunitário e o CRAS tem em um município é justamente a ausência de serem lugares de fato referenciais, um local onde as pessoas se sintam de fato, parte da comunidade e que aquele espaço é de seu uso por direito.

A proposta de um centro comunitário e CRAS no setor central da cidade de Novo Gama, no local de intervenção próximo a prefeitura, rodoviária, em um local acessível para o transporte, é de forma intrínseca um convite para que a comunidade de fato desfrute de atividades de seu interesse, intensificando seu aprendizado, e proporcionando qualidade de vida.

Dessa forma, o edifício pode tornar-se uma referência na cidade, como materialidade das políticas públicas que o próprio local já oferece, mas que pouco investe na arquitetura para exercer esses serviços a fim de promover a cidadania.

9 REFERÊNCIAS

- Assistência social. **In Britannica Escola**, 2021. Disponível em: <<https://escola.britannica.com.br/artigo/assistencia-social/631058>>. Acesso em: 9 de abril de 2021.
- BONFIM, Catarina de Jesus et al. **Centro Comunitário**. Direção-Geral da Acção Social. Núcleo de Documentação Técnica e Divulgação. Lisboa, nº 15, 2000. Documento eletrônico. Disponível em: <http://www.seg-social.pt/documents/10152/13331/Centro_comunitario>. Acesso em: 18 mar. 2021.
- BOSCHETTI, Ivanete et al. Política Social: fundamentos e história. São Paulo: Ed. Cortez, 2009. Documento eletrônico. Disponível em: <http://portal.saude.pe.gov.br/sites/portal.saude.pe.gov.br/files/politica_social_fundamentos_e_historias_-_behring_boschetti.pdf>. Acesso em: 12 mar. 2021.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Política Nacional de Assistência Social**. Brasília, 2004. Documento eletrônico. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/PNAS2004.pdf>. Acesso em: 05 mar. 2021.
- BRASIL. Senado Federal. **Constituição da república Federativa do Brasil**. Brasília, 2001.
- BRASIL. Ministério das relações exteriores. **Relatório brasileiro sobre desenvolvimento social**. Brasília, 1995. Documento eletrônico. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40141995000200003&script=sci_abstract&tlng=pt> . Acesso em: 12 mar. 2021.
- CARVALHO, Graziela Figueiredo de. **A Assistência Social no Brasil: da caridade ao direito**. Rio de Janeiro, 2008. 57 p. Monografia (Bacharel em Direito). Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Disponível em: <<https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/11992/11992.PDF>>. Acesso em: 12 mar. 2021.
- Centro Educativo Burle Marx / Arquitetos Associados. **Archdaily Brasil**, 2012. Disponível em: <<https://www.archdaily.com.br/br/01-18858/centro-educativo-burle-marx-arquitetos-associados>>. Acesso em: 05 abr. 2021.
- CODEPLAN. **Pesquisa Metropolitana por Amostra de domicílios (PMAD) – Novo Gama/GO**. Companhia de Planejamento do Distrito Federal. Brasília DF, 2018. Disponível em: <<http://www.codeplan.df.gov.br/wp-content/uploads/2018/02/PMAD-Novo-Gama.pdf>>. Acesso em: 01 jun. 2021.
- FERNANDES, Cláudio. "O que foi o Estado Novo?"; **Brasil Escola**. Disponível em: <https://brasilescola.uol.com.br/o-que-e/historia/o-que-foi-estado-novo.htm>. Acesso em: 10 abr. 2021.



FRACALOSSI, Igor. **Clássicos da Arquitetura: SESC Pompéia / Lina Bo Bardi**. ArchDaily Brasil. Disponível em: <<https://www.archdaily.com.br/br/01-153205/classicos-da-arquitetura-sesc-pompeia-slash-lina-bo-bardi>>. Acesso em: 03 jun. 2021.

FRANÇA, Eduardo Oliveira. **Complexidade, lugar e cultura: a arquitetura de Lina Bo Bardi como mediadora entre os sujeitos e suas manifestações**. Tese (Mestre em arquitetura) - Escola de arquitetura da UFMG. Belo Horizonte, 2009. Disponível em: <<http://livros01.livrosgratis.com.br/cp123851.pdf>>. Acesso em: 02 jun. 2021.

GOIÁS. Diagnóstico: Plano de regularização Fundiária Sustentável – PRFS/RIDE Novo Gama. Curitiba: Ambiens, 2013. Documento eletrônico. Disponível em: <<http://www.sgc.goias.gov.br/upload/arquivos/2014-08/plano-de-regularizacao-fundiaria-sustentavel---municipio-de-novo-gama.pdf>>. Acesso em: 05 abr. 2021.

LOCATELLI, Letícia Gomes. et al. **Sistema “S” accountability**. Congresso anpcont. São Paulo, 2019. Disponível em: <http://anpcont.org.br/pdf/2019_CPT237.pdf>. Acesso em: 18 mai. 2021.

MESTRINER, Maria Luiza. **O Estado entre a filantropia e a assistência Social**. São Paulo, Ed. Cortez, 2001. Documento eletrônico. Disponível em: <<https://www.passeidireto.com/arquivo/44996200/o-estado-entre-a-filantropia-e-a-assistencia-social-maria-luiza-mestriner>>. Acesso em: 18 mar. 2021.

Ministério do Desenvolvimento Social. **Especial apresenta a história da assistência social no Brasil**. Youtube, 2013. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=gq4YXI1pggg>>. Acesso em: 02 abr. 2021.

PAIVA, Beatriz Augusto de. Assistência Social e Políticas Sociais no Brasil – configuração histórica, contradições e perspectivas. **Katálysis**, Santa Catarina, 1999. Documento eletrônico. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/6250>>. Acesso em: 18 mar. 2021.

Parque Educativo Raíces / Taller Piloto Arquitectos. **ArchDaily Brasil**, 2017. <<https://www.archdaily.com.br/br/881314/parque-educativo-raices-taller-piloto-arquitectos>> ISSN 0719-8906. Acesso em: 10 abr. 2021.

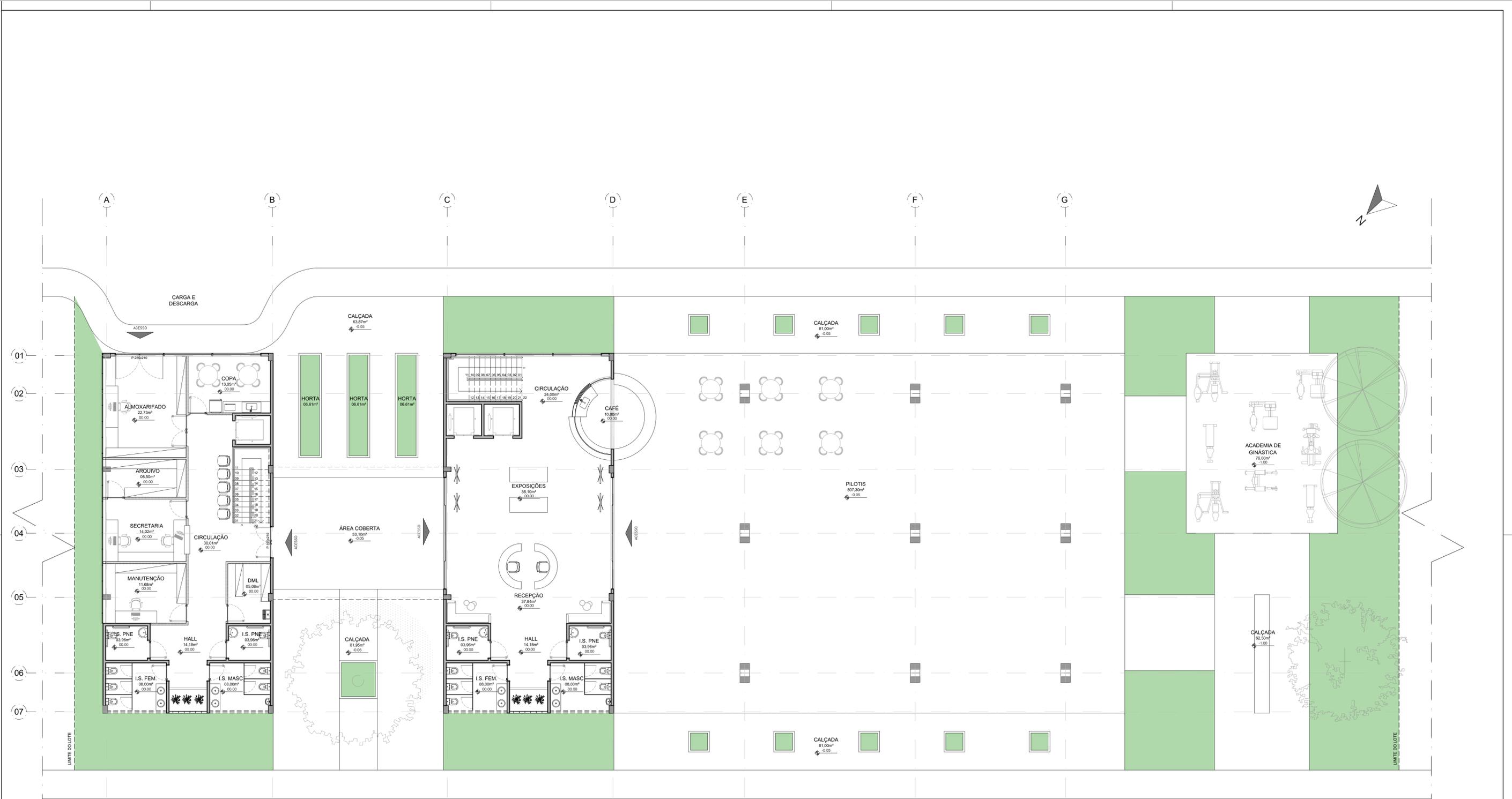
RANGEL, Elisete de Fátima. **A implementação e implantação do CRAS – Centros de Referência de Assistência Social em São José dos Campos: um estudo do CRAS – Eugênio de Melo**. São Paulo, 2009. 108p. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Documento eletrônico. Disponível em: <<https://tede2.pucsp.br/bitstream/handle/18016/1/Elisete%20de%20Fatima%20Rangel.pdf>> Acesso em: 08 abr. 2021.

SALGADO, Valéria. **Levantamento nacional de modelos de parceria entre poder público e entes de cooperação e colaboração**. In: ANTERO, Samuel (Org.). Relações de Parceria entre Poder Público e Entes de Cooperação e Colaboração no Brasil. Brasília: IABS, 2012. Disponível em: <http://www.gespublica.gov.br/sites/default/files/documentos/vol_1_relacoes_parceria_publico_ongs.pdf>. Acesso em: 18 abr. 2021.



Vencedor do Prêmio Rogelio Salmona: Edifício Projeto Viver. **ArchDaily Brasil**, 2014. Disponível em: <<https://www.archdaily.com.br/br/625866/vencedor-do-premio-rogelio-salmona-edificio-projeto-viver-fgmf>>. Acesso em: 10 Abr 2021.

WEISSHEIMER, Marco Aurélio. **Bolsa Família: avanços, limites e possibilidades do programa que está transformando a vida de milhões de família no Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006. 159 p. Documento eletrônico. Disponível em: <https://fpabramo.org.br/publicacoes/wp-content/uploads/sites/5/2017/05/Bolsa_Familia.pdf>. Acesso em: 01 abr. 2021.



LAYOUT | TÉRREO

ESC.: 1/100

NOTAS

DADOS

**CENTRO UNIVERSITÁRIO DO PLANALTO CENTRAL
POROFESSOR APPRECIDO DOS SANTOS**

JUSCÉLIA MARIA RODRIGUES DO VALE

CONTEÚDO

**PLANTA BAIXA | LAYOUT
Térreo**

ENDEREÇO:

Novo Gama / GO

ÁREA: INDICADA

ESCALA: INDICADA

DESENHO:

CAM

DATA DE EMISSÃO:
02/12/2021

REVISÃO: 00

CLASSE DO PROJETO:
ESTUDO PRELIMINAR

ARQUIVO: .DWG

FRANCHA:

01
08



NOTAS

DADOS
CENTRO UNIVERSITÁRIO DO PLANALTO CENTRAL
PROFESSOR APPRECIDO DOS SANTOS
 JUSCÉLIA MARIA RODRIGUES DO VALE

CONTEÚDO
PLANTA BAIXA | LAYOUT
 1º PAV.

ENDEREÇO:
 Novo Gama / GO

ÁREA: INDICADA	ESCALA: INDICADA	DESENHO: CAM
DATA DE EMISSÃO: 02/12/2021	REVISÃO: 00	CLASSE DO PROJETO: ESTUDO PRELIMINAR
ARQUIVO: .DWG		

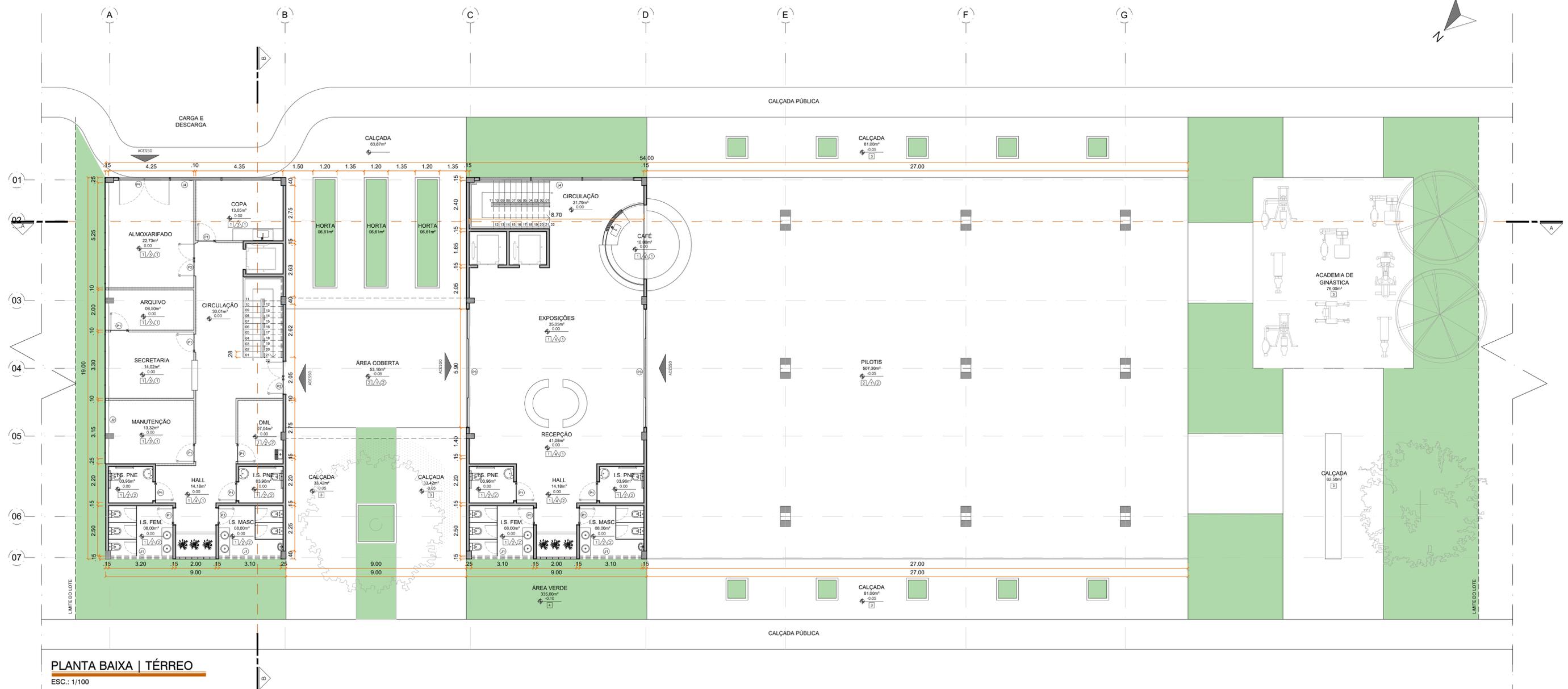
FRANCHA:
02
08

QUADRO MATERIAIS		
PISO	PARIEDE	TETO
1- Granilite polida branca rodapé preto	1- Parede de alvenaria acabamento em pintura texturizada cor branca	1- Laje nervurada aparente acabamento em gesso cola com pintura fosca branco gelo
2- Granilite polida cinza rodapé preto	2- Parede de alvenaria com revestimento cerâmico branco	2 - Forro em gesso acartonado acabamento em pintura fosca branco gelo
3- Granilite fugelt cinza	3- Parede de drywall acabamento em pintura acetinada cor mar cinzento	-
4- Grama esmeralda	4- Parede de alvenaria acabamento em pintura acetinada cor papel picado	-

QUADRO GERAL DE ESQUADRIAS 1/2						
TIPO ESQUADRIA	CÓDIGO	DIMENSÃO (LxA)	PEITORIL (cm)	TIPO	MATERIAL	QTDE.
PORTA	P1	90x210	-	ABRIR	MADEIRA	36
PORTA	P2	160x210	-	ABRIR (dupla)	MADEIRA	05
PORTA	P3	590x250	-	CORRER	VIDRO	02
PORTA	P4	255x210	-	ABRIR (dupla)	VIDRO	01
PORTA	P5	260x250	-	CORRER	VIDRO	01
PORTA	P6	400x250	-	ABRIR	VIDRO	01
PORTA	P7	290x250	-	CORRER	VIDRO	01
PORTA	P8	100x210	-	CORRER	MADEIRA	01
JANELA	J1	310x70	-	BASCULANTE	VIDRO FUMÉ	04
JANELA	J2	1400x140	110	BASCULANTE	VIDRO FUMÉ	02
JANELA	J3	1275x140	110	BASCULANTE	VIDRO FUMÉ	01

QUADRO GERAL DE ESQUADRIAS 2/2						
TIPO ESQUADRIA	CÓDIGO	DIMENSÃO (LxA)	PEITORIL (cm)	TIPO	MATERIAL	QTDE.
JANELA	J4	770x955	60	CORRER	VIDRO FUMÉ	02
JANELA	J5	770x355	-	CORRER	VIDRO FUMÉ	02
JANELA	J6	290x70	250	BASCULANTE	VIDRO	01
JANELA	J7	285x70	250	BASCULANTE	VIDRO	01
JANELA	J8	500x70	250	BASCULANTE	VIDRO	01
JANELA	J9	490x70	250	BASCULANTE	VIDRO	02
JANELA	J10	365x70	250	BASCULANTE	VIDRO	01
JANELA	J11	2635x355	-	CORRER	VIDRO FUMÉ	01
JANELA	J12	370x70	250	BASCULANTE	VIDRO	04
JANELA	J13	595x70	250	BASCULANTE	VIDRO	01
JANELA	J14	645x70	250	BASCULANTE	VIDRO	04

ILUMINAÇÃO E VENTILAÇÃO (TÉRREO)						
LOCAL	ÁREA PISO (m²)	COEFIC.	ILUMINAÇÃO (m²)		ILUMINAÇÃO (m²)	
			A. EXIGIDA	A. PROJETO	A. EXIGIDA	A. PROJETO
Banheiro (masc. e fem.)	8,00	1/10	0,8	2,17	0,40	1,08
Café	10,00	1/8	1,25	2,76	0,62	1,38
Exposições	36,10	1/8	4,51	14,75	2,26	7,37
Recepção	41,08	1/8	4,73	14,75	2,36	7,37
Manutenção	11,68	1/8	1,46	4,41	0,73	1,15
Secretaria	14,02	1/8	1,75	4,62	0,88	1,15
Arquivo	8,50	1/10	0,85	2,80	0,42	0,70
Almoxarifado	22,73	1/10	2,27	19,91	1,14	4,97
Copa	13,05	1/10	1,30	12,89	0,65	6,44



PLANTA BAIXA | TÉRREO
 ESC.: 1/100

NOTAS

DADOS

CENTRO UNIVERSITÁRIO DO PLANALTO CENTRAL
PROFESSOR APPRECIDO DOS SANTOS



JUSCÉLIA MARIA RODRIGUES DO VALE

CONTEÚDO

PLANTA BAIXA
 Térreo

ENDEREÇO:
 Novo Gama / GO

ÁREA: INDICADA

ESCALA: INDICADA

DESENHO:
 CAM

DATA DE EMISSÃO:
 02/12/2021

REVISÃO: 00

CLASSE DO PROJETO:
 ESTUDO PRELIMINAR

ARQUIVO: .DWG

FRANCHA:

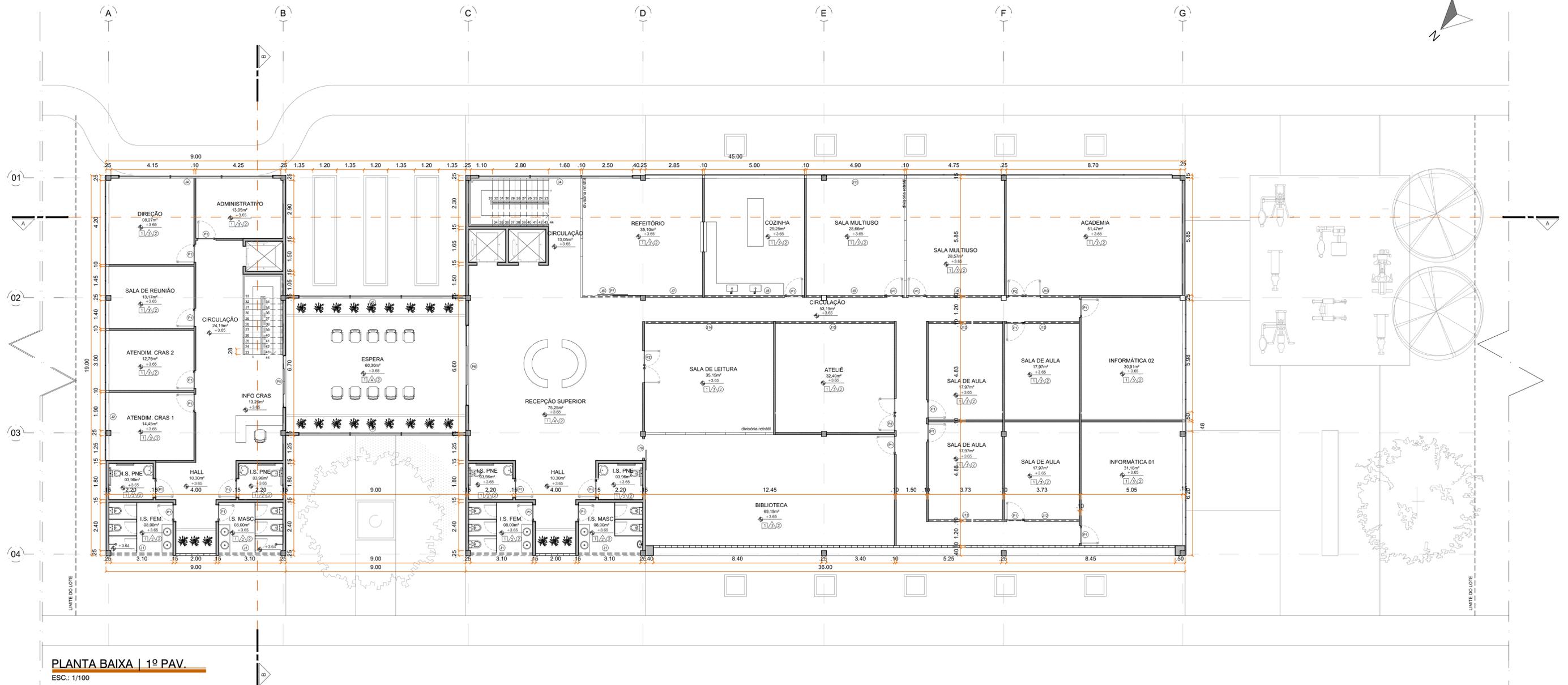
03
08

QUADRO MATERIAIS		
□	△	○
PISO	PAREDE	TETO
1- Granilite polida branca rodapé preto	1- Paredes de alvenaria acabamento em pintura texturizada cor branca	1 - Laje nervurada aparente acabamento em gesso cola com pintura fosca branco gelo
2- Granilite polida cinza rodapé preto	2- Paredes de alvenaria com revestimento cerâmico branco	2 - Forro em gesso acartonado acabamento em pintura fosca branco gelo
3- Granilite fugelit cinza	3- Paredes de drywall acabamento em pintura acetinada cor mar cinzento	-
4- Grama esmeralda	4- Paredes de alvenaria acabamento em pintura acetinada cor papel picado	-

QUADRO GERAL DE ESQUADRIAS 1/2						
TIPO ESQUADRIA	CÓDIGO	DIMENSÃO (LxA)	PEITORIL (cm)	TIPO	MATERIAL	QTDE.
PORTA	P1	90x210	-	ABRIR	MADEIRA	36
PORTA	P2	160x210	-	ABRIR (dupla)	MADEIRA	05
PORTA	P3	590x250	-	CORRER	VIDRO	02
PORTA	P4	255x210	-	ABRIR (dupla)	VIDRO	01
PORTA	P5	260x250	-	CORRER	VIDRO	01
PORTA	P6	400x250	-	ABRIR	VIDRO	01
PORTA	P7	290x250	-	CORRER	VIDRO	01
PORTA	P8	100x210	-	CORRER	MADEIRA	01
JANELA	J1	310x70	-	BASCULANTE	VIDRO FUMÉ	04
JANELA	J2	1400x140	110	BASCULANTE	VIDRO FUMÉ	02
JANELA	J3	1275x140	110	BASCULANTE	VIDRO FUMÉ	01

QUADRO GERAL DE ESQUADRIAS 2/2						
TIPO ESQUADRIA	CÓDIGO	DIMENSÃO (LxA)	PEITORIL (cm)	TIPO	MATERIAL	QTDE.
JANELA	J4	770x955	60	CORRER	VIDRO FUMÉ	02
JANELA	J5	770x355	-	CORRER	VIDRO FUMÉ	02
JANELA	J6	290x70	250	BASCULANTE	VIDRO	01
JANELA	J7	285x70	250	BASCULANTE	VIDRO	01
JANELA	J8	500x70	250	BASCULANTE	VIDRO	01
JANELA	J9	490x70	250	BASCULANTE	VIDRO	02
JANELA	J10	365x70	250	BASCULANTE	VIDRO	01
JANELA	J11	2635x355	-	CORRER	VIDRO FUMÉ	01
JANELA	J12	370x70	250	BASCULANTE	VIDRO	04
JANELA	J13	595x70	250	BASCULANTE	VIDRO	01
JANELA	J14	645x70	250	BASCULANTE	VIDRO	04

LOCAL	ÁREA PISO (m²)	COEFIC.	ILUMINAÇÃO E VENTILAÇÃO (1º PAV.)			
			ILUMINAÇÃO (m²)		ILUMINAÇÃO (m²)	
			A. EXIGIDA	A. PROJETO	A. EXIGIDA	A. PROJETO
Atendim. CRAS 01	14,45	1/8	1,80	4,76	0,90	1,19
Atendim. CRAS 02	12,75	1/8	1,59	4,20	0,80	1,05
Sala de reunião	13,17	1/8	1,65	4,34	0,82	1,08
Direção	8,27	1/8	1,03	19,19	0,52	4,79
Administrativo	13,05	1/8	1,63	13,66	0,81	6,83
Espera	54,00	1/8	6,75	54,67	3,37	13,66
Recepção superior	75,25	1/8	9,40	10,00	4,70	5,00
Sala de leitura	35,01	1/8	4,38	4,51	2,19	2,25
Biblioteca	69,15	1/10	6,91	21,38	3,45	21,38
Ateliê	32,40	1/8	4,05	4,16	2,02	2,08
Informática 01	31,18	1/8	3,90	16,93	1,94	10,45
Informática 02	30,91	1/8	3,86	8,35	1,93	2,08
Academia	42,50	1/8	5,33	33,11	1,33	8,27
Sala multiuso	28,66	1/8	3,58	20,18	1,79	5,04
Refetório	30,00	1/8	3,75	25,50	1,87	6,37

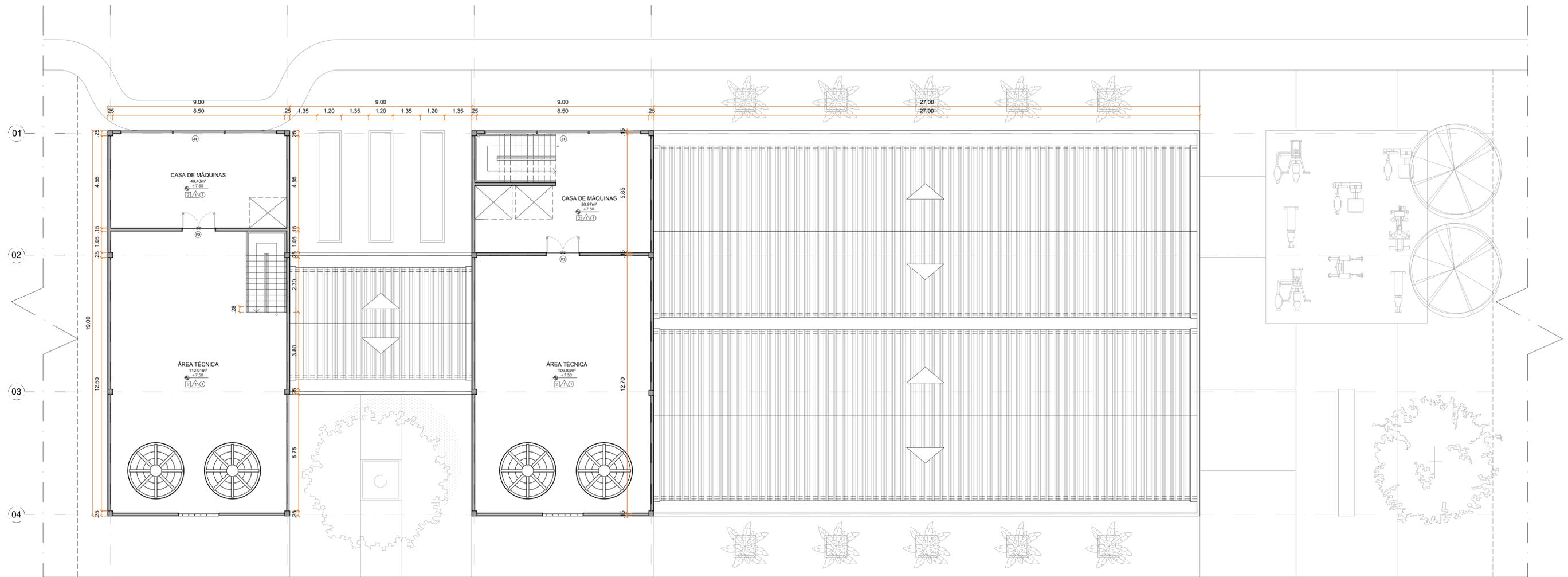


NOTAS	DADOS	<p>CENTRO UNIVERSITÁRIO DO PLANALTO CENTRAL POROFESSOR APPRECIDO DOS SANTOS</p> <p>JUSCÉLIA MARIA RODRIGUES DO VALE</p>	CONTEÚDO	<p>PLANTA BAIXA 1º PAV.</p>	ENDEREÇO: Novo Gama / GO	PRANCHA: 04 08	
					ÁREA: INDICADA	ESCALA: INDICADA	DESENHO: CAM
					DATA DE EMISSÃO: 02/12/2021	REVISÃO: 00	CLASSE DO PROJETO: ESTUDO PRELIMINAR
					ARQUIVO: .DWG		

QUADRO MATERIAIS		
PISO	PAREDE	TETO
1- Granilite polida branca rodapé preto	1- Parede de alvenaria acabamento em pintura texturizada cor branca	1- Laje nervurada aparente acabamento em gesso cola com pintura fosca branco gelo
2- Granilite polida cinza rodapé preto	2- Parede de alvenaria com revestimento cerâmico branco	2- Forro em gesso acartonado acabamento em pintura fosca branco gelo
3- Granilite fugelt cinza	3- Parede de drywall acabamento em pintura acetinada cor mar cinzento	-
4- Grama esmeralda	4- Parede de alvenaria acabamento em pintura acetinada cor papel picado	-

QUADRO GERAL DE ESQUADRIAS 1/2						
TIPO ESQUADRIA	CÓDIGO	DIMENSÃO (LxA)	PEITORIL (cm)	TIPO	MATERIAL	QTDE.
PORTA	P1	90x210	-	ABRIR	MADEIRA	36
PORTA	P2	160x210	-	ABRIR (dupla)	MADEIRA	05
PORTA	P3	590x250	-	CORRER	VIDRO	02
PORTA	P4	255x210	-	ABRIR (dupla)	VIDRO	01
PORTA	P5	260x250	-	CORRER	VIDRO	01
PORTA	P6	400x250	-	ABRIR	VIDRO	01
PORTA	P7	290x250	-	CORRER	VIDRO	01
PORTA	P8	100x210	-	CORRER	MADEIRA	01
JANELA	J1	310x70	-	BASCULANTE	VIDRO FUMÉ	04
JANELA	J2	1400x140	110	BASCULANTE	VIDRO FUMÉ	02
JANELA	J3	1275x140	110	BASCULANTE	VIDRO FUMÉ	01

QUADRO GERAL DE ESQUADRIAS 2/2						
TIPO ESQUADRIA	CÓDIGO	DIMENSÃO (LxA)	PEITORIL (cm)	TIPO	MATERIAL	QTDE.
JANELA	J4	770x955	60	CORRER	VIDRO FUMÉ	02
JANELA	J5	770x355	-	CORRER	VIDRO FUMÉ	02
JANELA	J6	290x70	250	BASCULANTE	VIDRO	01
JANELA	J7	285x70	250	BASCULANTE	VIDRO	01
JANELA	J8	500x70	250	BASCULANTE	VIDRO	01
JANELA	J9	490x70	250	BASCULANTE	VIDRO	02
JANELA	J10	365x70	250	BASCULANTE	VIDRO	01
JANELA	J11	2635x355	-	CORRER	VIDRO FUMÉ	01
JANELA	J12	370x70	250	BASCULANTE	VIDRO	04
JANELA	J13	595x70	250	BASCULANTE	VIDRO	01
JANELA	J14	645x70	250	BASCULANTE	VIDRO	04



PLANTA BAIXA | ÁREA TÉCNICA
 ESC.: 1/100

NOTAS

DADOS

CENTRO UNIVERSITÁRIO DO PLANALTO CENTRAL
POROFESSOR APPRECIDO DOS SANTOS



JUSCÉLIA MARIA RODRIGUES DO VALE

CONTEÚDO

PLANTA BAIXA
 Área Técnica

ENDEREÇO:

Novo Gama / GO

ÁREA: INDICADA

ESCALA: INDICADA

DESENHO:

CAM

DATA DE EMISSÃO:
02/12/2021

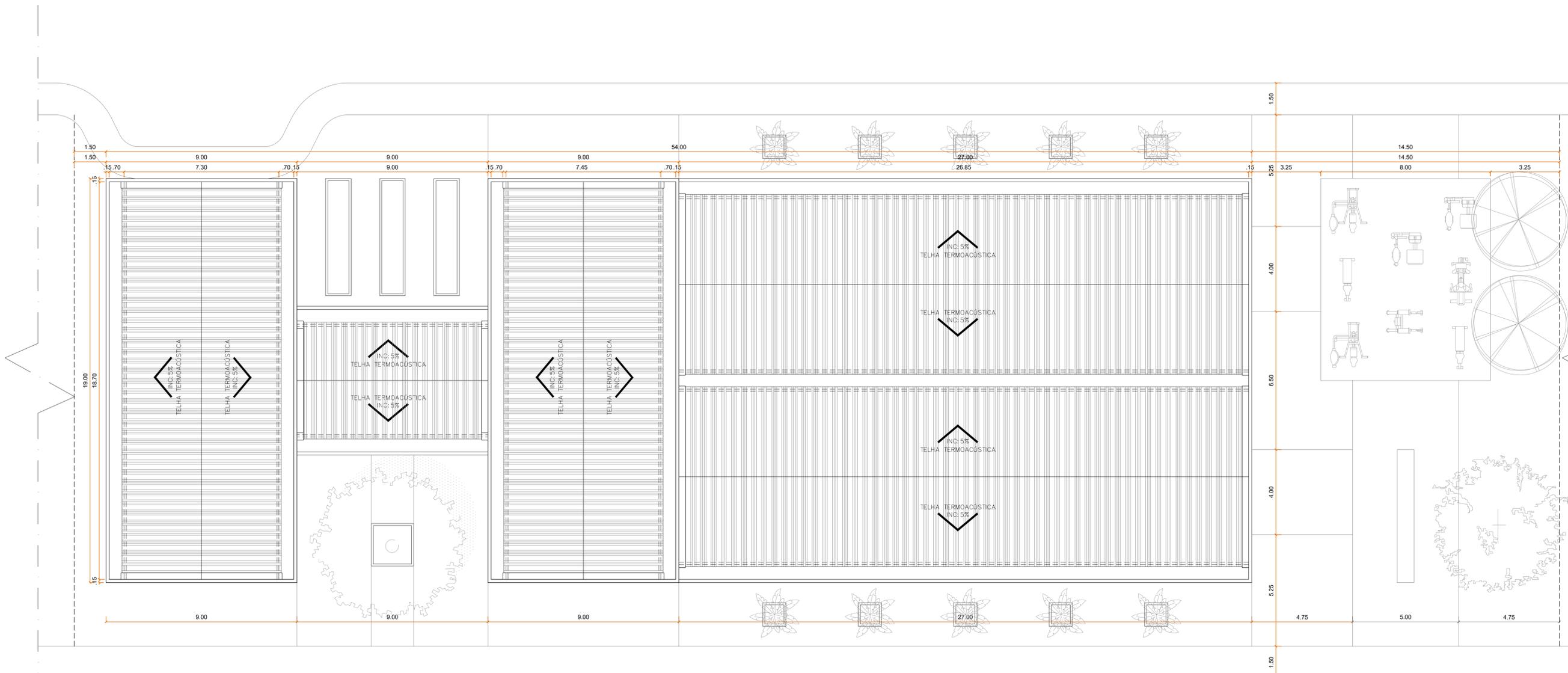
REVISÃO: 00

CLASSE DO PROJETO:
ESTUDO PRELIMINAR

ARQUIVO: .DWG

FRANCHA:

05
08



LOCAÇÃO / COBERTURA

ESC.: 1/100

NOTAS

DADOS

CENTRO UNIVERSITÁRIO DO PLANALTO CENTRAL
POROFESSOR APPRECIDO DOS SANTOS



JUSCÉLIA MARIA RODRIGUES DO VALE

CONTEÚDO

PLANTA DE LOCAÇÃO / COBERTURA

ENDEREÇO:
Novo Gama / GO

ÁREA: INDICADA

ESCALA: INDICADA

DESENHO:
CAM

DATA DE EMISSÃO:
02/12/2021

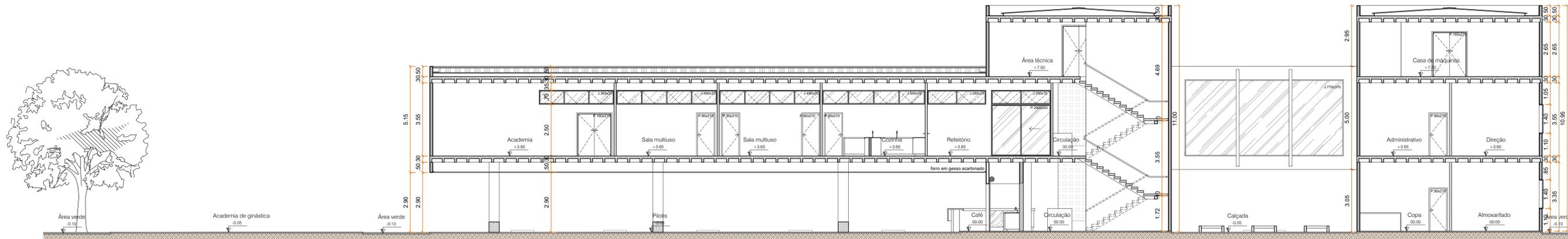
REVISÃO: 00

CLASSE DO PROJETO:
ESTUDO PRELIMINAR

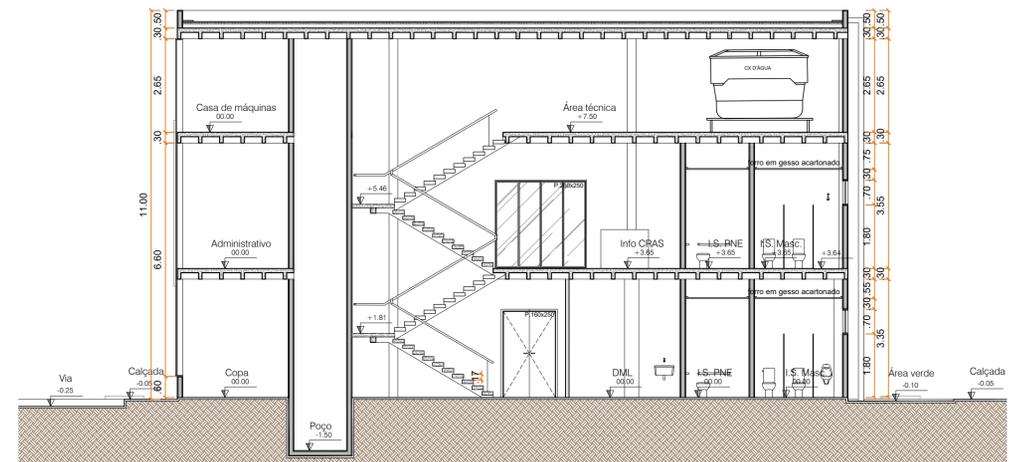
ARQUIVO: .DWG

PRANCHA:

06
08



CORTE AA
ESC.: 1/100



CORTE BB
ESC.: 1/100

NOTAS

DADOS

**CENTRO UNIVERSITÁRIO DO PLANALTO CENTRAL
POROFESSOR APPRECIDO DOS SANTOS**



JUSCÉLIA MARIA RODRIGUES DO VALE

CONTEÚDO

**CORTE AA
CORTE BB**

ENDEREÇO:
Novo Gama / GO

ÁREA: INDICADA

ESCALA: INDICADA

DESENHO:
CAM

DATA DE EMISSÃO:
02/12/2021

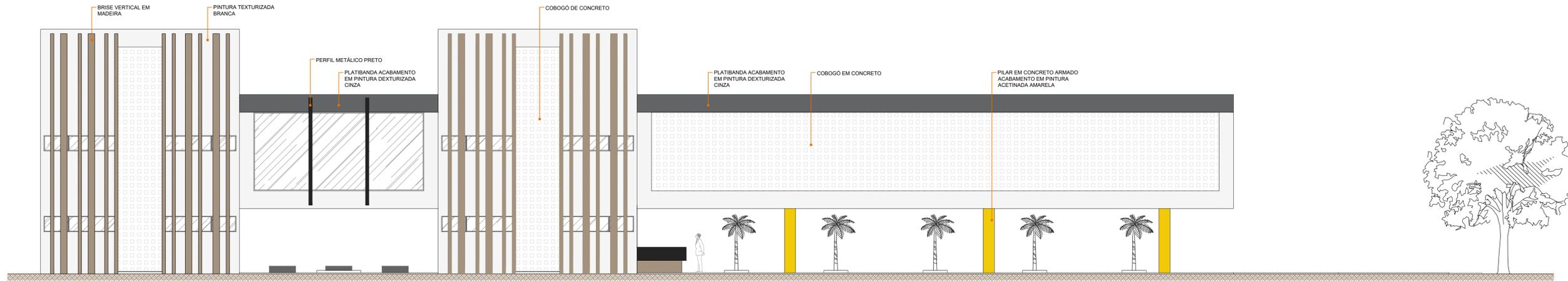
REVISÃO: 00

CLASSE DO PROJETO:
ESTUDO PRELIMINAR

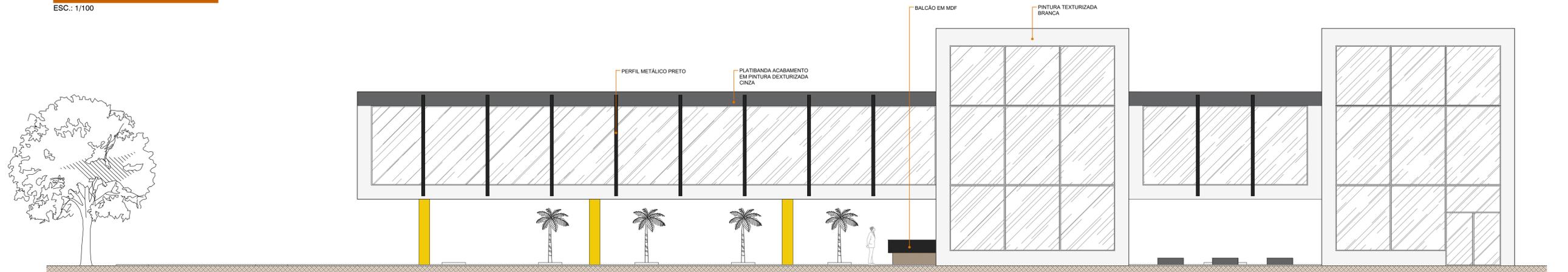
ARQUIVO: .DWG

FRANCHA:

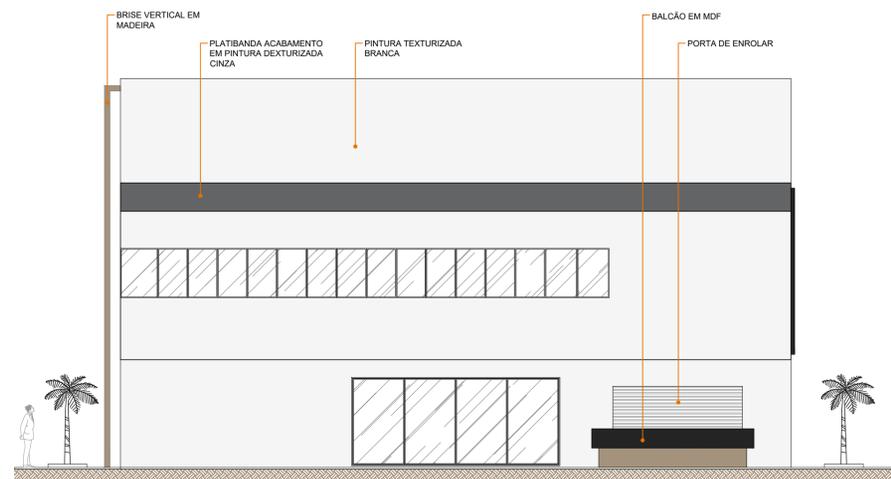
07
08



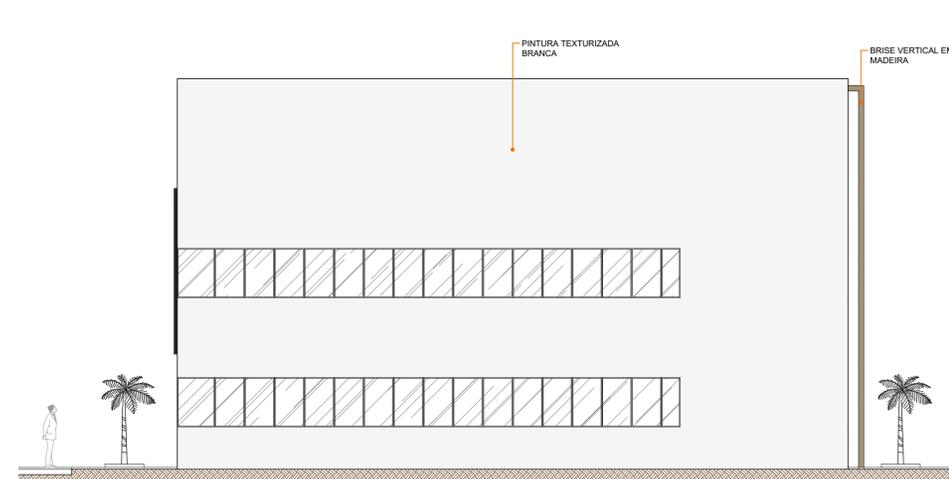
FACHADA FRONTAL
ESC.: 1/100



FACHADA POSTERIOR
ESC.: 1/100



FACHADA LATERAL DIREITA
ESC.: 1/100



FACHADA LATERAL ESQUERDA
ESC.: 1/100

NOTAS

DADOS

CENTRO UNIVERSITÁRIO DO PLANALTO CENTRAL
POROFESSOR APPRECIDO DOS SANTOS



JUSCÉLIA MARIA RODRIGUES DO VALE

CONTEÚDO

FACHADAS

Fachada frontal
Fachada posterior
Fachada lateral direita
Fachada lateral esquerda

ENDEREÇO:
Novo Gama / GO

ÁREA: INDICADA

ESCALA: INDICADA

DESENHO:
CAM

DATA DE EMISSÃO:
02/12/2021

REVISÃO: 00

CLASSE DO PROJETO:
ESTUDO PRELIMINAR

ARQUIVO: .DWG

PRANCHA:

08
08